

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS**

**SABRINA SOUZA LIMA**

**TUDO O QUE É SÓLIDO (NÃO) SE DESMANCHA NO AR**  
O TRABALHO COOPERADO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO  
ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL

**MANAUS-AM  
2019**

**SABRINA SOUZA LIMA**

**TUDO O QUE É SÓLIDO (NÃO) SE DESMANCHA NO AR**  
O TRABALHO COOPERADO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO  
ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski.

**MANAUS-AM**  
**2019**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732t Lima, Sabrina Souza  
Tudo o que é sólido (não) se desmancha no ar : o trabalho cooperado dos catadores de material reciclável no âmbito do desenvolvimento (in)sustentável / Sabrina Souza Lima . 2019  
122 f.: 31 cm.

Orientador: Antônio Carlos Witkoski  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. sociedade capitalista. 2. trabalho cooperado. 3. cooperativismo.  
4. emancipação social. 5. desenvolvimento sustentável. I. Witkoski, Antônio Carlos. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**SABRINA SOUZA LIMA**

**TUDO O QUE É SÓLIDO (NÃO) SE DESMANCHA NO AR**  
O TRABALHO COOPERADO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO  
ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski (PPGS-UFAM)

---

Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo (PPGICH-UEA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elenise Faria Scherer (PPGCASA-UFAM)

Dedico aos catadores de material reciclável de Manaus por sua esperança de um futuro melhor e a todos os intelectuais e participantes de movimentos sociais que se dedicam a defender os direitos dos trabalhadores brasileiros.

## AGRADECIMENTOS

Ao chegar nessa fase de apresentação da pesquisa no formato da dissertação, primeiramente sinto um alívio enorme diante de tantas fases percorridas até aqui, mas também sinto uma gratidão enorme que posso expressar nesta parte da dissertação.

É com profundo senso de adoração, reconhecimento e louvor que exalto o Deus cristão por esta experiência maravilhosa de poder fazer o curso de mestrado em Sociologia, nenhuma ocasião foi ao acaso, Deus bem sabia que eu precisava de um orientador como o professor doutor Antônio Carlos, o qual por um triz, não seria meu orientador, sempre que eu olhar para ele a partir daqui pensarei “Que rumo eu teria tomado se o professor Antônio Carlos não fosse meu orientador?”, palavras não seriam suficientes para expressar a profunda e sincera gratidão que vibra em meu ser por ele ter me guiado até esta conquista de conseguir defender a dissertação e oxalá receber o título de mestre em Sociologia. É uma grande honra ser sua orientanda.

Pela benção de ser orientanda do professor doutor Antônio Carlos, tive outra imensa honra, a honra de fazer parte do grupo de trabalho que ele coordena e que hoje se chama Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Amazônia (NEIAM), onde conheci pessoas maravilhosas e que contribuíram visceralmente para a pesquisa desde mesmo a desconstrução/construção do projeto, das quais tenho a alegria de destacar, Andreza Weil que revisou meu primeiro capítulo e assim me possibilitou amadurecimento intelectual e profundidade teórica e também me emprestou livros que usei na dissertação, Martha Benfica que juntamente com Eloísa me auxiliaram na construção do formulário para as entrevistas. Talita Carvalho que sempre sinalizou questões acerca da forma como eu apresentava o conteúdo e não mediu esforços para me auxiliar na formatação da apresentação dos slides do meu exame de qualificação, Eloisa Gadelha também me apoiou ao trazer material que se relacionava com a minha pesquisa para que eu os utilizasse enriquecendo assim minha dissertação, e no finalzinho da trajetória me apoiou novamente lendo meu segundo capítulo e dando suas contribuições, o que me leva a dizer que o processo de pesquisa e seu respectivo trabalho dissertativo tem muitos coautores. Agradeço também aos demais membros do NEIAM, especialmente Elizany, Gessyca, Aline, Marília, Agatha, Artemizia, Rodrigo, Serifo, Taynara, Bruno, queridos que com suas contribuições buscaram me fornecer elementos que estruturassem minha pesquisa e

me preparassem intelectual e emocionalmente para cada nova fase. É extremamente gratificante e renovador fazer parte de um grupo de pessoas com esse espírito humano e comprometimento social e intelectual.

Agradeço também aos meus professores do curso de mestrado do programa de pós-graduação em Sociologia, os quais durante as aulas e alguns em especial também fora das aulas, me ensinaram Sociologia e me orientaram como aperfeiçoar minha pesquisa. Neste time, também incluo a secretária do PPGS, Marluce, a qual além de apoiar a turma quanto aos assuntos burocráticos, também me motivava a cada vez que eu tinha a oportunidade de me encontrar com ela; seu sorriso e sua atenção e seus conselhos me fizeram bem demais. Não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de turma, os quais durante as aulas e fora delas trocavam ideia comigo e isso me auxiliava a enxergar meu objeto de pesquisa de outras formas; com eles pude relaxar em uma tarde de churrasco, a qual não foi menos importante diante de tantas tarefas da pós-graduação – aquele almoço significou incentivo à união e apoio mútuo, além de proporcionar momento de alívio ao estresse que a dedicação ao curso de mestrado causa inevitavelmente.

Depois de registrar minha gratidão a essas pessoas que estiveram em momentos cruciais desta jornada, passo a agradecer àqueles sem os quais seria impossível haver uma dissertação que conta com dados de pesquisa de campo. Agradeço de forma muito especial aos catadores de material reciclável da Cooperativa de Reciclagem Eco-cooperativa, principalmente à diretora de produção que todas as vezes me recebeu muito bem na sede da cooperativa e ainda me apoiava na coleta de dados com os sujeitos da pesquisa, dona Ruth Dácio, mulher guerreira e exemplo de administração cooperativa e solidariedade.

Agradeço grandemente à presença dos professores doutores que foram membros de minha banca de exame de qualificação, os quais se dedicaram de forma muito atenciosa e competente durante as orientações que me passaram para o aperfeiçoamento da pesquisa e para meu amadurecimento intelectual. Certamente, a dissertação foi produzida com contribuição deles. Também agradeço aos professores que aceitaram compor a banca examinadora como membros suplentes dispondo-se a contribuir com a pesquisa e a dissertação, e antecipadamente agradeço a participação do professor Pedro Rapozo bem como da professora Elenise Scherer pelo exame da presente dissertação.

Por último, mas indubitavelmente não menos importante, agradeço aqueles que fora do ambiente acadêmico contribuíram cada um com sua parte para que esta experiência de seguir as fases até o título de mestre fosse possível em minha vida. Estas pessoas são linearmente meus pais que geneticamente me transmitiram o desejo pela Sociologia e pela preocupação com a classe trabalhadora e que ao me criarem para a vida me prepararam para não duvidar de que participar da seleção do programa de mestrado em Sociologia era o que eu deveria fazer. Entre estas pessoas também estão meus professores do Ensino Básico e da Graduação que me fizeram, na parte que lhes coube, a intelectual que leu os textos para a prova e ao responder as duas perguntas logrou passar em sexto lugar entre as 100 pessoas que se inscreveram para o processo de seleção. Mas há uma pessoa que foi a primeira a me incentivar a fazer o curso de mestrado, meu primeiro chefe no meu primeiro emprego após a faculdade, o Pastor Domingos que também é contador e administrador e que estava cursando o mestrado em Administração quando tive a honra de trabalhar com ele e aprender não apenas assuntos intelectuais, mas também ser moldada para a vida entre os humanos em sociedade, é uma pena que somente 5 anos depois resolvi ouvir aquele conselho, mas que bom que não tarde demais, e ainda tive o apoio deste permanente incentivador enviando meus capítulos para que ele pudesse ler e dar suas contribuições. Também agradeço à minha amiga Camila Gibbs que me ajudou na construção do meu projeto de pesquisa para a seleção do programa de mestrado em Sociologia.

Eu não poderia esquecer de agradecer ao meu esposo Nil que me levou para as aulas na UFAM e para a pesquisa na cooperativa, entre outros apoios que me deu para prosseguir no curso de mestrado. E quase como um pedido de desculpa, faço menção ao meu filho Rihan que mamava em meu colo enquanto eu digitava o projeto de pesquisa às 23:00h várias noites, o que rendeu 53 laudas porque eu desconhecia que bastavam 15; e muitas vezes esse bebê brincou sozinho porque eu estava no computador direto. Também agradeço às minhas irmãs, Sorhaya e Sterfanny meu irmão Josué e meus pais, Luiz e Francimarga, pois me ajudaram nessa caminhada.



Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem. Lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracterize (Boaventura de Sousa Santos).

## RESUMO

A pesquisa tem por objeto o trabalho social cooperado dos catadores de material reciclável no âmbito da sociedade capitalista. O objetivo da investigação consisti em analisar as condições do trabalho cooperado evidenciando possíveis aspectos da emancipação social através da prática social dos cooperados na Cooperativa de Catadores de Material Reciclável Ecocooperativa. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram os formulários (com questões fechadas e abertas) e as entrevistas semiestruturadas, cujas narrativas produzidas foram analisadas à luz do referencial teórico composto por Karl Marx, Friedrich Engels, Ricardo Antunes, Boaventura de Sousa Santos, Enrique Leff, etc. O trabalho, tal como ocorre na sociedade capitalista atual, é o conceito estruturante da pesquisa. Gravitam em torno dele os conceitos de trabalho cooperado, inclusão social marginal, desenvolvimento sustentável, emancipação social, além da noção de representação social, todos fundamentais para a compreensão do papel social desempenhado pelos catadores de resíduos sólidos. A investigação procurou revelar o estilo de vida que alimenta e é alimentado pela sociedade capitalista contemporânea, através dos fundamentos da obsolescência programada, tencionando entender o papel social dos catadores de material reciclável na produção (e reprodução) material/simbólica da vida, mostrando as dinâmicas socioeconômicas dos cooperados da cooperativa de reciclagem que pretendem sua emancipação social.

**Palavras/chave:** sociedade capitalista; trabalho; trabalho cooperado; cooperativismo; emancipação social; desenvolvimento sustentável.

## ABSTRACT

The object of the research is the cooperative social work of recyclable material collectors within the scope of capitalist society. The objective of the investigation is to analyze the conditions of cooperative work highlighting possible aspects of social emancipation through the social practice of cooperative members in the Cooperative of Recyclable Material Collectors Ecocooperative. The data collection techniques used were forms (with closed and open questions) and semi-structured interviews, whose narratives were analyzed in the light of the theoretical reference composed by Karl Marx, Friedrich Engels, Ricardo Antunes, Boaventura de Sousa Santos, Enrique Leff etc. Work, as it occurs in today's capitalist society, is the structuring concept of research. The concepts of cooperative work, marginal social inclusion, sustainable development, social emancipation, in addition to the notion of social representation, all fundamental to understanding the social role played by solid waste collectors, gravitate around it. The investigation sought to reveal the lifestyle that feeds and is fed by contemporary capitalist society, through the fundamentals of programmed obsolescence, intending to understand the social role of recyclable material collectors in the material/symbolic production (and reproduction) of life, showing the socioeconomic dynamics of cooperative members of the recycling cooperative that seek their social emancipation.

**Keywords:** capitalist society; work; cooperative work; cooperativism, social emancipation, sustainable development.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação de preço dos materiais comercializados na Ecocooperativa.....	67
QUADRO 2 – Estado civil dos catadores da Ecocooperativa .....	78
QUADRO 3 – Faixa etária dos catadores da Ecocooperativa .....	79
QUADRO 4 – Escolaridade dos catadores da Ecocooperativa .....	79
QUADRO 5 – Renda recebida pelos catadores na Ecocooperativa .....	83
QUADRO 6 – Justificativas a respeito da relação de convivência existente entre os catadores.....	85
QUADRO 7 – Outras possibilidades de trabalho segundo os catadores .....	108

## **LISTA DE SIGLAS**

ACI Aliança Cooperativa Internacional

AM Amazonas

CBO Classificação Brasileira de Ocupações

CMN Conselho Monetário Nacional

CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

MNCR Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

NEIAM Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Amazônia

OCB Organização das Cooperativas Brasileiras

PPGICH/UEA Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

PPGSS/UFAM Programa de Pós Graduação em Serviço Social

PPGS/UFAM Programa de Pós Graduação em Sociologia

RMI Renda mínima de inserção

UEA Universidade do Estado do Amazonas

UFAM Universidade Federal do Amazonas

USP Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – CAPITALISMO E ESTILO DE VIDA NA MODERNIDADE LÍQUIDA.....</b>	<b>19</b>
1.1 A compulsão da produção/consumo/produção no interior da sociedade capitalista .....	20
1.2 Inclusão social marginal dos catadores de material reciclável na modernidade líquida .....	38
<b>CAPÍTULO 2 – COOPERATIVISMO COMO FORMA ALTERNATIVA DE VIDA .....</b>	<b>52</b>
2.1 Ecocooperativa de reciclagem de resíduos sólidos.....	52
2.2 O trabalho social cooperado dos catadores de material reciclável.....	69
<b>CAPÍTULO 3 – DO AVESSO DA VIDA À VIDA: A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>87</b>
3.1 Agentes ambientais e/ou trabalhadores do capital?.....	87
3.2 Inclusão social marginal e/ou emancipação social? Em busca de um futuro possível.....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO

Em contato com uma catadora informal de material reciclável, surgiu a ideia e motivação para a pesquisa. Esta catadora me relatou que sua vizinha lhe dizia para não fazer aquele trabalho porque catar latinhas era trabalho para homens. A surpresa com tal preconceito me impulsionou a buscar por informações referentes à valorização do trabalho do catador em Manaus. Contudo, ao pesquisar mais sobre o tema e a partir de novos conhecimentos adquiridos durante as aulas assistidas no programa de pós-graduação em Sociologia, um olhar crítico foi inspirado e foi sendo gradativamente desenvolvido.

Durante um estudo exploratório, uma catadora declarou que uma de suas motivações é pensar no dia em que os jornais mostrarão a cooperativa em que trabalha e, assim, seu filho poderá ver o trabalho dos catadores sendo aclamado. Diante desta declaração, não pude evitar o pensamento de que possivelmente os catadores desconhecem o processo em que estão envolvidos. Embora não deva ser generalizado, pois muitos catadores são trabalhadores militantes, é perceptível que alguns catadores se sentem convictos por sua atuação em defesa do meio ambiente sem, todavia, demonstrarem estar cômnicos da exploração do capital. Os catadores entendem que desempenham um papel assaz importante para a sustentabilidade socioambiental e entendem isso a partir das abordagens feitas por empresários e pelo poder público ao enaltecerem a reciclagem como uma das mais importantes soluções para a conservação ambiental intencionando manter a atenção destes catadores afastada de outras questões, tais como as que fazem parte dos lucros obtidos com seu trabalho e os aspectos inerentes ao desenvolvimento sustentável.

Posteriormente, pesquisando em outra cooperativa, foi verificado um modo de trabalho, de fato, cooperado, onde os associados participam das decisões e tem conhecimento sobre as finanças da cooperativa. Portanto, é nessa conjuntura complexa, tal qual é a realidade social, que adquire relevância o conhecimento concernente aos diversos fatores que envolvem o estabelecimento desse segmento social, fatores tais quais: a perda de emprego ou falta de qualificação profissional até a formação de uma teia complexa de outros processos sociais, de natureza política, bem como, socioeconômica. E compreendendo as cooperativas de reciclagem como

um espaço de trabalho social que viabiliza a emancipação social dos catadores, torna-se assaz importante evidenciar essa forma alternativa de vida socioeconômica.

A fim de estabelecer a relação de nosso título com a pesquisa realizada, importa compreender o conceito construído por Bauman (2001) da modernidade líquida: a modernidade líquida para Bauman (2001) é o modo de vida em sociedade que é mais bem representado pelas coisas não duráveis, colocando a durabilidade como algo ultrapassado, algo a evitar. Segundo o autor, a modernidade foi "fluida" desde sua concepção, e o autor procura justificar tal afirmativa trazendo à lembrança a famosa frase com a expressão "derreter os sólidos" citada pelos autores do Manifesto Comunista, Marx & Engels (2003), quando estes se referiam ao tratamento que o autoconfiante e exuberante espírito moderno dava à sociedade, a qual se encontrava estagnada demais para o gosto e ambições da burguesia que ansiava por ascensão financeira a ser promovida também pela modernidade. Este tipo de investimentos e desenvolvimento só poderia ser feito derretendo os sólidos, dissolvendo o que quer que persistisse no tempo e fosse infenso à sua passagem ou imune a seu fluxo.

Tal sociedade capitalista imprime um estilo de vida para os indivíduos, de forma que o poder aquisitivo de cada indivíduo define seu tipo de inclusão social. Esta estrutura civilizatória se dá pela dinâmica do movimento interno da produção/consumo/produção, no âmbito da sociedade capitalista que possui um estilo de vida consumista estimulado pela indústria cultural que se utiliza da estratégia da obsolescência programada. Em razão desta dinâmica, uma imensidão de resíduos sólidos é produzida, sendo engendradas as condições para o aparecimento de uma nova "categoria profissional" – os catadores de material reciclável.

Estes trabalhadores inserem-se sob o manto da inclusão social marginal, a qual é possibilitada por meio das cooperativas de reciclagem, pois face ao desemprego estrutural, se dispõem em se organizar em cooperativa visando superar o desemprego, objetivando trabalho e renda. Atualmente, observa-se a existência de muitas cooperativas que seguem um modo alternativo de produção, e operando segundo a Lei do Cooperativismo (Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971), proporcionam a participação formal dos catadores e oferecem a estes uma forma alternativa de vida socioeconômica.

Outro aspecto desta atividade, assaz importante de ser analisado, diz respeito às representações sociais<sup>1</sup> que motivam o trabalho dos catadores, uma narrativa que não pretende defender seus interesses, mas, os interesses dos detentores dos meios de produção que, longe de se preocupar com aquele grupo de trabalhadores dos quais dependem, busca aderir às lutas ambientalistas de forma a tornar seu compromisso com a conservação ambiental mais um meio de acumulação de riqueza. Assim, os catadores são mais um grupo de trabalhadores que contribuem para a satisfação desses interesses alheios, mas, também se sentem enaltecidos por serem identificados como agentes ambientais.

Diante de tais questões problematizadas, a presente pesquisa buscou analisar as contradições inerentes ao sistema capitalista que envolvem o trabalho dos catadores de material reciclável e o modo como eles são incluídos socialmente no âmbito do desenvolvimento (in) sustentável. Considerando os argumentos apresentados, indaga-se: o trabalho cooperado dos catadores de material reciclável tem viabilizado sua emancipação social?

A fim de analisar o objeto da presente pesquisa, qual seja, o trabalho social cooperado dos catadores de material reciclável no âmbito da sociedade capitalista, o objetivo geral foi analisar as condições de trabalho cooperado dos catadores de material reciclável, no âmbito da sociedade capitalista, evidenciando aspectos de sua emancipação social. Os objetivos específicos consistiram em: 1 Investigar o estilo de vida da sociedade capitalista contemporânea alimentada pela obsolescência programada; 2 Compreender o papel social dos catadores de material reciclável no âmbito da produção e reprodução material e simbólica da sociedade capitalista; 3 Evidenciar as dimensões da vida socioeconômica das cooperativas de reciclagem visando à emancipação social. Tais objetivos foram alcançados e explanados na apresentação dos capítulos onde expomos os dados analisados à luz das teorias que tomamos como referência, tais como as teorias de Boaventura de Sousa Santos, Karl Marx, Friedrich Engels, Ricardo Antunes e Enrique Leff, além da contribuição de outros autores.

---

<sup>1</sup> Segundo Jodelet (2001), as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e à realidade material, social e ideativa sobre a qual elas intervêm.



Sendo a pesquisa científica uma atividade intelectual assaz importante e que nos possibilita o conhecimento da realidade, precisamos lançar mão da metodologia que melhor nos permitiria abordar essa realidade. Era necessário, antes de pesquisar parte desta realidade, compreender o aspecto dinâmico da realidade, bem como o que vem a ser a totalidade que se manifesta. A respeito da totalidade, Mandel (1978) diz que esta é “o conjunto da essência, das aparências e das mediações que explicam porque a essência se manifesta através destas precisas aparências e não de outras” (p. 251). A realidade, por sua vez, está contida na vida individual e coletiva, e tal vida é dinâmica, a tecer uma realidade social dinâmica, transbordante de significados, infinita. Portanto, como discorre Minayo (2001), os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. No entanto, há instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação do que é a vida dos seres humanos em sociedades.

Na análise crítica da sociedade capitalista feita por Marx, identificamos o papel do proletariado como o sujeito capaz de promover a superação da forma histórica de sociedade. E consoante os argumentos de Marx (1982), não cabe apenas interpretar o mundo, ainda que de distintos modos, mas transformá-lo. São por estas considerações que escolhemos como abordagem epistêmica para esta pesquisa a dialética materialista. Reverberando a importância desta abordagem para o tema escolhido, qual seja, o trabalho dos catadores de material reciclável, Mandel (1978) contribui grandemente quando analisa o conhecimento da seguinte forma:

Quanto mais os nossos conhecimentos se aperfeiçoam e se tornam cada vez mais científicos; quanto mais o conhecimento se aproxima da realidade, (...) essa caminhada irá cada vez mais seguir o movimento objetivo da matéria. A dialética do nosso pensamento científico, a dialética materialista, pode apreender o real justamente porque o seu próprio movimento corresponde cada vez mais ao movimento da matéria, especialmente graças à política social que exprime um domínio crescente das forças da natureza porque as leis do conhecimento e da apreensão espiritual do real que a dialética aplica, correspondem cada vez mais às leis que governam o movimento universal da realidade objetiva. (p. 238).

Mandel (1978) também afirma que a dialética é uma teoria, um instrumento do conhecimento, e que historicamente a dialética materialista pode ser definida como a teoria do conhecimento do proletariado com o rigor científico, posto que toda a teoria do conhecimento é submetida a uma prova implacável: a prova da prática. Na prática, ao buscarmos conhecer a realidade, também contribuimos para a transformação da

realidade, pois teoria e prática se unem, se juntam. Marx (2003) denomina essa junção de práxis.

Portanto, com uma abordagem dialética, construindo uma compreensão da realidade que considere a totalidade como dinâmica e em constante construção social, o percurso metodológico da pesquisa contou com a seguinte amostra: 10 catadores de um universo de 20 catadores: os sujeitos da pesquisa foram os trabalhadores da cooperativa – 10 catadores, dos quais, 5 também fazem parte do conselho administrativo. Dentre os sujeitos da pesquisa, pertencentes à cooperativa, há dois grupos de sujeitos: o primeiro inclui os catadores, com os quais buscou-se conhecer o papel social dos mesmos no âmbito do sistema de produção capitalista e sua visão acerca das relações de trabalho vivenciadas na cooperativa, bem como as expectativas quanto a sua ocupação. O segundo grupo de sujeitos inclui os membros do conselho administrativo; junto a estes, buscou-se identificar suas formas de atuação para com os catadores que com eles trabalham e os principais problemas enfrentados na manutenção da cooperativa no que concerne às suas relações com as empresas que se utilizam de seus serviços e com o poder público na medida em que este incentiva o funcionamento da cooperativa por meio dos investimentos feitos na infraestrutura.

O *locus* da pesquisa foi uma cooperativa de reciclagem na zona norte da cidade de Manaus, a Eco cooperativa, que se situa na Avenida Arquiteto José Henrique B. Rodrigues, no Bairro Colônia Terra Nova, cujo terreno foi cedido pela igreja católica da comunidade para funcionamento da cooperativa. Tal cooperativa possui seu estatuto, realiza as assembleias ordinárias regularmente e possui um conselho administrativo interessado no funcionamento da cooperativa de acordo com a lei do Cooperativismo e no bem estar de cada associado conforme relatado tanto pelos membros do conselho administrativo quanto pelos catadores que não fazem parte do conselho. A coleta de dados envolveu a pesquisa bibliográfica tanto para conhecer as diferentes abordagens teóricas já realizadas acerca do tema quanto para conduzir a pesquisa a partir de um referencial teórico que, além de proporcionar uma base sólida para a presente investigação, norteou a análise dos dados. Na pesquisa de campo, foram utilizados roteiros de entrevistas semiestruturadas, técnica escolhida a partir de um fundamento encontrado em Manzini (1990/1991), o qual destaca ser importante que o roteiro de entrevista seja organizado com perguntas principais, de modo a

permitir que sejam complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

No caso da organização dos dados empíricos, utilizamos quadros a fim de expor sistematicamente determinadas informações obtidas. A análise dos dados, por sua vez, conduziu-se à luz do referencial teórico proposto para esta pesquisa, tendo constantemente em vista serem interpretados de acordo com o procedimento de análise dialética a fim de se compreender o problema sociológico construído e demonstrar o alcance ou desconstrução dos objetivos iniciais.

## CAPÍTULO 1 – CAPITALISMO E ESTILO DE VIDA NA MODERNIDADE LÍQUIDA

Para entender o processo de catação e, por conseguinte, a vida dos catadores de material reciclável, devemos conhecer a configuração social da sociedade a qual pertencemos e na qual se inserem os catadores. De fato, nenhum ser humano se encontra excluído de sua sociedade uma vez que a ela pertence, mas pode ser incluído de forma marginal.<sup>2</sup> Portanto, procuramos conhecer a posição ocupada pelos sujeitos da pesquisa, os catadores, e antes apresentar os aspectos desta sociedade concernentes ao seu hábito de consumo, salientando o estilo de vida das pessoas que a compõem que, segundo Bauman (2001), trata-se de uma sociedade que vive uma modernidade líquida<sup>3</sup>.

Nossa sociedade sofreu o processo de "derretimento dos sólidos" o qual significou eliminar aquilo que os proprietários dos meios de produção e racionalistas em seu sistema de produção consideravam como obrigações que não eram importantes para os lucros do capital, tais como os deveres para com a família e o lar, cabendo àqueles que visavam apenas o lucro dedicar-se primordialmente às responsabilidades concernentes ao dinheiro. O dinheiro estabeleceu sua posição na sociedade humana, alterando não apenas as relações mercantis simples, mas também determinando qual seria o tipo de relação social predominante entre os indivíduos. Daí dizer que é "impagável" o que é muito especial, o que não é comum, o que não é vulgarmente trocável.

Nesta sociedade marcada profundamente por um estilo de vida compulsivo diante do processo de produção/consumo/produção, engendra-se as condições para que a categoria profissional do catador se estabeleça; uns na informalidade e outros no espaço formal das cooperativas de reciclagem. Tais cooperativas buscam uma inclusão social para estes trabalhadores, mas tal inclusão se dá de modo marginal.

---

<sup>2</sup> Entendemos por inclusão social marginal o modo de inclusão social que é operado com características de precariedade do trabalho e fragilidade das redes relacionais. Castel (1997) afirma que as situações marginais estão frequentemente associadas e ampliam os riscos de queda da vulnerabilidade para o que o autor chama de desfiliação, isto é, a conjunção da perda de trabalho e do isolamento relacional.

<sup>3</sup> A modernidade líquida para Bauman (2001) é o modo de vida em sociedade que é mais bem representado pelas coisas não duráveis, colocando a durabilidade como algo ultrapassado, algo a evitar.

## **1.1 A compulsão da produção/consumo/produção no interior da sociedade capitalista**

Marx (2008) foi o primeiro a nos alertar de como o consumo completa o silogismo constituído pela produção, processo da troca, distribuição e consumo. O autor afirma que a produção é o termo universal, a distribuição e a troca são o termo particular e que o consumo é o termo singular com o qual o todo se completa. Neste sentido, Marx (2008) verifica que

A produção é determinada por leis gerais da natureza; a distribuição resulta da contingência social e, por isso, pode exercer uma ação mais ou menos estimulante sobre a produção; a troca situa-se entre ambas, como um movimento formalmente social; o ato final do consumo, que é concebido não apenas como resultado, mas também como objetivo final, situa-se, a bem dizer, fora da economia, a não ser quando, por sua vez, reage sobre o ponto de partida para iniciar um novo processo. (p. 245).

Marx (2008) ainda analisa o fato de que a produção é também imediatamente consumo, um duplo consumo, subjetivo e objetivo, uma vez que o indivíduo que está desenvolvendo as suas capacidades ao produzir, também está despendendo-as, isto é, consome-as no ato da produção. Além disso, há consumo dos meios de produção utilizados, os quais se desgastam e se dissolvem em parte, como na combustão, e do mesmo modo, as matérias-primas utilizadas perdem a sua forma e constituição naturais porque são consumidas. Diante disso, em todos os seus momentos, o próprio ato da produção é também um ato de consumo, mas para distinguir o tipo de consumo, os economistas chamam consumo produtivo ao consumo existente durante o processo de produção.

Segundo Marx (2008, p. 246), “no entanto, os economistas apenas estabelecem esta definição de consumo produtivo para dissociarem o consumo correspondente à produção, do consumo propriamente dito – o qual tomam como antítese e destruição da produção”. Ao analisar o consumo propriamente dito, Marx (2008) afirma que consumo é também imediatamente produção do mesmo modo que, na natureza, o consumo dos elementos e substâncias químicas é a produção das plantas. Ao dar como exemplo a nutrição e mostrar como nesta forma particular do consumo o homem produz o seu próprio corpo, e de que isto é válido para toda a espécie de consumo que, por qualquer forma, produza o homem, Marx (2008) chama esta produção de produção consumidora e apresenta a objeção dos economistas:

Esta produção equivalente ao consumo é uma segunda produção, surgida da destruição do produto da primeira. Na primeira, o produto objetiva-se; na segunda, é o objeto criado por ele que se personifica. Por isso, a produção consumidora - embora constitua a unidade imediata da produção e do consumo - é essencialmente diferente da produção propriamente dita. Esta unidade imediata, na qual a produção coincide com o consumo e o consumo coincide com a produção, deixa subsistir a dualidade intrínseca de cada um. (p. 247).

Conquanto, a produção seja imediatamente consumo, e o consumo seja imediatamente produção, sendo cada termo imediatamente o seu contrário, ainda há simultaneamente um movimento mediador entre ambos. Marx (2008) afirma que a produção é intermediária do consumo, cuja matéria cria e que, sem a produção, o consumo ficaria privado do seu objeto. Para o autor, o consumo também é intermediário da produção, pois proporciona aos seus produtos o sujeito para quem os produtos são feitos, o produto só atinge o seu final no consumo. Por exemplo, uma via férrea onde não circulam trens, que não é usada, que não é consumida, pode dizer-se que é imaginária, que não existe; sem produção não há consumo, mas sem consumo também não há produção, pois, sem consumo, a produção seria inútil.

Marx (2008), ao analisar a dialética intrínseca da produção e do consumo, nos expõe o problema da seguinte forma:

O consumo produz a produção de duas maneiras: 1 na medida em que só no consumo o produto se torna produto. Por exemplo: um terno só se torna realmente um terno quando é vestido; uma casa desabitada não é realmente uma casa. Contrariamente ao simples objeto da natureza, o produto só se afirma como produto, só se torna produto, no consumo. Ao absorver o produto, o consumo dá-lhe o toque final, pois o resultado da produção é produto, não como atividade objetivada, mas só como um objeto para o sujeito atuante. 2 na medida em que o consumo cria a necessidade de uma nova produção e, por conseguinte, a condição subjetiva e o móbil interno da produção, a qual é o seu pressuposto. O consumo motiva a produção e cria também o objeto que, ao atuar sobre ela, vai determinar a sua finalidade. É verdade que a produção fornece, no seu aspecto manifesto, o objeto do consumo; mas também é evidente que o consumo fornece, na sua forma ideal, o objeto da produção; este surge na forma de imagem interior, de necessidade, de impulso e finalidade. (p. 247-248).

Segundo o autor, o consumo cria os objetos da produção, mas sob uma forma ainda subjetiva, pois sem necessidade não há produção. E sobre o lado da produção, Marx (2008) caracteriza o problema da seguinte forma:

1 A produção fornece ao consumo a sua matéria, o seu objeto. Consumo sem objeto não é consumo; neste sentido, a produção cria, produz o consumo. 2 Porém a produção não fornece apenas um objeto de consumo [...], o objeto não é um objeto em geral, mas sim, um objeto bem determinado e que tem de ser consumido de uma maneira determinada, a qual, por sua vez, tem que ser mediada pela própria produção. A fome é a fome, mas a fome que é

saciada com carne cozida e consumida com faca e garfo é diferente da fome do que devora carne crua e a come com a mão, com unhas e dentes. Por conseguinte, o que a produção produz objetiva e subjetivamente não é só o objeto do consumo; é também o modo de consumo. A produção cria, pois, o consumidor. (p. 248).

A partir da análise de Marx (2008), a produção proporciona não só um objeto material à necessidade, mas também uma necessidade ao objeto material, de forma que um objeto de arte cria um público sensível à arte e capaz de desfrutar da estética. Por conseguinte, a produção não cria só um objeto para o sujeito, mas cria também um sujeito para o objeto, fornecendo-lhe a matéria, determinando o modo de consumo, e produzindo o impulso para consumir na medida em que provoca no consumidor a necessidade de produtos que ela, a produção, criou originariamente como objetos; e pelo lado do consumo, este “cria” a disposição do produtor, solicitando-o como necessidade animada duma finalidade, a produção. Marx (2008) ainda ressalta que

para um dado sujeito, produção e consumo surgem como momentos de um mesmo ato. Importa realçar sobretudo que, se se considerar a produção e o consumo como atividades quer dum indivíduo, quer de um grande número de indivíduos [isolados], tanto uma como outro seguem, em qualquer caso, como elementos de um processo no qual a produção é o verdadeiro ponto de partida, sendo, por conseguinte, o fator preponderante. O consumo, enquanto necessidade, é o próprio movimento interno da atividade produtiva; mas esta última é o ponto de partida da realização e, portanto, também o seu elemento preponderante, isto é: o ato pelo qual todo o processo se renova. (p. 250).

Outro autor, Bauman (2001), ao discorrer sobre como é ser consumidor numa sociedade de consumo, afirma que nossa sociedade é uma sociedade de consumo. E segundo o autor, quando falamos de uma sociedade de consumo, temos em mente algo mais que a observação trivial de que todos os membros dessa sociedade consomem; todos os seres humanos, ou melhor, todas as criaturas vivas consomem desde tempos imemoriais. O que temos em mente é que a nossa é uma sociedade de consumo no sentido, similarmente profundo e fundamental, de que a sociedade dos nossos predecessores, a sociedade moderna nas suas camadas fundadoras, na sua fase industrial, era uma sociedade de produtores.

Naquela *velha sociedade moderna*, os membros da sociedade eram primordialmente engajados como produtores e soldados; a maneira como se moldavam tais membros, a “norma” que se colocava diante de seus olhos a fim de que a observassem, era ditada pelo dever de desempenhar esses dois papéis. A norma que

aquela sociedade colocava para seus membros era a capacidade e a vontade de desempenhá-los. Mas no seu atual estágio, a sociedade moderna tem pouca necessidade de mão-de-obra industrial em massa e de exércitos recrutados; em vez disso, precisa engajar seus membros pela condição de consumidores. A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel.

Segundo a análise de Bauman (2001), as diferenças são tão profundas e multiformes que justificam plenamente falar da nossa sociedade como sendo de um tipo distinto e separado – uma sociedade de consumo. O consumidor em uma sociedade de consumo é uma criatura acentuadamente diferente dos consumidores de quaisquer outras sociedades até aqui. Se os nossos ancestrais filósofos, poetas e pregadores morais refletiram se o homem trabalha para viver ou vive para trabalhar, o dilema mais cogitado atualmente é se é necessário consumir para viver ou se o homem vive para poder consumir. Isto é, se ainda somos capazes e sentimos a necessidade de distinguir aquele que vive daquele que consome.

O autor também traz à reflexão o fato de que todo consumo exige tempo e que isso é na verdade a perdição da sociedade de consumo — e uma preocupação maior dos que negociam com bens de consumo. Há uma ressonância natural entre a carreira espetacular do “agora”, ocasionada pela tecnologia compressora do tempo, e a lógica da economia orientada para o consumidor. No que diz respeito a esta lógica, a satisfação do consumidor deveria ser instantânea e isso num duplo sentido.

Sendo assim, os bens consumidos deveriam satisfazer de imediato, sem exigir o aprendizado de quaisquer habilidades ou extensos fundamentos, mas a satisfação também deveria ser imediata, terminando no momento em que o tempo necessário para o consumo tivesse terminado. Para Bauman (1999, p. 77), “esse tempo deveria ser reduzido ao mínimo. A necessária redução do tempo é melhor alcançada se os consumidores não puderem prestar atenção ou concentrar o desejo por muito tempo em qualquer objeto, isto é, se forem impacientes, impetuosos, indóceis e, acima de tudo, facilmente instigáveis e também se facilmente perderem o interesse”. Com base nessa questão observada, Bauman (1999) afirma que

a cultura da sociedade de consumo envolve sobretudo o esquecimento, não aprendizado. Com efeito, quando a espera é retirada do querer e o querer da espera, a capacidade de consumo dos consumidores pode ser esticada muito



além dos limites estabelecidos por quaisquer necessidades naturais ou adquiridas; também a durabilidade física dos objetos do desejo não é mais exigida. (p. 77).

Segundo a análise de Bauman (2001), verifica-se que na modernidade líquida os espaços são construídos de forma a manter as pessoas em circulação, olhando ao redor, divertindo-se e entretendo-se sem parar com inúmeras atrações, tal como os *shoppings*. Nestes ambientes, as pessoas não se entretêm com o mesmo objeto por muito tempo, tampouco são encorajadas a parar, a se olhar e conversar, a pensar em analisar e discutir alguma coisa além dos objetos em exposição, pois tais ambientes não são feitos para passar o tempo de maneira comercialmente desinteressada, sendo esta uma característica da modernidade líquida: o homem é inevitavelmente transformado em consumidor, um consumidor constante e com desejos que são rapidamente substituídos sem que sequer perceba o processo dessa obsolescência.

Tal obsolescência programada não escapa à análise de Mészáros (2011) a respeito da produção e consumo na sociedade capitalista. Em sua obra “Para além do capital”, o autor analisa a taxa de utilização decrescente no capitalismo, a qual é identificada durante os avanços na produtividade, avanços estes que afetam profundamente a própria natureza da atividade produtiva e inevitavelmente alteram o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual serão utilizados tanto os bens a serem consumidos como os instrumentos com os quais serão produzidos. E se Bauman (2001) afirma que a atual sociedade vive uma modernidade líquida, podemos relacionar essa abordagem com a análise de Mészáros (2011), o qual fala sobre a “sociedade dos descartáveis”. Para Mészáros (2011),

a sociedade se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “bens de consumo duráveis” que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os “cemitérios de automóveis” etc.) muito antes de esgotada sua vida útil. Como veremos posteriormente, o “capitalismo avançado” também inventa um tipo de produção – centrado em torno do complexo industrial/militar – em relação ao qual o tradicional desafio do consumo (utilidade) só se aplica, se tanto, marginalmente. Ao mesmo tempo em que consomem destrutivamente, na sua produção, imensos recursos materiais e humanos, os produtos resultantes desse processo podem juntar-se às montanhas de mercadorias “consumidas” já no momento em que atravessam os portões das fábricas. (p. 640).

Nesse sentido, o autor afirma que “o que é verdadeiramente vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou no grau) com que uma mercadoria – por exemplo, uma camisa – é utilizada e sim, pelo contrário, o

decréscimo de suas horas de uso diário. Enquanto tal decréscimo for acompanhado por uma expansão adequada do poder aquisitivo da sociedade, cria-se a demanda por outra camisa". (MÉSZÁROS, 2011, p. 661). Destaca-se assim essa tendência de reduzir a taxa de utilização real como um dos principais meios pelos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico.

Mészáros (2011) analisa a questão da obsolescência programada e do desperdício, mostrando a necessidade que o sistema capitalista tem de reduzir a taxa de uso das mercadorias, encurtando deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias super produzidas no turbilhão da circulação que se acelera. Segundo Mészáros (2011), eis alguns exemplos:

A notória "obsolescência planejada" em relação aos "bens de consumo duráveis" produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o transporte coletivo) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade; a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável (por exemplo, o "super desperdício" de um complexo computador usado como "processador de texto" num escritório onde uma simples máquina de escrever seria perfeitamente suficiente); o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos materiais. (p. 670).

Mészáros (2011) observa que não é simples e fácil essa estratégia devido às restrições econômicas dos consumidores individuais, mesmo nos países mais ricos, portanto, "garantias muito mais seguras devem ser encontradas em escala suficientemente ampla, e numa forma diretamente institucionalizável, de modo que possa prosseguir sem obstáculos o incansável impulso do capital para a frente, combinado com sua tendência a reduzir a taxa de utilização". (p. 671).

Neste ciclo ininterrupto de produção/consumo/produção reside a insustentabilidade do sistema capitalista, a qual está sempre às portas quando por conta da produção incessante, as matérias-primas diminuem e os recursos renováveis são comprometidos. Bauman (2001) observa claramente que no mundo habitado por consumidores se vende "tudo aquilo de que você precisa e com que pode sonhar" (p.

36), mas são feitos anúncios de ofertas destinadas a desaparecer depressa, tal como as mercadorias que anunciam.

Tanto as mercadorias quanto os anúncios publicitários são pensados para suscitar desejos e fisgar vontades – para "impacto máximo e obsolescência instantânea", conforme a famosa máxima do escritor francês e crítico literário George Steiner.

Como podemos observar, a referência teórica de Bauman (1999) para os consumidores da sociedade de consumo, estar em movimento — procurar, buscar, não encontrar ou, mais precisamente, não encontrar ainda — não é sinônimo de mal-estar, mas promessa de bem-aventurança, talvez a própria bem-aventurança. Seu tipo de viagem esperançosa faz da chegada uma maldição. Tal como notou Bauman (1999), se, para Maurice Blanchot, a resposta é o azar da pergunta, podemos dizer que a satisfação é o azar do desejo. Não tanto a avidez de adquirir, de possuir, não o acúmulo de riqueza no seu sentido material, palpável, mas a excitação de uma sensação nova, ainda não experimentada — este é o jogo do consumidor. Os consumidores são primeiro e acima de tudo acumuladores de sensações; são colecionadores de coisas apenas num sentido secundário e derivativo.

Segundo o autor Bauman (1999), para aumentar sua capacidade de consumo, os consumidores não devem nunca ter descanso. Precisam ser mantidos acordados e em alerta sempre, continuamente expostos a novas tentações, num estado de excitação incessante — e também, com efeito, em estado de perpétua suspeita e pronta insatisfação. As iscas que os levam a desviar a atenção precisam confirmar a suspeita prometendo uma saída para a insatisfação: "Você acha que já viu tudo? Você ainda não viu nada!".

Portanto, para manter o sistema capitalista, verificamos em Bauman (2010) que deve ser mantida a necessidade de consumo ou, precisamente, o simples desejo de consumir. Assim, para a manutenção do sistema, temos como regra, a cooperação entre Estado e mercado; o conflito entre eles, quando acontece, é a exceção. Em geral, as políticas do Estado capitalista, "ditatorial" e/ou "democrático", são construídas e conduzidas no interesse e não contra o interesse dos mercados; seu efeito principal (e intencional, embora não abertamente declarado) é avalizar/permitir/garantir a segurança e a longevidade do domínio do mercado.

Quando o Estado assistencial<sup>4</sup> vê seus recursos minguarem, ou cai aos pedaços ou é desmantelado de forma deliberada, é porque as fontes de lucro do capitalismo se deslocaram ou foram deslocadas da exploração da mão de obra operária para a exploração dos consumidores. E também porque os pobres, despojados dos recursos necessários para responder às seduções dos mercados de consumo, precisam de dinheiro -- não dos tipos de serviço oferecidos pelo Estado assistencial -- para se tornarem úteis segundo a concepção capitalista de "utilidade".

Vindo a complementar Bauman, Marshall Berman (1986) contribui com sua análise sobre nossa sociedade capitalista hodierna. O autor apresenta suas fontes de estudo, as quais foram desde leitura de textos, tais como “O Fausto”, de Goethe, o “Manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels, como também a leitura de ambientes espaciais e sociais, tais como, pequenas cidades, grandes empreendimentos da construção civil, represas e usinas de força, o Palácio de Cristal de Joseph Paxton, os bulevares parisienses de Haussmann, os projetos de Petersburgo, as rodovias de Robert Moses através de Nova Iorque; e por fim o autor relata que tentou ler a vida das pessoas, a vida real e ficcional, desde o tempo de Goethe, depois de Marx e Baudelaire, até o seu tempo. O autor tentou mostrar como essas pessoas partilham e como esses livros e ambientes expressam algumas preocupações especificamente modernas.

Berman (1986) tenta descortinar algumas das dimensões de sentido da modernidade, explorando e mapeando as aventuras e horrores, as ambiguidades e ironias da vida moderna. No prefácio, o autor declara que ao tentar ler a vida das pessoas, a vida real e ficcional, desde o tempo de Goethe, depois de Marx e Baudelaire, até seu tempo, observou que são todos movidos, ao mesmo tempo, pelo desejo de mudança — de autotransformação e de transformação do mundo em redor — e pelo terror da desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços. Todos conhecem a vertigem e o terror de um mundo no qual “tudo o que é sólido desmancha no ar”. Berman (1986) apresenta uma síntese da vida moderna:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda

---

<sup>4</sup> Segundo Yazbek (2017), o Estado de Bem Estar Social, de modo geral, pode ser caracterizado pela responsabilidade do Estado pelo bem estar de seus membros, buscando manter um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos, como questão de direito social, através de um conjunto de serviços provisionados pelo Estado, em dinheiro ou em espécie.

sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o *seu* mundo transformando-o em *nosso* mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz. (p. 13-14).

O autor esclarece que não pretende resolver as contradições que impregnam a vida moderna, mas procura compreendê-las, pois acredita que sendo claros e honestos, seja possível avaliarmos e enfrentarmos as forças que nos fazem ser o que somos. E não podemos nos eximir do fato de que somos modernos, pois segundo Berman (1986), ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.

Conforme analisa Berman (1986), a experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”.

Em seus estudos, Berman (1986) identifica diversos elementos que, conforme este autor, *alimentam o turbilhão da vida moderna*, tais como: as grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; a descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; o rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; os sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; os Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de

nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, um mercado capitalista mundial que dirige e manipula as pessoas e instituições, e que está em permanente expansão.

Para Berman (1986), no século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir a ser, vêm a chamar-se “modernização”. Assim, o autor afirma que sua obra “Tudo que é sólido desmancha no ar: Marx, Modernismo e Modernização” é um estudo sobre a dialética da modernização e do modernismo. Nessa análise, o autor divide a história da modernidade em três fases. Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem ideia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente, mas em estado de semi cegueira, no encalço de um vocabulário adequado; têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados.

A segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas repercussões, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização.

No século XX, a terceira e última fase, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. Por outro lado, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais; a ideia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade.

Segundo Berman (1986), se nos adiantarmos cerca de um século, para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de media, que se comunicam em escala cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade. Vemos aqui um estreito diálogo entre os autores Bauman e Berman.

Ao falar de modernismo e modernização a partir da abordagem em Marx, Berman (1986), apresenta as características dessa modernidade. Para o autor, o capital celebrou suas orgias, rompendo os limites da moral e da natureza, de idade e sexo, de dia e noite com o nascimento da mecanização e da indústria moderna, onde seguiu-se um violento abalo, como uma avalanche, em intensidade e extensão. Numa tentativa de captar e reconstruir a visão da vida moderna como um todo, a partir de uma visão marxiana, Berman (1986) analisa as afinidades entre Marx e os modernistas e afirma que essas se tornam ainda mais claras quando observamos a passagem inteira de onde a imagem foi extraída: “Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens”. (MARX e ENGELS, 2003, p. 29).

Para Berman (1986), o "Manifesto do Partido Comunista" expressa algumas das mais profundas percepções da cultura modernista e, ao mesmo tempo, dramatiza algumas de suas mais profundas contradições internas. De acordo com Berman (1986, p. 89), “o pensamento modernista, tão brilhante e iluminador do lado escuro de todos e de tudo, vem a ter os seus próprios e reprimidos cantos escuros, sobre os quais Marx pode fazer incidir nova luz. Ele pode esclarecer especificamente a relação entre a cultura modernista e a economia e a sociedade burguesas — o mundo da

“modernização” — das quais aquela surgiu.”. Desta forma, (BERMAN, 1986) prossegue sua análise:

Veremos que modernismo e burguesia têm em comum mais coisas do que modernistas e burgueses gostariam de admitir. Veremos que marxismo, modernismo e burguesia estão empenhados numa estranha dança dialética e, se acompanharmos seus movimentos, apreenderemos aspectos importantes do mundo moderno que todos partilhamos. (p. 89).

Na visão dialeticamente diluidora que Berman (1986) aponta, o ponto básico que fez a fama da obra o “Manifesto do Partido Comunista” é o desenvolvimento da moderna burguesia e do proletariado e a luta entre ambos. Mas é possível encontrar um enredo sob esse enredo, uma luta dentro da consciência do autor a respeito do que realmente está acontecendo e a respeito do que a luta maior significa. O “Manifesto do Partido Comunista” é o tipo de análise que transcende o tempo; tendo sido escrita no século XIX, puderam os autores observar a sociedade e identificar uma dinâmica inerente à sociedade daquele século que permanece presente na sociedade pós moderna.

Diante do reconhecimento da existência de uma tensão entre a visão “sólida” e a visão “diluidora” de Marx sobre a vida moderna, Berman (1986), procura descrever tal conflito. Segundo Berman (1986), a primeira seção do Manifesto, “Burgueses e Proletários”, apresenta uma visão geral do que hoje é chamado o processo de modernização, e descreve o cenário daquilo que, segundo Berman, é o clímax revolucionário para Marx, de forma que este toca no sólido âmago institucional da modernidade. Primeiramente, apresenta-se a emergência de um mercado mundial; e à medida que esse se expande, absorve e destrói todos os mercados locais e regionais que toca. Produção e consumo – e necessidades humanas – tornam-se cada vez mais internacionais e cosmopolitas.

Berman (1986) observa como o âmbito dos desejos e reivindicações humanas se amplia muito além da capacidade das indústrias locais, que então entram em colapso. A escala de comunicações se torna mundial, o que faz emergir uma *mass media*<sup>5</sup> tecnologicamente sofisticada. O capital se concentra cada vez mais nas mãos

---

<sup>5</sup> *Mass media* (mídia de massa) ou meios de comunicação de massa. Sobre esse tema, ver a obra de Adorno e Horkheimer (1947) “Dialética do Esclarecimento – Fragmentos Filosóficos”, na qual os autores analisam criticamente o uso desses meios de comunicação. Segundo os autores, “O que nos propuséramos era, de facto, nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie.”(p. 3).



de poucos. Camponeses e artesãos independentes não podem competir com a produção de massa capitalista e são forçados a abandonar suas terras e fechar seus estabelecimentos. A produção se centraliza de maneira progressiva e se racionaliza em fábricas altamente automatizadas. E o mesmo acontece no campo segundo Berman (1986):

Fazendas se transformam em “fábricas agrícolas” e os camponeses que não abandonam o campo se transformam em proletários campesinos. Um vasto número de migrantes pobres são despejados nas cidades, que crescem como num passe de mágica — catastróficamente — do dia para a noite. (p. 122).

Apontando para o ciclo ininterrupto da produção capitalista, Berman (1986) aborda sobre o que ele chama de um “problema do capitalismo”. Para o autor, o problema do capitalismo é que ele destrói as possibilidades humanas por ele criadas, estimulando, na verdade, forçando o autodesenvolvimento de todos, mas as pessoas só podem desenvolver-se de maneira restrita e distorcida. As disponibilidades, impulsos e talentos que o mercado pode aproveitar são pressionados na direção do desenvolvimento e sugados até a exaustão, por outro lado, tudo o mais que não é atraente para o mercado é reprimido de maneira drástica, ou se deteriora por falta de uso, ou nunca tem uma chance real de se manifestar.

Berman (1986) encontra, em Marx, a solução irônica e feliz dessa contradição, o qual diz que ocorrerá quando “o desenvolvimento da moderna indústria se separar do próprio solo, logo abaixo dos seus pés, em que a burguesia produz e se apropria de produtos”. A vida e a energia interiores do desenvolvimento burguês acabarão por alijar do processo a classe que pioneiramente os trouxe à vida.

O autor ainda observa esse movimento dialético tanto na esfera do desenvolvimento pessoal como na do econômico, o que leva o autor a se questionar: “em um sistema no qual todas as relações são voláteis, como podem as formas capitalistas devidas — propriedade privada, trabalho assalariado, valor de troca, a insaciável busca de lucro — subsistir isoladas? Quando os desejos e a sensibilidade das pessoas, de todas as classes, se tornam abertos a tudo e insaciáveis, sintonizados com a permanente sublevação em todas as esferas da vida, haverá alguma coisa que consiga mantê-los fixos e imobilizados em seus papéis burgueses?”. Dialogando com Bauman (2001), apontamos para o conceito da mobilidade que nos

auxilia na análise sobre a inclusão social marginal conforme veremos na segunda parte deste capítulo.

Conforme a abordagem de Berman (1986), vemos no “Manifesto do Partido Comunista” a previsão do colapso do sistema capitalista: o capitalismo entrará em combustão pelo calor das suas próprias incandescentes energias – quanto mais furiosamente a sociedade burguesa exortar seus membros a crescer ou perecer, mais esses vão ser impelidos a fazê-la crescer de modo desmesurado, mais furiosamente se voltarão contra ela como uma draga impetuosa, mais implacavelmente lutarão contra ela, em nome de uma nova vida que ela própria os forçou a buscar. E visando a condição de liberdade para os cidadãos e fim dos privilégios de classe, além da educação livre e universal, quando os trabalhadores puderem controlar os meios pelos quais o trabalho será organizado, Marx visualiza o futuro da sociedade burguesa, na verdade seu fim, quando finalmente em lugar da velha sociedade burguesa, teremos uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um será a condição para o livre desenvolvimento de todos.

O poder pode se mover com a velocidade do sinal eletrônico reduzindo-se à instantaneidade o tempo requerido para os movimentos necessários ao seu exercício. Em termos práticos, o poder se tornou verdadeiramente extraterritorial, não mais limitado, nem mesmo desacelerado pela resistência do espaço – o advento do telefone celular serve bem como "golpe de misericórdia" simbólico na dependência em relação ao espaço, o próprio acesso a um ponto telefônico não é mais necessário para que uma ordem seja dada e cumprida. Não importa mais onde está quem dá a ordem – a diferença entre "próximo" e "distante" ou entre o espaço selvagem e o civilizado e ordenado, está a ponto de desaparecer.

Quando Bauman (2001) analisa o comportamento humano voltado para o consumo, ele identifica uma corrida dos consumidores, todos estamos nessa corrida. Nesta corrida, a linha de chegada sempre se move mais veloz que o mais veloz dos corredores; mas a maioria dos corredores na pista tem músculos muito flácidos e pulmões muito pequenos para correr velozmente. O desejo se torna um propósito, e o arquétipo dessa corrida particular em que cada membro de uma sociedade de consumo está correndo é a atividade de comprar. Bauman (2001), afirma que nossa "política de vida" deriva da pragmática do comprar.

Estamos na corrida enquanto andamos pelas lojas, e não são só as lojas ou supermercados ou lojas de departamentos. Se "comprar" significa esquadrinhar as possibilidades, examinar, tocar, sentir, manusear os bens à mostra, comparando seus custos com o conteúdo da carteira ou com o crédito restante nos cartões de crédito, pondo alguns itens no carrinho e outros de volta às prateleiras -- então vamos às compras tanto nas lojas quanto fora delas; vamos às compras na rua e em casa, no trabalho e no lazer, acordados e em sonhos. O que quer que façamos e qualquer que seja o nome que atribuamos à nossa atividade, é como ir às compras, uma atividade feita nos padrões de ir às compras.

Diante disso, não se compra apenas comida, sapatos, automóveis ou itens de mobiliário, a vida é organizada em torno do consumo, e é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e voláteis. Nenhum vizinho em particular oferece um ponto de referência para uma vida de sucesso; uma sociedade de consumidores se baseia na comparação universal -- e o céu é o único limite. A ideia de "luxo" não faz muito sentido, pois a ideia é fazer dos luxos de hoje as necessidades de amanhã, e reduzir a distância entre o "hoje" e o "amanhã" ao mínimo -- tirar a espera da vontade, mas, realizar seus desejos agora; e depois, mudar de desejo.

Conforme a obra "A dialética do esclarecimento" de Adorno & Horkheimer (1947), a arte de viver num mundo hiper-saturado de informação ainda não foi aprendida. E muito mais difícil é preparar os homens para esse tipo de vida. Todo trabalho necessário é feito a fim de que o espectador das propagandas não tenha necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação por meio de sinais e toda ligação lógica que pressuponha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada. A diversão é garantida e nenhum incentivo ao raciocínio ou ponderação é dado. Além disso, para Adorno & Horkheimer (1947),

há uma afinidade original entre os negócios e a diversão a mostrar-se em seu próprio sentido: a apologia da sociedade. Divertir-se significa estar de acordo. Isso só é possível se isso se isola do processo social em seu todo, se idiotiza e abandona desde o início a pretensão inescapável de toda obra, mesmo da mais insignificante, de refletir em sua limitação o todo. Divertir significa sempre: não ter que pensar nisso, esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado. A impotência é a sua própria base. É na verdade uma fuga, mas não, como afirma, uma fuga da realidade ruim, mas da última ideia de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. (p. 69).

Assim, segundo Adorno & Horkheimer (1947), a liberação prometida pela diversão é, na verdade, a liberação do pensamento como negação. O descaramento

da pergunta retórica: *Mas o que é que as pessoas querem?* consiste em dirigir-se às pessoas como sujeitos pensantes, quando sua missão específica é desacostumá-las da subjetividade. Por isso, cabe questionar se os produtos da indústria cultural são adequados ou não ao desenvolvimento das potencialidades e projetos humanos.

Adorno e Horkheimer foram os primeiros, na década de 1940, a utilizar a expressão “indústria cultural” tal como a entendemos hoje. Estes autores defendem a posição ao lado do argumento de que a indústria cultural desempenha as mesmas funções de um Estado fascista, estando esta indústria na base do totalitarismo moderno, pois promove a alienação do homem, alienação entendida como um processo no qual o indivíduo é levado a não meditar sobre si mesmo e sobre a totalidade do meio social que o circunda, de forma que este homem alienado se transforma em mero joguete e, por fim, em simples produto alimentador do sistema que o envolve.

Para que possamos compreender o alcance obtido pela indústria cultural é importante analisarmos as relações existentes entre esta indústria e os meios de comunicação de massa, bem como a cultura de massa. Tais noções não devem ser entendidas como sinônimos ou como consequência automática uma das outras porquanto, apesar de que para existir uma cultura de massas seja necessária a existência de meios de comunicação de massa, não quer dizer que pelo simples fato de existirem tais meios de comunicação também existirá conseqüentemente a cultura de massa.

Um exemplo para esta afirmativa foi apontado por Coelho (1996) na obra *O que é indústria cultural*, na qual o autor menciona o surgimento dos meios de comunicação no século XV sendo marcado pela invenção dos tipos móveis de imprensa feita por Gutenberg. O autor analisa o fato de que não surgiu de imediato uma cultura de massa, e que isso se deve ao baixo consumo, pois era restrito a uma elite de letrados, embora fosse possível reproduzir ilimitadamente os textos da época.

Segundo Coelho (1996), a indústria cultural só iria aparecer com os primeiros jornais, e a cultura de massa, por sua vez, exigia a presença de produtos tal qual o romance de folhetim nos jornais. A cultura de massa, então, passava a existir por proporcionar através dos episódios do romance de folhetim uma arte fácil que se servia de esquemas simplificadores para traçar um quadro de vida na época – como o fazem nas novelas de TV atualmente. Os produtos típicos da cultura de massa

ostentam traços caracterizadores, um deles vem a ser o fato de que estes produtos não são feitos por aqueles que os consomem.

Além do romance de folhetim, outros produtos seriam feitos para que se formasse um sistema, quais sejam, o teatro de revista (como forma simplificada e massificada do teatro), a opereta (outra forma massificada da ópera), o cartaz (massificação da pintura) e assim por diante. Diante destas produções e consumo, Coelho (1996) situa o aparecimento da cultura de massa na segunda metade do século XIX europeu, e também afirma que o fenômeno da industrialização fomenta o surgimento da indústria cultural, dos meios de comunicação e da cultura de massa, sendo, na verdade, funções de tal fenômeno.

A economia de mercado, isto é, uma economia baseada no consumo de bens, na existência de uma sociedade de consumo advinda com a revolução industrial, engendra o aparecimento da cultura de massa. A industrialização, através das alterações que produz no modo de produção e na forma do trabalho humano, vem determinar um tipo particular de indústria – a indústria cultural – e um tipo de cultura – a cultura de massa. A industrialização implanta na indústria cultural e na cultura de massa os mesmos princípios em vigor na produção em geral, os quais são, o uso crescente da máquina e a submissão do ritmo humano de trabalho ao ritmo da máquina – a divisão do trabalho e a exploração do trabalhador.

No interior desta sociedade capitalista liberal, onde é nítida a oposição de classe, começa a surgir a cultura de massa. O homem encontra-se alienado até mesmo de sua própria vida, pois não dispõe de tempo livre e nem instrumentos teóricos que lhe permitam uma crítica de si mesmo e da sociedade. E é diante desta ausência de tempo que o consumidor recebe um produto padronizado sem questionar a respeito do que consome, ficando o sistema de consumo cada vez mais irrefreável a medida que o tempo passa e inovações tecnológicas surgem – começou com a era da eletricidade no fim do século XIX e seguiu-se com a era eletrônica na terceira década do século XX.

Segundo Coelho (1996), o momento de instalação definitiva da cultura de massa se dá realmente no século XX, período em que o capitalismo monopolista – um capitalismo de organização – cria as condições para uma efetiva sociedade de consumo cimentada por veículos como a TV. Essa cultura de massa orienta a organização da sociedade, tentando moldá-la segundo os moldes das sociedades do

Primeiro Mundo. Contudo, não podemos deixar de observar que este molde não se efetiva para todos os consumidores; o que ocorre é uma desenfreada busca dos próprios consumidores em estar moldados conforme a orientação da cultura de massa, mas aqueles com baixo poder aquisitivo não alcançam e continuam buscando, pois não tem atitude crítica diante do consumo, não questionam de modo a refletir o objetivo de suas aquisições no mercado; e aqueles que analisam criticamente seu hábito de comprar não são alvos da indústria cultural que conta com o interesse e disposição dos consumidores menos atentos, mais consumidores que produtores.

Tudo o que possa prejudicar um consumismo acrítico não deve passar pelos veículos da indústria cultural, pois a norma consiste em que as preocupações culturais se guiem pela preocupação maior, que é vender alguma coisa. E para vender é necessário criar e manter o hábito de consumir, hábito este que sobrevive na medida em que a capacidade crítica dos consumidores possa ser embotada.

Para Bauman (2001), a modernidade sólida inculca uma lição na mente de seus habitantes, com bons resultados, uma lição referente às ações que deveriam ser dignas de nossa volição e de nossos desejos, isto é, apenas ações que tivessem uma qualidade duradoura e prazeres duradouros. O autor analisa como tal lição soa estranha e vazia aos ouvidos contemporâneos e em sua obra *Capitalismo parasitário*, Bauman (2010) assevera:

Sem meias palavras, o capitalismo é um sistema *parasitário*. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência. (p. 8-9).

Bauman (2001) afirma que para conquistar sua emancipação, a economia líquido-moderna, centrada no consumidor, se baseia no excesso de ofertas, no envelhecimento cada vez mais acelerado do que se oferece e na rápida dissipação de seu poder de sedução -- transformando-a numa economia da dissipação e do desperdício. Para Bauman (2001), a sociedade que entra no século XXI não é menos "moderna" que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, continua, irrefreável e sempre incompleta modernização, a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição

criativa ou de criatividade destrutiva, de limpar o lugar em nome de um "novo e aperfeiçoado projeto", de dismantelar, cortar, defasar, reunir ou reduzir tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro - em nome da produtividade ou da competitividade.

## **1.2 Inclusão social marginal dos catadores de material reciclável na modernidade líquida**

Em razão da dinâmica interna da produção/consumo/produção, no âmbito da sociedade capitalista, alimentada pela obsolescência programada, uma imensidão de resíduos sólidos de diferentes tipos é produzida. A estratégia da obsolescência programada induz ao consumo desenfreado, o qual promove a produção de lixo (resíduos sólidos) em quantidade enorme. Diante do impacto social que o volume de lixo produzido causa, uma nova categoria profissional surge e se estabelece na sociedade: os catadores de material reciclável.

Dentro da própria indústria de consumo, surgiu a ideia de reutilizar parte dos materiais por ela produzidos a fim de economizar em seu processo de produção. Os catadores de material reciclável surgem como uma nova categoria profissional por haver um excedente de trabalhadores desempregados, dos quais, muitos estão nesta condição por terem sido substituídos por máquinas que realizam parte da produção de forma mais rápida e com menos custos para a fábrica. Isso ocorre nos mais diversos espaços industriais, inclusive no campo em que parte do cultivo de vegetais etc. conta com o funcionamento de máquinas em vez do trabalho de seres humanos.

Uma parte das pessoas despedidas de seus empregos consegue novo emprego, outra parte não. E esta parte que não consegue novo emprego vai em busca de outras formas de subsistência econômica, geralmente em espaços informais e sem direitos trabalhistas conforme prescrito na Consolidação das Leis Trabalhistas. As cooperativas de reciclagem estão entre os muitos espaços que recebem estas pessoas em busca de um trabalho e uma fonte de renda. Geralmente, a motivação para catar resíduos sólidos está no fato de que os catadores não conseguem mais se reinserir em um emprego, tampouco há outras opções melhores. Neste sentido, Witkoski (2011) afirma que

ser catador de resíduos sólidos visando à cadeia produtiva da reciclagem é como se ter uma nova chance de trabalho, de sobreviver, principalmente, porque ao exercer esse trabalho se reconhecem como trabalhadores excluídos da sociedade. Sabem que não é o melhor trabalho do mundo, mas é trabalho, e trabalho, por mais rude que seja, é trabalho. Nesse contexto, não podemos deixar de mencionar que o sistema capitalista cria, destrói e (re) cria as categorias profissionais que o sustentam. (p. 102).

Os catadores surgem porque há o desemprego estrutural e por nosso comportamento social que prefere não praticar a coleta seletiva. A categoria profissional de catador surge nessa sociedade capitalista, uma sociedade consumista e suja. O desemprego estrutural é inerente à sociedade capitalista como um todo, independente do país; mas apesar de tais trabalhadores se encontrarem excluídos do emprego formal, eles são incluídos de forma marginal na ocupação de catador de material reciclável. A sociedade capitalista produz o desemprego estrutural, o qual promove o surgimento da categoria profissional de catador, sendo este incluído socialmente de forma marginal por meio da cooperativa de reciclagem.

Se não podemos dizer que há exclusão social, pois, todos os indivíduos que pertencem a uma dada sociedade exercem nela o seu papel social, mas podemos falar em inclusão social marginal. Castel (1997) aborda sobre o processo de marginalização e busca compreender a situação desses indivíduos como resultado de uma dinâmica de exclusão, a qual se manifesta antes que ela produza efeitos completamente dessocializantes, de forma que a grande marginalidade se apresenta ao fim de um percurso. Segundo Castel (1997, p. 20), “esta zona de exclusão ou de quase exclusão é alimentada tanto por marginais propriamente ditos como por aqueles que estão ameaçados, instáveis, frágeis, correndo o risco de cair na marginalidade”.

Castel (1997) apresenta a miséria econômica como um elemento que está na base da maior parte das situações de grande marginalidade, senão de todas; mas reconhece as dificuldades de definir patamares de pobreza que sirvam como critérios de decisão sobre quem são os que necessitam de apoio. Por isso, Castel (1997) reitera que “o nível de recursos econômicos, em qualquer grau ou patamar que se estabeleça, constitui-se apenas num elemento para caracterizar as situações marginais.” (p. 21). Segundo Castel (1997),

as situações marginais aparecem ao fim de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Todo indivíduo pode ser situado com a ajuda deste duplo eixo, de uma integração pelo trabalho e de uma inserção relacional. Esquemmatizando



bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional. (p. 23).

Castel (1997) adverte que não devemos considerar de maneira estática o esquema que ele apresenta, mas de maneira dinâmica, pois as “zonas” que ele distingue não são dadas em definitivo, tais fronteiras são móveis, havendo trânsito incessante entre as “zonas”. Contudo, o autor observa que a zona de vulnerabilidade, em particular, ocupa uma posição estratégica por ser um espaço social instável, turbulento e no qual os indivíduos estão em situação frágil tanto na sua relação com o trabalho quanto em sua inserção relacional de forma que o risco de caírem na última zona aparece como o fim de um percurso. Castel também chama a atenção para a reestruturação produtiva<sup>6</sup> como fator responsável pela marginalização. Segundo Castel (1997),

a chamada “reestruturação do aparelho produtivo” conduz à marginalização mais de um décimo da força de trabalho, condenada ao desemprego ou à recorrência de períodos de desemprego e de empregos precários. Esta fragilização da condição salarial agravou-se consideravelmente, há alguns meses. Ela se transformou na preocupação dominante do discurso político. (p. 31).

Desta forma, Castel (1997), evidencia que a precariedade do trabalho e a fragilidade das redes relacionais estão frequentemente associadas e ampliam os riscos de queda da vulnerabilidade para o que o autor chama de desfiliação, isto é, a conjunção da perda de trabalho e do isolamento relacional. E ao relatar sobre as estratégias de inserção praticadas na Europa, Castel (1997) conclui que a inserção “ideal” seria a integração num emprego estável, mas entende que tal forma de inserção é impossível devido à situação do mercado de trabalho e também às capacidades de muitos dos indivíduos marginalizados, os quais frequentemente são pessoas que há muito tempo, ou mesmo desde sempre, estão afastadas das

---

<sup>6</sup> A respeito deste tema, a reestruturação produtiva no âmbito do sistema capitalista, analisaremos mais amplamente no segundo capítulo.

obrigações de ordem produtiva, de forma que as estratégias geralmente usadas correm o risco de ser um arremedo improvisado.

Tal é o cenário em que se encontram os catadores de material reciclável, os quais buscam catar pelas ruas e vendem o material coletado para um atravessador que, por sua vez, vende para a empresa que se utilizará deste material ou tais catadores se associam a uma cooperativa em busca de emancipação social. Todavia, encontramos a fragilidade das condições e inclusão social do catador quando verificamos tal situação à luz da análise de Castel (1997), o qual afirma que “inserir é geralmente menos que integrar, pois o vínculo social que se procura reconstituir é mais frouxo, correndo o risco de ser mais frágil que as interdependências que incluem um indivíduo num emprego estável e numa rede inter-relacional forte.” (p. 37). Citando o que ocorre na Europa, Castel (1997) assevera que

quando o beneficiário encontra um trabalho, o que pode ser considerado como um sucesso, isto ocorre frequentemente na faixa dos “pequenos trabalhos”, sem garantia de duração. Daí o risco de manter-se os ciclos de alternância trabalho-não trabalho, que não representam uma verdadeira integração. Dessa forma, essas práticas estabilizariam a marginalidade, se podemos assim dizer, sem reduzi-la verdadeiramente. E o que é mais grave, sem dúvida: muitos dos beneficiários da RMI<sup>7</sup>, inativos durante muito tempo, gravemente dessocializados, parecem pouco aptos a se erguerem e se reinserirem, ainda que sob formas frágeis. Para eles a atribuição da RMI pode ser uma medida de assistência no sentido mais tradicional, mantendo-os na dependência. (p. 37).

A partir da análise feita por Castel (1997) referente ao processo de marginalização, vemos que existe um processo decrescente, que vai da integração à desfiliação, passando pela vulnerabilidade. Para o autor, a inserção se trata de uma estratégia de refazer esse caminho ao contrário, reconstruindo os apoios ao mesmo tempo relacionais e ocupacionais. Diante desta possibilidade de duplo movimento, o autor observa que a exclusão não é um destino, mas que é necessário a devida atenção durante as intervenções de perspectiva preventiva a fim de consolidar a zona de vulnerabilidade, tentando evitar a queda na marginalidade por um lado, e do outro lado, na zona da desfiliação, tentar evitar uma instalação nesse campo, para não correr o risco de transformar as dificuldades de inserção em exclusão definitiva.

---

<sup>7</sup> Renda mínima de inserção (RMI). Política social praticada na França. Segundo Castel (1997, p. 16), “a RMI votada pelo Parlamento francês em 1º de dezembro de 1988, abre um direito a uma renda mínima de cerca de 2.000F (dois mil francos) a toda pessoa cujos recursos são inferiores a esta quantia. Não se trata de uma indenização específica, correspondente a esta ou aquela deficiência, mas de um direito geral endereçado a toda pessoa desprovida que em contrapartida se compromete a produzir uma atividade dita de inserção. “.

A fim de analisar a questão que envolve a trajetória de vida dos sujeitos da pesquisa, quais sejam, os catadores de material reciclável, é importante conhecer a respeito das análises sobre classes sociais feitas por teóricos que aqui tomamos como referência: Marx (2008), Marx & Engels (2003) e Bauman (2001). Podemos observar a diferença entre as classes sociais principalmente pela diferenciação de acesso aos produtos e aos meios de produção, segundo o grupo social a que se pertence. Podemos, portanto, analisar as relações sociais de produção, tanto das formas de distribuição dos meios de produção quanto dos produtos.

Concernente ao conceito de classe social em Marx & Engels (2003), os autores nos apresentam claramente o antagonismo entre das classes distintas, os burgueses e os proletários. Ao relatar que essa luta de classes é histórica, Marx & Engels (2003) relatam de forma breve a constituição das duas classes sociais fundamentais<sup>8</sup>:

Desde as épocas mais remotas da história, encontramos, em praticamente toda parte, uma complexa divisão da sociedade em classes diferentes, uma gradação múltipla das condições sociais. Na Roma Antiga, temos os patrícios, os guerreiros, os plebeus, os escravos; na Idade Média, os senhores, os vassallos, os mestres, os companheiros, os aprendizes, os servos; e, em quase todas essas classes, outras camadas subordinadas. A sociedade moderna burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas. No entanto, a nossa época, a época da burguesia, possui uma característica: simplificou os antagonismos de classes. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam – a burguesia e o proletariado. Dos servos da Idade Média originaram-se os burgueses privilegiados das cidades antigas. Desses burgueses, surgiram os primeiros elementos da burguesia atual. (p. 26).

Marx & Engels (2003) declaram que, diante do aprimoramento contínuo e rápido desenvolvimento das máquinas, a condição de vida do trabalhador se torna cada vez mais precária, e que os conflitos individuais entre o trabalhador e o burguês refletem o caráter de conflito entre suas classes. Marx e Engels (2003) ainda reverberam que as classes médias inferiores que são constituídas pelos pequenos industriais, os pequenos fabricantes, os artesãos e os camponeses, também lutam contra a burguesia, para garantir sua existência como parte da classe média, sendo apenas conservadoras, mas não revolucionárias, assumindo uma revolução apenas por sua iminente transferência para o proletariado, de forma que não defendem os

---

<sup>8</sup> Como evidenciaremos, no segundo capítulo, com o avanço do capitalismo as classes sociais se complexificaram.

seus interesses atuais, mas os futuros, abandonando seu próprio ponto de vista pelo do proletariado.

Marx (2008) corrobora a existência da sociedade de classes, a divisão desta em classes e encontramos esta afirmação na obra “Contribuição à crítica da economia política” quando o autor fala sobre o Método da Economia Política. Segundo Marx (2008, p. 257), “ao estudarmos um determinado país do ponto de vista da sua economia política, começamos por analisar a sua população, a divisão desta em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc.” Marx (2008) concorda que aparentemente seja correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo, como no exemplo da economia, a análise começa a partir da população que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto; contudo, Marx (2008) adverte que num exame mais atento, essa concepção se revela falsa, pois,

A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços, etc. (p. 257).

Na obra “Dialética do Esclarecimento”, de Adorno & Horkheimer (1947), encontramos uma análise sobre a contribuição da indústria cultural para reprodução da estratificação/estrutura social existente em nossa sociedade capitalista. Temos como exemplo, as distinções enfáticas feitas entre os filmes das categorias A e B, ou entre as histórias publicadas em revistas de diferentes preços: tais distinções têm menos a ver com seu conteúdo do que com sua utilidade para a classificação, organização e computação estatística dos consumidores. Para Adorno & Horkheimer (1947):

O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu level, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo. Reduzidos a um simples material estatístico, os consumidores são distribuídos nos mapas dos institutos de pesquisa (que não se distinguem mais dos de propaganda) em grupos de rendimentos assinalados por zonas vermelhas, verdes e azuis. O esquematismo do procedimento mostra-se no fato de que os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre como a mesma coisa. (p. 59).

E concernente à questão do consumo discutido nesta pesquisa, também encontramos uma abordagem feita pelos autores Adorno & Horkheimer (1947). Segundo estes, a violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas; não há dúvidas de que até mesmo os distraídos consumirão abertamente produtos da indústria cultural. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho. Adorno & Horkheimer (1947) afirmam que todo o mundo é o que é sua fortuna, sua renda, sua posição, suas chances. Na consciência dos homens, a máscara econômica e o que está debaixo dela coincidem nas mínimas reguingas. Conforme asseveram os Adorno & Horkheimer (1947),

cada um vale o que ganha, cada um ganha o que vale. Ele aprende o que ele é através das vicissitudes de sua vida econômica. Ele não se conhece de outro modo. Se a crítica materialista da sociedade objetou outrora ao idealismo que não é a consciência que determina o ser, mas é o ser que determina a consciência, que a verdade sobre a sociedade não será encontrada nas concepções idealistas que ela elaborou sobre si mesma, mas em sua economia, a autoconsciência dos contemporâneos acabou por rejeitar semelhante idealismo. Eles julgam seu próprio eu segundo o valor de mercado e aprendem o que são a partir do que se passa com eles na economia capitalista. (p. 100).

Ao estudar a modernidade líquida, Bauman (2001), também analisa as relações humanas no mundo fluido e identifica dois tipos de espaço, ocupados por duas categorias de pessoas, espaços que são marcadamente diferentes, mas inter-relacionados; não conversam entre si, mas estão em constante comunicação; têm muito pouco em comum, mas simulam semelhança. Segundo Bauman (2001), os dois espaços são regidos por lógicas drasticamente diferentes, moldam diferentes experiências devida, geram itinerários divergentes e narrativas que usam definições distintas, muitas vezes opostas, de códigos comportamentais semelhantes. E no entanto, os dois espaços se acomodam dentro do mesmo mundo – e cabe destacar que Bauman (2001) aponta que o mundo de que ambos fazem parte é o mundo da vulnerabilidade e da precariedade.

Bauman (2001) afirma que precariedade, instabilidade, vulnerabilidade, é a característica mais difundida das condições de vida contemporâneas. Os teóricos franceses falam de *précarité*; os alemães, de *Unsicher/zeit* e *Risikogesellschaft*; os italianos, de *incerlezza* e os ingleses, *deinsecurity* – mas todos têm em mente o mesmo aspecto da condição humana, experimentada de várias formas e sob nomes

diferentes por todo o globo, mas sentida como especialmente enervante e deprimente na parte altamente desenvolvida e próspera do planeta – por ser um fato novo e sem precedentes. Bauman (2001) conclui que

o fenômeno que todos esses conceitos tentam captar e articular é a experiência combinada da falta de garantias (de posição, títulos e sobrevivência), da incerteza (em relação à sua continuação e estabilidade futura) e de insegurança (do corpo, do eu e de suas extensões: posses, vizinhança, comunidade). (p. 143-144).

Bauman (2001) analisa a precariedade e identifica-a como a marca da condição preliminar de todo o resto: a sobrevivência, e particularmente o tipo mais comum de sobrevivência, a que é reivindicada em termos de trabalho e emprego. Essa sobrevivência por meio do trabalho já se tornou excessivamente frágil, mas se torna menos confiável a cada ano que passa. Quando ouvimos as opiniões contraditórias dos especialistas em economia, mas em geral apenas olhando a situação de emprego em volta, enxergamos a realidade declarada por Bauman (2001) de que, por mais admiráveis que sejam as promessas que os políticos fazem, o desemprego nos países prósperos tornou-se "estrutural": para cada nova vaga há alguns empregos que desapareceram, e simplesmente não há empregos suficientes para todos. E o progresso tecnológico - de fato, o próprio esforço de racionalização - tende a anunciar cada vez menos, e não mais, empregos.

O autor observa como frágeis e incertas se tornaram as vidas daqueles já dispensáveis como resultado de sua dispensabilidade. A questão é, porém, que - pelo menos psicologicamente – todos os outros também são afetados, ainda que por enquanto apenas obliquamente. No mundo do desemprego estrutural, ninguém pode se sentir verdadeiramente seguro. Empregos seguros em empresas seguras parecem parte da nostalgia dos avós; nem há muitas habilidades e experiências que, uma vez adquiridas, garantam que o emprego será oferecido e, uma vez oferecido, será durável. Dentro da modernidade líquida, "flexibilidade"<sup>9</sup> é a palavra do dia. Ela anuncia empregos sem segurança, compromissos ou direitos, que oferecem apenas contratos a prazo fixo ou renováveis, demissão sem aviso prévio e nenhum direito à compensação.

---

<sup>9</sup> A flexibilidade é uma *palavra de ordem* no interior do sistema capitalista com o advento da reestruturação produtiva. A respeito de regras flexíveis no mundo do trabalho, abordaremos mais amplamente no segundo capítulo.

Ao falar da globalização, nessa modernidade líquida, Bauman (1999) afirma que, para alguns, “globalização” é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. E analisando as posições socialmente ocupadas pelos indivíduos, podemos dizer que a globalização apresenta de forma “gigantesca” aquilo que acontece localmente: há divisões e classificações nos ambientes locais tal como há no ambiente global. Tais divisões e classificações não intentam simplesmente desmerecer classes e segmentos sociais, mas principalmente despertar em todas as classes o desejo de se manter na classe com mais poder aquisitivo, na classe em que há maior ostentação, pois, fazendo parte dessa classe, os privilégios são desfrutados, e os direitos quase nada discutidos, pois sempre garantidos.

Temos em Bauman (1999), um forte argumento para a afirmativa de que ainda estamos muito atrasados socialmente, tendo em vista que a liberdade seria uma característica de uma sociedade evoluída – uma sociedade de diferentes, mas não de desiguais, igualdade no direito de ir e vir, liberdade de ir e vir, por exemplo; questão que podemos entender ao analisar o conceito de mobilidade apresentado pelo autor, o qual diz que uma parte integrante dos processos de globalização é a progressiva segregação espacial, a progressiva separação e exclusão.

Bauman (1999) traz o conceito de mobilidade, o qual analisaremos dentro do contexto de inclusão social marginal vivenciada pelos catadores de material reciclável no interior da presente sociedade capitalista que vive uma modernidade líquida.

Para o autor, a mobilidade galga ao mais alto nível dentre os valores cobiçados – e a liberdade de movimentos, uma mercadoria sempre escassa e distribuída de forma desigual, logo se torna o principal fator estratificador de nossos tardios tempos modernos ou pós-modernos. Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança. E, no entanto, os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais. Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente “globais”; alguns se fixam na sua “localidade” — transe que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os “globais” dão o tom e fazem as regras do jogo da vida. O autor assevera que a mobilidade se tornou o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado, a

matéria de que são feitas e refeitas diariamente as novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais em escala cada vez mais mundial.

Muito embora esteja o capital a incentivar a mobilidade, enquanto esta não é conquistada, a segregação é mantida firme; e esta testifica aos que não tem condições materiais suficientes de deter o poder da mobilidade de que eles não são socialmente dignos de outra posição diferente da que estão a ocupar. Assim, encontramos em Bauman (1999) o seguinte argumento:

As elites escolheram o isolamento e pagam por ele prodigamente e de boa vontade. O resto da população se vê afastado e forçado a pagar o pesado preço cultural, psicológico e político do seu novo isolamento. Aqueles incapazes de fazer de sua vida separada uma questão de opção e de pagar os custos de sua segurança estão na ponta receptora do equivalente contemporâneo dos guetos do início dos tempos modernos; são pura e simplesmente postos para “fora da cerca” sem que se pergunte a sua opinião, têm o acesso barrado aos “comuns” de ontem, são presos, desviados e levam um choque curto e grosso quando perambulam às tontas fora dos seus limites, sem notar os sinais indicadores de “propriedade privada” ou sem perceber o significado de indicações não verbalizadas mas nem por isso menos decididas de “não ultrapasse”. ( p.22.)

Bauman (1999) diz que testemunhamos hoje um processo de reestratificação mundial, no qual se constrói uma nova hierarquia sociocultural em escala planetária. Pelo impacto divisor da nova liberdade de movimento, os chamados processos “globalizantes” redundam na redistribuição de privilégios e carências, de riqueza e pobreza, de recursos e impotência, de poder e ausência de poder, de liberdade e restrição. O autor afirma que a pobreza não pode ser “curada”, pois não é um sintoma da doença do capitalismo, é justamente o contrário: a pobreza é evidência da saúde e robustez do sistema, do seu ímpeto para uma acumulação e esforço sempre maiores.

Bauman (1999) aborda a respeito da mobilidade da informação no mundo moderno, onde a informação agora flui independente dos seus portadores; a mudança e a *rearrumação* dos corpos no espaço físico é menos que nunca necessária para reordenar significados e relações. Para algumas pessoas -- para a elite móvel, a elite da mobilidade -- isso significa, literalmente, a libertação em relação ao “físico”, uma nova imponderabilidade do poder. As elites viajam no espaço e viajam mais rápido que nunca — mas a difusão e a densidade da rede de poder que elas tecem não dependem dessa viagem. Com a nova “incorporeidade” do poder na sua forma sobretudo financeira, os detentores do poder tornam-se realmente extraterritoriais,



ainda que corporeamente estejam “no lugar”. Seu poder está, real e integralmente, não “fora deste mundo” — não do mundo físico no qual constroem suas casas e escritórios supervigiados, eles próprios extraterritoriais, livres da intromissão de vizinhos importunos, isolados do que quer que se possa chamar de uma comunidade local, inacessíveis a quem quer que esteja (ao contrário deles) a ela confinado. Os pobres do mundo, no entanto, não desfrutam dessa libertária mobilidade. Essa mobilidade – o privilégio e os desprivilegio de mobilidade define as posições.

Retomando a análise sobre o consumo na sociedade moderna, verifica-se sua relação com a estratificação social existente. Segundo Bauman (1999, p.81), “todo mundo pode ser *lançado* na moda do consumo; todo mundo pode *desejar* ser um consumidor e aproveitar as oportunidades que esse modo de vida oferece. Mas nem todo mundo *pode* ser um consumidor. Desejar não basta; para tornar o desejo realmente desejável e assim extrair prazer do desejo, deve-se ter uma esperança racional de chegar mais perto do objeto desejado”.

Mas enquanto alguns alimentam racionalmente essa esperança, para muitos outros, tal esperança é fútil, pois conquanto todos estejamos condenados à vida de opções, nem todos temos os meios de ser optantes. Como todas as outras sociedades, nossa sociedade – uma sociedade de consumo – é uma sociedade estratificada. Mas para Bauman (1999) é possível distinguir um tipo de sociedade de outro pela extensão ao longo da qual ela estratifica seus membros. Aqui mais uma vez é destacada a mobilidade, assim, de acordo com Bauman (1999), a extensão ao longo da qual os de “classe alta” e os de “classe baixa” se situam numa sociedade de consumo é o seu grau de mobilidade — sua liberdade de escolher onde estar. Sobre a mobilidade, (BAUMAN, 1999) diz:

Poderia ser considerada uma metáfora para a nova estratificação emergente. Ela deixa a nu o fato de que agora o “acesso à mobilidade global” é que foi elevado à mais alta categoria dentre os fatores de estratificação. Também revela a dimensão global de todo privilégio e de toda privação, por mais localizados. Alguns desfrutam da nova liberdade de movimentos *sans papiers* [sem documentos]. Outros não têm permissão para ficar nos seus lugares pela mesma razão. Todas as pessoas podem agora ser andarilhas, de fato ou em sonho — mas há um abismo difícil de transpor entre as experiências que podem ter, respectivamente, os do alto e os de baixo da escala de liberdade. (p. 82).

Entre os processos sociais, a mobilidade humana se destaca sobremaneira e a repercussão de seus efeitos – quer positivos quer negativos – sobre a vida em

sociedade é amplamente visível. Essa distinção de grupos sociais é nítida entre as duas categorias de pessoas. Conforme análise de Bauman (1999), para os habitantes do Primeiro Mundo -- o mundo cada vez mais *cosmopolita* e extraterritorial dos homens de negócio globais, dos controladores globais da cultura e dos acadêmicos globais -- as fronteiras dos Estados foram derrubadas, como o foram para as mercadorias, o capital e as finanças.

Para os habitantes do Segundo Mundo, os muros constituídos pelos controles de imigração, as leis de residência, a política de “ruas limpas” e “tolerância zero” ficaram mais altos; os fossos que os separam dos locais de desejo e da sonhada redenção ficaram mais profundos, ao passo que todas as pontes, assim que se tenta atravessá-las, revelam-se pontes levadiças. Os primeiros viajam à vontade, divertem-se bastante viajando (particularmente se vão de primeira classe ou em avião particular), são adulados e seduzidos a viajar, sendo sempre recebidos com sorrisos e de braços abertos. Os segundos viajam às escondidas, muitas vezes ilegalmente, às vezes pagando por uma terceira classe superlotada num fedorento navio sem condições de navegar mais do que outros pagam pelos luxos dourados de uma classe executiva — e ainda por cima são olhados com desaprovação, quando não presos e deportados ao chegar.

Mais lamentável, porém, que a situação de precariedade quanto à mobilidade é a precariedade quanto à atitude crítica por parte, especialmente, daqueles que sofrem diretamente e a cada dia os efeitos da referida estratificação. Segundo Bauman (2001), o principal objetivo da teoria crítica era a defesa da autonomia, da liberdade de escolha e da autoafirmação humanas, do direito de ser e permanecer diferente. Para o autor, a sociedade não mais reconhece qualquer alternativa para si mesma e, portanto, sente-se absolvida do dever de examinar, demonstrar, justificar a validade de suas suposições tácitas e declaradas. Contudo, o autor também acredita que nossa sociedade não suprimiu o pensamento crítico como tal. Para Bauman (2001),

ela (a sociedade) não deixou seus membros reticentes (e menos ainda temerosos) em lhe dar voz. Ao contrário: nossa sociedade – uma sociedade de "indivíduos livres" - fez da crítica da realidade, da insatisfação com "o que aí está" e da expressão dessa insatisfação uma parte inevitável e obrigatória dos afazeres da vida de cada um de seus membros. Somos "seres reflexivos" que olhamos de perto cada movimento que fazemos, que estamos raramente satisfeitos com seus resultados e sempre prontos a corrigi-los. (p. 21.)

De alguma maneira, no entanto, essa reflexão não vai longe o suficiente para alcançar os complexos mecanismos que conectam nossos movimentos com seus resultados e os determinam, e menos ainda as condições que mantêm esses mecanismos em operação. Somos talvez mais predispostos à crítica, mais assertivos e intransigentes em nossas críticas, que nossos ancestrais em sua vida cotidiana, mas nossa crítica é, como diz o autor, “desdentada”, incapaz de afetar a agenda estabelecida para nossas escolhas.

Apresentando mais uma vez uma relação de diálogo entre os autores Bauman e Berman quando estes abordam o tema da vida moderna, do modo de vida na modernidade, temos em Bauman (2001) considerações sobre a característica da vida moderna referente à obsolescência programada. Analisando essa questão da obsolescência e o consumo, Bauman (2001) aponta para o fato de que o que o homem faz o homem pode desfazer, e que ser moderno passou a significar, como significa hoje em dia, ser incapaz de parar e ainda menos capaz de ficar parado. Segundo o autor, movemo-nos e continuaremos a nos mover por causa da impossibilidade de atingir a satisfação: o horizonte da satisfação, a linha de chegada do esforço e o momento da auto congratulação tranquila movem-se rápido demais. A consumação está sempre no futuro, e os objetivos perdem sua atração e potencial de satisfação no momento de sua realização, se não antes.

Face à conjuntura apresentada, o catador de material reciclável, cuja profissão é recente, sempre foi visto como um sujeito socialmente excluído, apesar de prestar um serviço que contribui para a sustentabilidade socioambiental. A falta de reconhecimento dessa atividade pode ser observada pelas condições de trabalho oferecidas, além do estigma social sofrido. Em 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) reconheceu essa atividade como profissão e, sob o número 5192-05, o trabalho do catador foi registrado; tal conquista se deve à luta do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Segundo Oliveira, Silva e Fraxe (2011), uma maneira de amenizar a falta de emprego, por exemplo, é a organização social, a qual surgiu como meio de trabalhar com o coletivo e neste sentido, forma associações que buscam melhorias financeiras e de qualidade de vida para seus associados -- boa alimentação, vestimentas. Assim, a ação coletiva de um determinado grupo organizado, pode proporcionar mudanças em respostas as dificuldades e problemas em questão.

Os catadores de material reciclável encontram nas cooperativas um meio de enfrentar o desemprego. Visando tal conquista, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) empreende suas lutas por políticas públicas e autoafirmação da categoria. Oliveira, Silva e Fraxe (2011) afirmam que além do MNCR, diversas instituições vêm participando deste processo de organização dos catadores, sendo uma dessas instituições as Universidades, as quais tem o propósito de contribuir para a organização desses e outros trabalhadores, a partir da perspectiva da Economia Solidária e do Cooperativismo. No interior dessas organizações são traçadas estratégias de desenvolvimento econômico para o grupo de catadores organizados em associação ou cooperativa.

Ademais, há um aspecto desta atividade assaz importante, qual seja, a representação social que motiva o trabalho dos catadores: as narrativas a respeito do tema da reciclagem não pretendem defender seus interesses, mas, os interesses dos detentores dos meios de produção que, longe de se preocuparem com aquele grupo de trabalhadores dos quais dependem, buscam aderir às lutas ambientalistas de forma a tornar seu compromisso com a conservação ambiental mais um meio de acumulação de riqueza. Assim, os catadores são mais um grupo de trabalhadores que contribuem para a satisfação desses interesses alheios, mas, também se sentem enaltecidos por serem identificados como agentes ambientais.

Conforme compreende Bauman (2001), é preciso, no trabalho da sociologia, a revelação das causas estruturais que os sinais e falas aparentes só evidenciam por distorção. É preciso explicar e compreender os sofrimentos característicos de uma ordem social que multiplicava os espaços sociais que ofereciam condições favoráveis para o crescimento sem precedentes de todos os tipos de pequenas misérias. Mas, diagnosticar uma doença não é o mesmo que curá-la (e a doença da sociedade difere das doenças do corpo num aspecto tremendamente importante: no caso de uma ordem social doente, a falta de um diagnóstico adequado é parte crucial e talvez decisiva da doença). A sociedade está doente quando deixa de se questionar, impedindo, assim, a consciência da autonomia ao mesmo tempo em que promove a ilusão de heterônoma com suas consequências inevitáveis.

## **CAPÍTULO 2 – COOPERATIVISMO COMO FORMA ALTERNATIVA DE VIDA**

As relações sociais são reproduzidas constantemente e as forças físicas do ser humano não se reproduzem constantemente; ou cessa pela morte ou é dificultada pela falta de meios satisfatórios de trabalho. Os catadores de materiais recicláveis encontraram na catação uma forma de sustento para se alimentarem e manterem sua existência. A partir dos dados da pesquisa de campo e à luz de nosso referencial teórico, vamos expor a análise realizada a respeito do trabalho social dos catadores de material reciclável e a respeito da forma alternativa de vida socioeconômica que a cooperativa de reciclagem tem proporcionado aos catadores.

Primeiramente, é importante explicitar a expressão “alternativa de vida”. Escolhemos identificar o cooperativismo como alternativa de vida ao modo de produção capitalista que é a forma em que muitos trabalhadores estão vivendo e nessa forma de vida sobrevivem a partir do seu trabalho, o qual é gerido na forma do sistema capitalista.

Antunes (2009) nos conduz à reflexão sobre o sistema de metabolismo social do capital afirmando que o mesmo nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Esse sistema de metabolismo social é, segundo Mészáros (2011), o resultado de um processo historicamente constituído, em que prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital. Os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido.

Surgindo como o que Rodriguez (2002) vai chamar de globalização contra hegemônica, a organização dos trabalhadores em cooperativas visa proporcionar uma forma alternativa de vida socioeconômica para os catadores de material reciclável. Assim, a primeira subseção apresentará a natureza organizacional no aspecto social e econômico da cooperativa de reciclagem, a Ecocooperativa, que foi o *locus* de nossa pesquisa de campo para a análise que ora apresentamos.

### **2.1 Ecocooperativa de reciclagem de resíduos sólidos**

Neste capítulo, ao buscarmos evidenciar as formas socioorganizativas das cooperativas de reciclagem visando à emancipação social, demonstraremos como a

atividade de catador alcançou sua organização com a formação de associações e cooperativas. Para tal propósito, nos utilizamos do estudo analítico realizado por Pinho (2004), no qual a autora apresenta as mudanças estruturais de um mundo globalizado assimetricamente, destacando os reflexos dessas mudanças no Brasil, incluindo em sua apresentação uma abordagem sistematizada dos fatos jurídicos, econômicos, sociais e políticos que afetam o cooperativismo como um todo.

Pinho (2004) analisa as principais fontes de renovação do cooperativismo brasileiro em 2003, as quais são o novo Código Civil, a Resolução do Banco Central do Brasil (incorporando as decisões do Conselho Monetário Nacional que modificam as normas de constituição e de funcionamento das cooperativas de crédito, ampliando-as para o público em geral), e a passagem da unicidade à pluralidade de representação do cooperativismo no Brasil. A autora também cita outros fatos significativos, em especial a eleição de um governo popular, interessado em promover cooperativas junto aos segmentos sociais de baixa renda, como forma de inclusão social. Tal análise nos leva a pensar sobre o papel atual das duas principais vertentes cooperativistas brasileiras – a pioneira ou tradicional, que agrupa todos os ramos cooperativos e enfatiza as cooperativas econômicas em busca da maximização de resultados no mercado; e a outra, emergente, que reúne as recentes cooperativas da Economia Solidária, seguindo outra lógica gestonária e voltada para a geração de trabalho e renda à população marginalizada socialmente.

Sobre a evolução do cooperativismo no Brasil, Pinho (2004) analisa as grandes mudanças estruturais no século XXI no Brasil. Segundo ela, recentes fatos políticos, jurídicos, socioeconômicos e culturais vêm mudando o Cooperativismo brasileiro. Depois de mais de um século de implantação das cooperativas no Brasil, trazidas por alguns idealistas e multiplicadas inicialmente entre os imigrantes alemães e italianos, é sobretudo no início do século XXI que o Cooperativismo mostra o forte impacto de grandes transformações que estão ocorrendo neste País e no mundo (Id; Ibid).

No mundo, a principal transformação ocorrida é a Primeira Guerra do Século XXI (ou a Segunda Guerra do Golfo) (Id; Ibid). Foi iniciada “oficialmente” na noite de 20 de março de 2003, pelo presidente norte-americano George W. Bush, confirmando o perigo de um mundo assimetricamente globalizado, perversamente fragmentado e sem condições de se opor à dominação hegemônica de uma nação com um PIB anual

da ordem de 10 trilhões de dólares... ou 1/3 do PIB de todos os países do mundo juntos. Segundo Pinho (2004),

na competição econômica internacional, as cooperativas brasileiras voltadas para a exportação intensificaram seu esforço de melhorar a produtividade e a qualidade, mas o protecionismo agrícola, principalmente dos EUA e da União Europeia, continuou dificultando a venda dos produtos agropecuários do Brasil. (p.3).

E no Brasil, Pinho (2004) apresenta três fatos que estão provocando mudanças estruturais e importantes no cooperativismo brasileiro: o primeiro fato, de caráter polêmico, já praticado há alguns anos pelas cooperativas das vertentes sindicais e de economia solidária é o “desconhecimento” da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) como representante do sistema cooperativista brasileiro e órgão técnico-consultivo do governo, desde 1971 (Lei 5764, art. 105). A autora destaca como consequência desse “desconhecimento” o fato de as cooperativas das vertentes paralelas nunca se registrarem na OCB, nem terem pagado a “Contribuição Cooperativista”, instituída em 1971 (arts. 107 e 108 da Lei 5764). Nos anos 2000, a aceitação geral da passagem da representação única à representação *múltipla* das cooperativas está estimulando a emergência de novos pólos de aglutinação e de decisão política, social e econômica em nível local, regional e/ou nacional. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, como um dos primeiros atos do Governo Lula, já é indicativa do *desatrelamento* do cooperativismo do Ministério da Agricultura, como se verificava desde o início do século XX.

O segundo fato, de natureza jurídica, é a adequação da legislação cooperativa brasileira vigente ao novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002) e aplicável a todos os ramos de cooperativas. O terceiro fato, por sua vez, possui caráter administrativo e restrito ao ramo crédito ou às cooperativas como instituições financeiras, decorre de flexibilização das normas do Banco Central do Brasil, sobre as cooperativas de crédito, em especial a Resolução n. 3106/03 com as alterações do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre a constituição e o funcionamento das cooperativas de crédito.

Pinho (2004) afirma que, de modo geral, a análise da evolução do cooperativismo no Brasil mostra, desde os primórdios da colonização portuguesa, o processo de criação de uma cultura da cooperação e que esta foi quase interrompida

durante o escravismo, mas emergiu no século XX, facilitando a criação e a difusão de cooperativas dos mais variados ramos. Segundo a autora, as informações atualmente disponíveis indicam que a história do cooperativismo formal no Brasil começa, de fato, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, a mais antiga cooperativa de que se tem notícia no Brasil. Para Pinho (2004),

é a primeira iniciativa de trabalhadores livres, logo após a extinção do escravismo, para criar uma espécie de banco sob a forma de sociedade anônima, mas prevendo sua expansão em caixa de auxílio e socorro, na construção de casas para alugar ou vender aos sócios, além de outras atividades, muito semelhantes aos termos da Carta de Princípios, divulgada pelos Pioneiros de Rochdale quando fundaram sua cooperativa de consumo, mas nunca passou de um grande ideal. (p. 13).

O cenário histórico inicia no século XX quando aparecem algumas cooperativas inspiradas em modelos trazidos por imigrantes estrangeiros, alguns deles anarquistas e sindicalistas, ou por uns poucos idealistas brasileiros, que tinham conhecimento do sucesso de associações de crédito cooperativo para pequenos agricultores, na Alemanha e na Itália (Id; Ibid). A seguir, apresentamos os períodos principais da História do Cooperativismo dividida por Pinho (2004) usando o critério factual.

De 1530 a 1879 ocorreram as “experiências esparsas e efêmeras de pré-cooperativas” (Id; Ibid). Vários movimentos de cooperação se aproximaram de alguns princípios que o Cooperativismo desenvolveria somente em 1844, a partir da famosa experiência dos Pioneiros de Rochdale, em Manchester, Inglaterra. Segundo a autora, de modo geral, as experiências brasileiras de cooperação estavam ligadas a anseios de liberdade, tanto no campo político como no campo econômico, com grande reflexo nas formas de organização da produção e do trabalho; mas todas elas fortemente imbuídas do idealismo inspirado em associações religiosas e em utopias associacionistas que vicejaram no começo do século XIX, como reação às consequências práticas do sistema capitalista.

De 1878 a 1931 apareceram as primeiras cooperativas de consumo (modelo Rochdale) e de crédito (Raiffeisen, Luzzatti, mistas com seção de crédito). Segundo Pinho (2004), depois das experiências de cooperação econômica e social implantadas isoladamente desde 1530 em algumas regiões do Brasil, diversos fatores marcaram os primórdios da implantação do Cooperativismo no Brasil, especialmente a abolição do escravismo e a legislação republicana assegurando a liberdade de associação,



apoiada pela Constituição de 1891 (art. 72, parágrafo 8). Este último fato significou uma primeira abertura ao cooperativismo, já que a Constituição de 1824 proibia qualquer tentativa associacionista (art. 179, parágrafo 25).

A partir dessas condições, apareceram as primeiras cooperativas de modelo rochdaleano no Brasil, estimuladas por alguns idealistas brasileiros e imigrantes estrangeiros. No início, foram organizadas sobretudo cooperativas agrícolas e de crédito agrícola entre colonos italianos e alemães na região sul do Brasil. Nos centros urbanos, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, imigrantes, italianos e espanhóis difundiram práticas de associações cooperativas e sindicais entre os trabalhadores da indústria nascente. Segundo Pinho (2004), alguns deles tinham conhecimento de realizações cooperativistas europeias e outros, sindicalistas e/ou anarquistas, criaram os primeiros sindicatos.

Apesar dessas iniciativas, fatores econômicos, sociais e políticos continuavam emperrando a expansão das cooperativas no Brasil. Os pontos fracos mais evidentes continuavam sendo a precariedade de meios de transporte e de comunicação, que dificultavam o escoamento da produção rural e desanimavam os pequenos e médios produtores – a escassez de recursos financeiros e humanos, quer na área rural quer na área urbana. Pinho (2004) destaca que apesar de livres, grande parte da mão-de-obra continuava analfabeta e sem condições de praticar a democracia econômica cooperativista, nem de tomar decisões, autofiscalizar e autogerir o grupo de associados. Como não havia legislação específica, as cooperativas ora pendiam para sociedades anônimas, ora para associações profissionais, aproximando-se ou afastando-se dos nascentes sindicatos.

Pinho (2004) apresenta alguns fatos históricos que fazem parte da evolução do cooperativismo no Brasil. Apresentamos o período de 1932-1964: Em 1932, foi aprovada a primeira lei cooperativa (22.239/32) e em 1964, deu-se a reforma bancária durante o Governo Militar. Em São Paulo, em 1932, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo, criado junto à Secretaria de Agricultura, serviu de modelo a outros Estados brasileiros.

No período de 1965-1970, houve disputas internas, liquidação quase total das cooperativas de crédito e fortalecimento da liderança do cooperativismo agrícola. O sistema cooperativista brasileiro atravessou séria crise, mas conseguiu se reorganizar e se renovar. No período de 1971-1987, tivemos a Lei 5.764/71: implantação do

Sistema OCB, reforma estrutural do Cooperativismo e representação única. Ultrapassado o período de forte “centralismo estatal” de 1966/1970, pacificado internamente e unificado, o Cooperativismo atingiu uma fase de renovação legal, estrutural e instrumental. A lei 5.764, promulgada em dezembro de 1971, declarou em sua ementa que definia a política nacional de cooperativismo, instituía o regime jurídico das sociedades cooperativas e determinava outras providências. Mais tarde, a Constituição Federal de 1988 derogou vários de seus artigos ao proibir a interferência estatal em associações. Contudo, a Lei 5.764/71 continuou em vigor.

No período de 1988-1995, ocorre a proibição constitucional de interferência do Estado em associações, a autogestão do cooperativismo e o intenso crescimento de cooperativas de trabalho. Pinho (2004) relata que o Movimento Cooperativista unificara-se, fortalecera-se e renovara-se do ponto de vista legal, estrutural e institucional, no período de 1971-1987. Uma nova crise, porém, o aguardava em 1988, com dois componentes igualmente preocupantes. O primeiro, resultava da própria falência do Estado brasileiro. Diante dos efeitos negativos e perversos da hiperestagflação que assolava a economia brasileira, o Cooperativismo Brasileiro não pode desfrutar da tão almejada autogestão conseguida com a Constituição/88. Enfraqueceu-se e descapitalizou-se com a longa recessão econômica, produto direto dos sucessivos pacotes e “choques” heterodoxos e ortodoxos que vinham desmantelando o sistema produtivo do País, desde 1985. Então, a unidade do sistema OCB começou a ser questionada pelo Rio Grande do Sul que, em 1993, recusou-se a apoiá-la financeiramente, permanecendo apenas as contribuições das cooperativas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, já que o cooperativismo do Nordeste, Norte e Centro-Oeste continuava deficitários. E, sem recursos financeiros adequados, nenhuma organização consegue sobreviver, por mais idealistas que sejam seus membros.

Pinho (2004) relata que o segundo componente da crise que acometeu o Movimento Cooperativista em 1988 resultava da própria crise de identidade do cooperativismo internacional, que não conseguira ocupar o vazio deixado pela implosão do socialismo aplicado e pela falência social do capitalismo que embasa a economia de mercado. No confronto com a empresa capitalista, acentuaram-se as dificuldades de observação dos valores básicos e dos valores de referência do Cooperativismo, aprovados pela ACI, Aliança Cooperativa Internacional, e que se

inspiraram no modelo *rochdaleano*. Enquanto a ACI debatia a possibilidade de mudanças nos “princípios” cooperativistas, as cooperativas entraram em serie crise de identidade, quer em nível nacional, quer em nível internacional.

Pinho (2004) afirma que diversos fatos continuaram provocando perplexidade neste tumultuado final de século, no qual as cooperativas brasileiras buscam modernizarem-se administrativa e tecnologicamente, mas são cerceadas pela crise geral da economia brasileira. Para compreender a vulnerabilidade do Cooperativismo Brasileiro é necessário considera-lo no contexto de dois grupos de problemas que se interpenetram e se encadeiam: o seu crescimento sem sustentação estrutural de credito cooperativo, e aqueles resultantes dos impactos da longa recessão econômica do País.

Para Pinho (2004), no primeiro caso, tem sido insuficiente o esforço de concentração horizontal e vertical (centrais, federações e confederações), de enxugamento de custos (racionalização administrativa, economia de escala e outras), e de criação de holdings para gerir grandes complexos de cooperativas e de empresas-não-cooperativas, já que estas dispõem de estrutura mais flexível ou podem dedicar-se a atividades que as cooperativas estão legalmente impedidas por serem sociedades de pessoas e não de capital. Mas a falta de um sistema próprio para captar recursos e reinvesti-los no setor cooperativo inviabiliza o desenvolvimento das cooperativas, sujeitando-as aos altos juros do sistema bancário e financeiro capitalista.

Pinho (2004) apresenta – como fato que corrobora a questão acima – o grande drama da CAC-CC que deixou o País perplexo em 1993 e sinalizou duas tendências muito graves: a acentuação da “doença recessiva” da agricultura brasileira desde o início dos anos 80, quando o Estado deixou de subsidiar as atividades agropecuárias, e a possibilidade de ocorrências da “síndrome CAC-CC” tanto em empresas-cooperativas, quanto em empresas não-cooperativas.

Pinho (2004) acrescenta que às dificuldades conjunturais dos anos 80 somaram-se as conjunções de problemas políticos e econômicos que culminaram com o impeachment de Collor, as CPIs para apurar corrupção na área do governo federal e a grave indefinição do governo Itamar, que não conseguiu dominar a inflação, definir políticas econômicas, nem enfrentar as turbulências de seu período administrativo. Somente o Ministério da Agricultura teve oito titulares de 1993 até

janeiro de 1994. As sucessivas mudanças ministeriais continuaram, não somente devido à exigência de afastamento dos candidatos a cargos eletivos no ano eleitoral de 1994, mas também como consequência das crises existenciais do então presidente da República...

A autora Pinho (2004) afirma que tudo isso significou, evidentemente, mais emperramento burocrático na área cooperativista, ainda regida por legislação em grande parte derogada pela Constituição de 1988, já que em cada mudança ministerial era necessária reapresentar os projetos de interesse direto do Movimento Cooperativo. Inclusive no Poder Legislativo houve dificuldades: assoberbado com os debates sobre revisão constitucional e comissões parlamentares de inquérito – especialmente a CPI do Orçamento, projetos como os de nova Lei Cooperativista e de Ato Cooperativo, passaram a plano secundário.

Para Pinho (2004), os reflexos da recessão econômica sobre o cooperativismo brasileiro desencadearam duas consequências antagônicas. De um lado, uma consequência negativa decorrente das dificuldades de funcionamento das cooperativas de consumo e das cooperativas agrícolas, fortemente descapitalizadas e quase sem condições de enfrentar a espoliação inflacionária com seus próprios recursos financeiros. De outro lado, a emergência de tipos especiais de cooperativas urbanas deveria desencadear um número significativo de cooperativas educacionais, de trabalho, de habitação e de crédito (mútuo e rural).

Acerca do período de 1996-2002, temos a Internacionalização do Cooperativismo Brasileiro, o fortalecimento das Confederações de Crédito, a criação de dois Bancos Cooperativos e do SESCOOP e a emergência da vertente cooperativista de economia solidária. Pinho (2004) lembra que o cooperativismo brasileiro fortaleceu sua participação em representações internacionais (especialmente a ACI e ACI-Américas) e em intercâmbio econômico com países de outros continentes, sobretudo do Mercosul e da União Europeia. Por sua vez, as cooperativas de crédito, fortalecidas em centrais e confederações, formaram dois sistemas – o Sicredi e o Sicoob e estes conseguiram, finalmente, criar dois tempos, respectivamente o BANSICREDI S/A e o BANCOOB S/A. Uma pirâmide incompleta, já que ambos os bancos não têm estrutura cooperativa, como era desejo dos pioneiros que lutaram para o renascimento do moderno crédito cooperativo no Brasil.

Ainda segundo Pinho (2004), profissionais da área de Saúde organizaram cooperativas de crédito, as UNICREDS, formando um terceiro sistema, com 128 singulares, 10 centrais e uma Confederação Financeira, a UNICREDI Brasil, a única a funcionar desta maneira com a aprovação do BACEN. Outros fatos importantes desse período foram: (a) a criação do SESCOOP, com sede em Brasília junto à OCB; (b) a organização de uma rede de SESCOOP's estaduais junto às OCE's; (c) a fundação de sindicatos de cooperativas em todos os Estados, junto ao sistema OCB de Cooperativismo, porém, exceto no Estado de São Paulo; (d) a emergência da vertente cooperativista de economia solidária, funcionando paralelamente ao sistema OCB.

De 2003 em diante, ocorreu uma expansão do microcrédito cooperativo, multiplicidade de representação das cooperativas e criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE). De acordo com Pinho (2004), o Banco do Brasil havia deixado de ser o órgão minimizador de riscos e de apoio às necessidades produtivas do País desde o fim dos anos 80. Os programas de fomento creditício concentraram-se no BNDES, sediado a milhares de quilômetros dos produtores. Na tentativa de chegar aos pequenos empresários, o BNDES passou a utilizar agentes financeiros privados, mas sem autonomia suficiente para realizar operações, sobretudo aquelas de caráter inovador, além de pagar elevada intermediação. Segundo a autora, de modo geral, os bancos revelaram-se pouco capazes de atendimento a pequenos e criativos empreendedores, como a mídia divulgou amplamente – o caso de uma pequena cooperativa que usava sistema de leilão eletrônico, similar ao dos países desenvolvidos e tentou obter recursos do Prodecoop “para aperfeiçoar o mercado de seu produto”; consultado, o BNDES respondeu laconicamente que “a operação não se enquadrava nos setores abrangidos pela Carta Circular 03/03” (cf. Folha de São Paulo, 20/05).

Pinho (2004) afirma que comparado ao grande desenvolvimento das redes de bancos privados, o cooperativismo brasileiro de crédito continuava marginalizado. Aliás, a experiência internacional sempre confirmou que a *bancarização*, ou o acesso à moeda e a seus instrumentos, é condição para o crescimento econômico, melhor distribuição de renda, maior poupança do povo e acesso de maior parcela da população aos serviços da rede bancária. O crédito cooperativo, entretanto, continuava apenas ingressando timidamente no mundo da *bancarização*. Segundo a autora, do ponto de vista cooperativo, a OCB, Organização das Cooperativas

Brasileira, perdeu a “representação única” do cooperativismo brasileiro, mas continuou liderando a maioria do chamado “cooperativismo tradicional ou pioneiro”. Por outro lado, passaram a buscar orientação na Secretaria Nacional de Economia Solidária (criada pelo Presidente Lula junto ao Ministério do Trabalho e Emprego), as cooperativas do Sistema de Economia Solidária (ECOSOL) e de outros movimentos paralelos, que já recusavam a liderança da OCB. Pinho (2004) assevera que

as cooperativas de economia solidária apresentaram tendência de forte crescimento, sobretudo no ramo trabalho e nas áreas de microfinanças e de microcrédito. No conjunto, as cooperativas brasileiras, reforçadas pelo renascimento e modernização do crédito cooperativo, continuaram seu grande esforço de atualização para competir na economia de mercado. Ao mesmo tempo, enfrentaram as consequências de um clima geral – internacional e brasileiro – de recessão e desemprego, sinalizando estagnação econômica, no começo de 2003, pelas três maiores economias do mundo – EUA, Japão e Alemanha. Situação particularmente grave já que o país mais poderoso do mundo manteve, hegemônica e unilateralmente, sua rota em direção a novas guerras contra o terrorismo. (p. 61-62).

Em 2003, o então presidente Lula criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Seu primeiro dirigente, Paul Singer, professor da USP se especializou em Economia Solidária. Neste ano, também houve expressiva interação entre Universidades e Cooperativas e multiplicaram-se os cursos de Pós-Graduação de Cooperativismo *Lato Sensu*. Segundo Pinho (2004), eis os principais componentes dos cenários das mudanças em processo:

a) livre associação de pessoas, sem nenhum tipo de vínculo entre elas a não ser a delimitação geográfica; b) definição dos juros sobre os empréstimos pelos próprios cooperados em assembleias; c) captação de depósitos à vista e a prazo, mas apenas junto aos próprios associados, aliás, os únicos que podem receber empréstimos; d) ampliação e difusão do sistema cooperativo de crédito como alternativa a bancos e financeiras, para diminuir os juros dos empréstimos; e) facilidade para formar cooperativas, principalmente em pequenos municípios sem atendimento do sistema bancário; f) democratização do acesso ao crédito. (p. 64).

Outra autora que nos auxilia na compreensão acerca do cooperativismo é Rosângela Barbosa. Segundo Barbosa (2007), a problemática continua pertinente ao campo de investigação social na medida em que a generalização do assalariamento escapa ao padrão econômico produtivo do mercado de trabalho e a responsabilização do Estado com políticas de desenvolvimento desse porte parece ter perdido sentido público na contemporaneidade, de modo que as políticas se voltam para ações de empreendedorismo entre elas as cooperativas de economia solidária. Segundo a análise da autora, historicamente, os estudos do trabalho centralizam-se no

assalariamento, colocando em relação o trabalho, a reprodução do trabalhador e a proteção social. Barbosa (2007) assevera que

de modo geral, esse modelo fordista-keynesiano de trabalho envolvia certa estabilidade de carreira e qualificação, levando o trabalhador ao exercício de uma atividade ao longo da vida, seguida de aposentadoria e seguridade social. Alinhava esse tecido sócio ocupacional a regulamentação do contrato de trabalho baseado nesses condicionantes que caracterizavam a forma emprego como aquela marcada pela estabilização do tempo de contrato e do tempo de duração da jornada de trabalho. Apesar do assalariamento não ter sido nunca uma realidade generalizável no Brasil, os estudos nacionais referenciavam-se nessa orientação, com o modelo desenvolvimentista que envolvia ampliação do emprego. Nos anos 1990, esse desenho de referência se alterou, ampliando as formas de trabalho, misturando trabalho assalariado com trabalho autônomo ou informal. A partir de então, os estudos passaram a apontar que nas trajetórias de trabalho se mesclavam diferenciadas experiências de trabalho e reprodução social, premidas pelo desemprego e pela insegurança social, exigindo que os estudos se interessassem por compreender esses novos (velhos) cenários. Esse é o universo de preocupações investigativas que me levou a pesquisar o sentido social da economia solidária como política pública no Brasil. (p. 17-18).

Barbosa (2007), afirma que a desocupação, a baixa qualidade dos empregos e a desproteção social como consequências do ajuste que o capital vem realizando nos últimos anos para atender a sua crise de acumulação provocam graves danos sociais aos trabalhadores do centro e periferia deste sistema capitalista. Deles decorre a iniciativa de constituir práticas amenizadoras do não-assalariamento para subsistência de trabalhadores desempregados, iniciativa que, na parte latina das Américas, recebeu o nome de economia solidária. Até aqui basta dizer que são ações econômicas realizadas em sistema de autogestão através de cooperativas ou associações, tanto no campo como nas cidades.

Com esta reflexão e análise histórica a respeito do cooperativismo, passamos a apresentar a breve narrativa histórica da cooperativa em que realizamos o estudo que subsidiou esta pesquisa. A fim de transmitir os sentimentos e representação social da entrevistada, transcrevemos as falas tais quais feitas pela diretora de produção da Ecocooperativa, a qual também é pessoa de confiança dos fundadores da cooperativa e dos trabalhadores cooperados.

“A cooperativa... quando nós vimos a necessidade de transformar a associação em cooperativa foi porque a gente já começava a trabalhar com a exportação: exportação de vassoura pet, a exportação de mangueiras. Então, essa gestão da cooperativa por não estar totalmente organizada, foi porque todas as gestões que passavam até agora, elas não cumpriram o acordo determinado. O acordo

determinado era trabalhar com projeto social, trabalhar com pessoas que realmente estão fora do mercado de trabalho, até por escolaridade.

Então esse projeto se originou há muito tempo atrás, lá na Igreja dos Remédios, quando o padre de lá viu a necessidade dos catadores, que aliás eram moradores de rua, e eles coletavam esse material, o papelão na rua e vendiam para pessoas que compravam na mão deles, mas não pelo valor adequado, davam para eles qualquer coisa, pois eram moradores de rua. Então foi daí que o padre resolveu procurar fazer uma organização, ele procurou organizar essas pessoas; arranhou um espaço, e colocou nesse espaço uma pessoa, uma pessoa para tomar a frente e organizar, então daí começou a história, toda a história de catadores de rua.

A igreja, ela vem apoiando todo esse tempo, essa causa dos catadores. Então, esse espaço que nós trabalhamos hoje... ele é da igreja, então a igreja tem toda essa afinidade de prestar contas. O padre quer saber quantos catadores tem, como é que esses catadores estão sendo remunerados, qual é a finalidade desse trabalho mesmo. Por isso dizemos que é um trabalho social, um trabalho que a gente procura valorizar mesmo, porque o que estamos fazendo é dá pra essas pessoas uma dignidade de vida. Então a igreja apoia muito esse trabalho, a gente tem muito orgulho de saber que se originou de uma pessoa cristã, que viu a necessidade dessas pessoas e organizou.

E agora, nessa gestão que nós estamos agora, estamos organizando totalmente para que ela possa cada vez mais crescer; e quando ela cresce através de documentos, nós conseguimos parcerias; então essas parcerias vêm trazendo o quê? Material. Porque a gente não compra, nossa finalidade aqui não é comprar material, a nossa finalidade aqui é doações, porque dessas doações saem para os catadores uma remuneração melhor, entendeu? Além daquilo que eles catam na rua, porque aquilo que eles catam na rua a cooperativa tem por obrigação comprar deles, porque eles são as pessoas que organizam isso daqui (a cooperativa), eles trazem o material, eles são as pessoas que acordam cedo, que vão para a rua, que vão para a chuva, que vão para o sol, que coletam mesmo, que sabem o valor desse material retirado do meio ambiente, então essa é a finalidade da cooperativa: pagar por esse material.

Ao regularizar toda a documentação da cooperativa, como já estamos finalizando, com essa documentação regularizada, a gente tem possibilidade de concorrer aos editais, de concorrer em várias coisas, que só vai trazer benefícios pra



todos. Então, pra gente isso tá sendo... sabe? Sacrificoso? Não vou dizer pra você que não é, a gente já batalhou muito, porque a questão de trabalhar com a reciclagem, ela não é aquela grande quantidade de dinheiro, então você tem que coletar bastante, você tem que armazenar bastante pra poder chegar a uma quantia que seja boa para todos, e além disso para tirar todas as despesas, porque aqui nós temos água, nós temos luz, tem a alimentação das pessoas, tem o café da manhã, tem o diesel, é uma despesa completamente alta.

Mas eles estão aqui fazendo o trabalho, que você precisa ver, pra eles é satisfatório, pra eles é trabalho que assim... você sempre vê o sorriso no rosto, porque é isso que a igreja, é isso que o padre, fala sempre pra gente: respeitar o direito dessas pessoas, né? Não é porque eu... eu, praticamente os meus filhos foram criados todos pelos projetos da igreja, eu me sinto orgulhosa, muito feliz por estar na frente desse trabalho; mas eu não me considero como a diretora, como a responsável, como a pessoa que está à frente disso, mas sim como a parceira deles, como uma pessoa igual a eles.”

A respeito da estrutura da cooperativa, verificamos que a cooperativa possui cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ), possui estatuto e realiza as assembleias ordinárias mensalmente com a participação de todos os catadores cooperados e com registro em ata. Contudo, a cooperativa ainda não é registrada na Organização das Cooperativas Brasileiras, pois ainda estão finalizando a regularização dos documentos devido a dificuldades com as trocas de contador, o qual, de acordo com a secretária da cooperativa, exige mais dinheiro que o pedido inicialmente. A secretária nos informou que o contador decidiu aceitar o acordo inicial e que esta decisão possibilitará o andamento do processo que regularizará completamente a cooperativa, e que desta regularização advém muitos benefícios econômicos para a cooperativa, tais quais participação em editais de seleção da cooperativa para eventos e também a título de investimentos estatais.

A secretária também nos informou que, desde 2010, o grupo de trabalhadores naquele local existe como associação, e como cooperativa faz 4 anos. Sobre a formação da cooperativa, a secretária informou que “já existia como associação, mas devido a uns conflitos internos, a associação estava para se desfazer, então para manter o trabalho, a associação se tornou uma cooperativa com uma nova gestão, da dona Ruth Dácio, em quem o padre confia. Inclusive, nas reuniões, os padres afirmam

que se a dona Ruth Dácio decidir sair, eles cedem o local para outra cooperativa em vez de manter a mesma com uma nova direção”.

A cooperativa é formada por 11 catadores e 9 catadoras, totalizando 20 catadores cooperados, dos quais 5 compõem o conselho administrativo da cooperativa sem deixar de trabalhar com a catação também; dos 15 restantes, 6 trabalham na sede da cooperativa e 9 trabalham em suas casas, acumulando o material para que seja transportado no caminhão da cooperativa e comprado pela cooperativa, a qual tem obrigação de comprar dos catadores cooperados. Além dos cooperados, há os catadores autônomos que trabalham na cooperativa sem dar sua cota parte para se associar até que decidam se associar ou não. O diretor financeiro da cooperativa afirma que eles recebem a renda dividida em partes iguais quando estiveram presentes no trabalho diário. A secretária acrescenta que “quando compramos de catadores que não são cooperados, pedimos RG e CPF, pois a ABIPEC solicita”.

O conselho administrativo é composto por 5 membros, os quais são o presidente Fábio Dácio da Silva, o diretor financeiro Brendo Lima de Figueiredo, a secretária Stefany, a diretora executiva Waldirene Santos da Silva e a diretora de produção Ruth Dácio. A diretora executiva nos informou que a prefeitura mapeou a área da zona norte que corresponde à área de trabalho da Eco Cooperativa: Terra Nova 1 e 2, Monte das Oliveiras, Galiléia 1 e 2, Novo Israel.

### **Sobre o preço dos materiais e o pagamento dos trabalhadores da Ecocooperativa**

A renda é distribuída em partes iguais. Para os catadores internos, o pagamento é feito mensalmente e para os catadores de base é feito semanalmente conforme a existência de material coletado, sendo que os preços diferem por material. O diretor financeiro esclarece a diferença do preço dos materiais para compra e para venda conforme apresentado no quadro a seguir:

QUADRO 1: Relação de preço dos materiais comercializados na Ecocooperativa

MATERIAL	COMPRA	VENDA
papelão	0,20	0,42
plástico	0,80	1,00
PET	0,80	1,00

Fonte: Pesquisa de campo/ 2019.

O diretor financeiro acrescenta que o papel A4 não é comprado pela cooperativa, tal material é ganho e vendido por 0,45. O alumínio vem mais das empresas e dos órgãos, sendo vendido por 1,00 a 1,20 para outra empresa. O diretor financeiro nos informou que fazem reuniões quinzenais ou semanais conforme a necessidade da produção, mas para prestação de contas, a reunião é mensal.

O diretor financeiro afirmou que “o valor que os catadores recebem (todos) é um valor irrisório comparado ao desgaste no trabalho. Reconheço que a falta de emprego os mantém aqui, mas há outros que se identificam com o serviço.”

Acerca das atribuições dos membros do conselho administrativo, realizamos as entrevistas com eles e transcrevemos os depoimentos a seguir:

Durante 3 anos, fui presidente. Atualmente, sou diretora de produção, coordeno as tarefas e atividades. Coordeno as atividades, as tarefas, mas também faço as outras tarefas que são necessárias – catar, triar. (Ruth Dácio, diretora de produção, pesquisa de campo/2019).

Há 5 meses sou cooperado. Sou a pessoa responsável pela parte financeira, pelo que entra e pelo que sai. (Bruno, diretor financeiro, pesquisa de campo/2019).

Eu faço a prestação de contas da cooperativa, passando para a planilha o que o diretor financeiro apresenta como dados e envio para a ABIPEC com quem temos parceria e é quem financia o projeto – fornecendo o caminhão e a prensa e estão nos acompanhando há 2 anos para que após as prestações de conta possamos receber da ABIPEC a condição de nos tornarmos uma cooperativa que tem a carteira assinada, contratação de mais pessoas e fluxo de caixa. (Stephanie Caroline dos Santos Lima, secretária, pesquisa de campo/2019).

Articulando para conseguir doações de materiais, mas também fazendo outros trabalhos dentro da cooperativa. (Waldirene Santos da Silva, diretora executiva, pesquisa de campo/2019).

Acerca da preferência de material a ser coletado, a diretora de produção e a diretora executiva disseram que coletam todos os materiais recicláveis que estão acostumados a vender, os quais são: pet, pp que são tipos de plástico como as

embalagens de detergente, água sanitária, ferro, alumínio. Cada um desses materiais é importante para eles, todos os que podem coletar são coletados. O presidente da cooperativa e o diretor financeiro afirmaram que há preferência pelos materiais papelão, plástico e PET, pois a renda que vem de catar o papelão, o plástico, os PETs e o papel A4 é maior, então há uma preferência por estes materiais para que possam pagar melhor os trabalhadores.

Ainda neste capítulo apresentaremos os depoimentos dos catadores que não fazem parte do conselho administrativo, mas nesta parte da exposição da pesquisa queremos apresentar os depoimentos dos membros do conselho administrativo a respeito de como é a rotina diária do trabalho dos catadores. A diretora de produção nos informou que 11 trabalham na sede da cooperativa e 9 trabalham nas suas residências que são os chamados catadores de base. Toda manhã, eles decidem qual o trabalho do dia, pois depende da demanda apresentada.

O presidente da cooperativa relatou que dividem o trabalho, indo um grupo para a coleta na rua e o outro grupo fica na cooperativa para a triagem. O diretor financeiro responde que às vezes é calmo e às vezes é corrido e que um catador, o senhor Manoel Matos Lima, fica na prensa enquanto os outros catadores, aos quais o presidente chama de meninos – mesmo sendo adultos – vão para a coleta na rua. Quando as lojas ficam sem material para fornecer, não há trabalho fora, então todos permanecem na cooperativa triando o material que há lá. A secretária relatou que diariamente verifica-se se haverá a necessidade de um grupo sair no caminhão para coletar nas empresas que entraram em contato, se não houver essa necessidade, todos trabalham no galpão: uns na triagem, uns na prensa, uns na limpeza.

Sobre as principais dificuldades para manter a cooperativa, a diretora de produção afirmou que são muitas, pois não tem ninguém que os financia, somente parceiros. Tudo é parceria, atrás das quais estão constantemente correndo. Segundo a diretora de produção, atualmente, o maquinário está suficiente para o material a ser coletado. Segundo o presidente da cooperativa, a única dificuldade que encontram é o fornecimento de materiais recicláveis, pois precisam de outros fornecedores, que são as empresas. Esta foi a mesma dificuldade apresentada pelo diretor financeiro: a arrecadação de materiais, pois tem mês que conseguem ótima arrecadação, mas tem mês que não. “O que nos salva é a Lojas Americanas, mas também depende do movimento.” foi o argumento do entrevistado.

A secretária nos contou sobre as desvantagens na hora de lucrar com o material arrecadado: “Quando vendemos o material para as empresas, nós custeamos a logística para entregar ou se eles vem buscar, eles diminuem o valor de venda e assim vendemos mais barato; perdemos na logística de entrega ou no preço de venda quando eles vem buscar.” As empresas que compram o trabalho da cooperativa são: PCE Embalagens, a qual é a principal, também tem a Rio Limpo, a Brasil Coleta e a Sovel. Segundo o presidente, a PCE é a empresa que paga um valor mais em conta no momento. “Já vendemos para outras antes, mas conseguimos passar a vender pra eles. Não sei informar como eles escolhem de qual cooperativa comprar, mas a escolhemos pelo valor que eles pagam.” foi o argumento do entrevistado. A secretária acrescentou a informação sobre o fato de vender para um senhor que compra o plástico para revender, pois como ele não desconta no preço de venda, é melhor vender para ele.

Quando entrevistados a respeito de como o poder público tem contribuído para a melhoria/progresso do trabalho desenvolvido por esta cooperativa, a diretora de produção e a secretária nos informaram que o poder público contribui com a cooperativa por meio da coleta seletiva, divulgando o trabalho da cooperativa e mobilizando a coleta em casa pelos moradores da área em que a cooperativa trabalha.

Para o presidente, a prefeitura não ajuda constantemente. Apenas ao ser realizado um evento pela prefeitura, que é quando uma grande quantia de material é reunida para os catadores da cooperativa buscarem – o descarte do evento, qualquer que seja o evento. É selecionado qual cooperativa vai, pois é apenas uma. O diretor financeiro conta que estão com dificuldade por parte da prefeitura, sendo a única parceria, quando precisam, a limpeza do terreno e quando coletam o material dos eventos. Eis parte do depoimento do diretor financeiro transcrita: “A ABITEC nos apoia recebendo o material e nos dando um item de trabalho (peso programado, que é uma meta e eles nos dão uma máquina ou um caminhão; se fôssemos vender o material e comprar esses itens a dinheiro, não conseguiríamos.)”

Perguntamos sobre como o catador conhece e se associa à cooperativa, ao que nos responderam que os interessados em trabalhar na cooperativa tomam conhecimento com os antigos ou atuais cooperados ou, ao ver o local, eles entram e pedem informações de como fazem para se associar, e esta associação se dá por uma taxa de associação de 300,00 (uma única vez). A cooperativa também faz, nas

escolas ou em eventos comunitários, a divulgação de seu trabalho, e nas empresas quando há a oportunidade.

Também perguntamos sobre o que a cooperativa faz para valorizar o catador. O presidente assim respondeu: “É verdade que ultimamente temos realizado pouco nesse sentido, mas de fato reconhecemos a importância do catador, que não é uma pessoa sem estudos.” Para o diretor financeiro: “Nós os ajudamos em suas necessidades particulares, às vezes conseguimos cestas básicas e quando estão doentes, apoiamos.” E para a secretária: “Quando ocorre eventos em que são convidados apenas 5 pessoas da cooperativa, sempre procuramos levar pelo menos 15 dos 20 cooperados. Procuramos mantê-los informados por meio das assembleias ordinárias e extraordinárias (mudança no preço, envolvimento da cooperativa em projetos).”

A secretária acrescenta que muitos catadores (cooperados ou não) são idosos e por esta razão geralmente não querem se envolver no MNCR movimento social. Apesar de todos serem inclusos no comitê MNCR porque a cooperativa faz parte do MNCR, somente a diretoria participa das reuniões e repassa para os catadores em assembleia; tais reuniões do MNCR são muito frequentes, praticamente toda semana. Eis o depoimento final da entrevista com a secretária:

Para os catadores, sempre fazemos um trabalho transparente. Sempre explicamos para eles o que compramos e o que não compramos e o que não compramos, como é feita a triagem de forma que eles se sentem melhor vendendo para nós do que para outros. Procuramos trabalhar sempre com a verdade. E fazemos parte da vida do catador como eles fazem da nossa. Não compramos o material simplesmente, mas conversamos com o catador, procuramos saber como ele está, chamamos para tomar um café. (Stephanie Caroline dos Santos Lima, secretária, pesquisa de campo/2019).

## **2.2 O trabalho social cooperado dos catadores de material reciclável**

Nossa sociedade continua sendo produtora de mercadorias, portanto o trabalho permanece como elemento fundante nesta sociedade. Diante desta importância, precisamos entender quais metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, os significados destas mudanças e suas mais importantes consequências. As tendências no mundo do trabalho são presenciadas em diversas partes do mundo e configuram um quadro crítico experimentado por muitos trabalhadores nesses lugares

em que vigora a lógica do capital. Antunes (2009) nos traz essa análise contemporânea e afirma que os elementos fundamentais para o entendimento desta questão possuem amplitude e complexidade; diante disto, segundo Antunes (2009),

podemos destacar como elementos constitutivos mais gerais da crise do movimento operário, além da crise estrutural do capital, bem como das respostas dadas pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva do capital, anteriormente mencionados, o desmoronamento do Leste Europeu, no pós-89, assim como suas consequências nos partidos e sindicatos, e também a crise do projeto social-democrata e suas repercussões no interior da classe trabalhadora. É necessário ainda lembrar que a crise do movimento operário é particularizada e singularizada pelas condições específicas de cada país, dadas pelas formas da dominação política, pela situação econômica, social etc., sem as quais os elementos mais gerais não ganham concretude. (p.18).

Nas últimas décadas, sobretudo no início dos anos 70, a sociedade contemporânea vem assistindo às profundas transformações no mundo do trabalho e vivenciando as consequências dessas transformações. E, conforme Antunes (2009) analisa, tratam-se de transformações tanto materiais quanto subjetivas devido às complexas relações entre as formas de ser e existir da sociabilidade humana.

Para a crise do capital, o capital sempre apresentou respostas, sendo o neoliberalismo e a reestruturação produtiva suas expressões. Diante destas respostas do capital para sua crise, assistimos ao desemprego estrutural que adveio, assistimos ao que Antunes (2009) afirma ser “uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadoria e para a valorização do capital”. (p. 17). Ocorria, então, a transição do padrão taylorista e fordista anterior para as novas formas de acumulação flexibilizada.

O capitalismo se viu frente a uma crise acentuada nas últimas décadas, sobretudo no início dos anos 70. Nesse mesmo período, segundo Antunes (2009), ocorreram mutações intensas, econômicas, sociais, políticas, ideológicas, com fortes repercussões na subjetividade e nos valores constitutivos da classe-que-vive-do-trabalho, mutações de ordens diversas e que, no seu conjunto, tiveram forte impacto. Diante desta conjuntura, o entendimento dos elementos constitutivos essenciais dessa crise é de grande complexidade. Entre tantas outras consequências, essa crise estrutural fez com que fosse implementado um amplo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo, afetando fortemente o mundo do trabalho.

As forças da ordem – como Antunes (2009) denomina – não buscou identificar e tratar das determinações mais profundas que geraram a crise estrutural do capital. As forças da ordem buscaram enfrentar a crise de forma superficial, reestruturando sem transformar os pilares do modo de produção, apenas estruturando esse padrão produtivo segundo o binômio taylorismo-fordismo, repondo os patamares de acumulação existentes no período anterior, como no pós-45, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de acumulação.

Antunes (2009) apresenta a derrota do trabalho na luta contra o capital nas lutas que tiveram seu apogeu nos anos 60. Tais lutas não resultaram na instauração de um projeto hegemônico do trabalho contra o capital, mesmo diante das alternativas mais ousadas do mundo do trabalho. Diante disso, foi o capital quem ofereceu sua resposta para a crise. O capital se ateu à manifestação mais visível da crise e procurou reorganizar o ciclo reprodutivo preservando seus fundamentos essenciais, iniciando-se uma mutação no interior do padrão de acumulação e não no modo de produção, pois o interesse do capital era encontrar alternativas que conferissem maior dinamismo ao processo produtivo, o qual se encontrava esgotando. Ocorria, então, uma transição do padrão taylorista e fordista anterior para as novas formas de acumulação flexibilizada.

Segundo Antunes (2009), essa nova fase da produção capitalista é marcada por muitas mutações, tais quais, a nova divisão de mercados, o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica, entre outras mutações. Para os estudiosos desse tema do trabalho, é necessário apontar para a especificidade dessas mutações e as consequências que elas acarretam no interior do sistema de produção capitalista, pois desde 1973 vem ocorrendo a emergência de “um regime de acumulação flexível”.

Em sua obra “Adeus ao trabalho?”, Antunes (2006) apresenta sua análise acerca do mundo do trabalho e afirma que há uma múltipla e contraditória processualidade no capitalismo contemporâneo, a qual se refere a uma *desproletarização do trabalho industrial fabril*, isto é, uma diminuição da classe operária industrial tradicional; mas, paralelamente, uma expressiva expansão do trabalho assalariado se efetivou por meio da ampliação do assalariamento no setor de serviços; houve também uma *subproletarização* intensificada com o advento do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”.



Diante dessas transformações, Antunes (2006) destaca o desemprego estrutural como o resultado mais brutal posto que se expande como nunca antes e atinge o mundo em escala global. A diminuição do proletariado industrial fabril decorreu tanto do quadro recessivo quanto da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural. Por sua vez, a *subproletarização* vinculada ao trabalho informal ou formas de trabalho subcontratado, entre tantas modalidades existentes, passou a caracterizar o quadro de trabalhadores, quadro este expresso pelos números de empregos na categoria “temporário” ou de “tempo parcial” e expresso também pela regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais.

Em face à mudança do proletariado tradicional dentro das fábricas, vê-se a necessidade de maior *qualificação* do trabalho, destacando-se, portanto, o contingente de trabalhadores afirma que a tendência das unidades produzidas mais avançadas é oferecer a possibilidade de o trabalhador se aproximar do que Marx (1972) chamou de “supervisor e regulador do processo de produção”. Para Antunes (2006), porém, esta tendência está impossibilitada pela própria lógica do capital, sendo tal questão elucidada a partir da seguinte citação de Marx (1972):

O intercâmbio de trabalho vivo por trabalho objetivado (...) é o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção fundada no valor. O suposto desta produção é, e segue sendo, a magnitude de tempo imediato de trabalho, a quantidade de trabalho empregado como fator decisivo na produção da riqueza. À medida, entretanto, que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregados, do que frente aos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, que por sua vez (...) não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção. (p. 227).

Marx (1972) desenvolve esta análise e afirma que “a riqueza efetiva se manifesta melhor – e isto o revela a grande indústria – na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poderio do progresso de produção vigiado por aquele. O trabalho mesmo.” (p. 228). Marx (1972) verifica que o trabalhador já não introduz o objeto natural modificado, não é mais como um anel intermediário entre a coisa e ele, o que insere é o processo natura que transforma em industrial, como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica, a qual domina. Desta forma, apresenta-se ao lado do processo de produção, em lugar de ser seu agente

principal. Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, senão a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma graças à sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. Marx (1972) assevera que

*o roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual, aparece como uma base miserável comparado com este fundamento, recém-desenvolvido, criado pela grande indústria. Logo que o trabalho, em sua forma imediata, deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser sua medida e, portanto, o valor de troca (deixa de ser a medida) do valor de uso. O *sobre trabalho da massa* deixou de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o *não-trabalho de uns poucos* deixa de ser a condição para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Com isso se desmorona a produção fundada no valor de troca... Desenvolvimento livre das individualidades e, por conseguinte, tem-se a não redução do tempo de trabalho necessário com vistas a criar sobre trabalho, mas, em geral, redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, ao qual corresponde então a formação artística, científica, etc., dos indivíduos graças ao tempo que se torna livre e aos meios criados para todos.” (p. 229).*

Antunes (2006) afirma que essa abstração era uma impossibilidade na sociedade capitalista, pois o próprio Marx esclarece após esta abstração que o capital mesmo é a contradição em processo ao reduzir a um mínimo de tempo de trabalho e por outro lado converte o tempo de trabalho em única medida e fonte de riqueza. Marx (1972) afirma que dessa maneira o tempo de trabalho é diminuído na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de trabalho excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição – *question de vie et de mort* – do (trabalho) necessário.

Marx (1972) também afirma que, por um lado desperta para a vida todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio social, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho empregado por ela. Por outro lado, diz Marx (1972, p. 229), “mensura com o tempo de trabalho estas gigantescas forças sociais criadas desse modo e reduz aos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. As forças produtivas e as relações sociais – umas e outras, aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem frente ao capital unicamente como meios para produzir, fundando-se em sua mesquinha base. De fato, todavia, constituem as condições materiais para fazer saltar esta base pelos ares.”.

Portanto, quando Marx (1972) aponta a tendência de superação do sistema capitalista somente com a ruptura em relação à lógica do capital por meio do fim do trabalho subordinado à lógica do capital em que ocorre a exploração da mais-valia, fica evidente que enquanto perdurar o modo de produção capitalista, então a fonte criadora de valor continuará sendo o trabalho. O que há de novidade no interior do processo de trabalho é o avanço científico e tecnológico, configurando-se pelo crescimento da dimensão mais *qualificada* do trabalho, pela *intelectualização do trabalho social*.

Passemos a tratar sobre o trabalho improdutivo apresentado por Marx, pois esta é a natureza do trabalho desenvolvido pelos catadores de materiais recicláveis. Segundo Marx (1978), a mais-valia é o produto por excelência da produção capitalista e também seu fim imediato. Diante desta premissa, o trabalho é classificado como produtivo ou improdutivo. Isto é, só é trabalhador produtivo aquele que emprega sua força de trabalho e que seu trabalho diretamente produza mais-valia, valorizando desta forma o capital. Marx (1978), assim discrimina:

Do simples ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresentava-se-nos como produtivo, o trabalho que se realiza em um produto, mais concretamente em mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, acrescenta-se a determinação mais precisa: de que é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais valia, ou seja, que se realiza – sem equivalente para o operário, para seu executante – em mais-valia (*surplusvalue*), representada por um subproduto (*surplusproduce*), ou seja, um incremento excedente de mercadoria para o monopolizador dos meios de trabalho (*monopoliser dos means of labour*), para o capitalista. (p. 155-156).

Antunes (2009) faz uma crítica à tese da “ciência como principal força produtiva”, evidenciando a interação crescente entre trabalho e conhecimento científico. Para tanto, o autor começa pelas conexões existentes entre o trabalho e as novas exigências da lei do valor. Segundo o autor, ao conceber a forma contemporânea do trabalho como expressão do trabalho social, que é mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos, não se deve concordar com as teses que minimizam ou mesmo desconsideram o processo de criação de valores de troca, pois o que ocorre é que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista.

Antunes (2009) aponta para o fato de que é bastante evidente a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto, e afirma que é exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, que ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. Neste processo, há a diminuição do tempo físico de trabalho, bem como a redução do trabalho manual direto, articulado com a ampliação do trabalho qualificado, multifuncional, dotado de maior dimensão intelectual, constatando a tendência pela redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto. E, ao mesmo tempo em que desenvolve as tendências acima, Antunes (2009) afirma que

o capital recorre cada vez mais às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho, que se torna ainda mais fundamental para a realização de seu ciclo reprodutivo num mundo onde a competitividade é a garantia de sobrevivência das empresas capitalistas. Portanto, uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que eliminando o trabalho vivo o capital possa continuar se reproduzindo. Não seria possível produzir capital e também não se poderia integralizar o ciclo reprodutivo por meio do consumo, uma vez que é uma abstração imaginar consumo sem assalariados. A articulação entre trabalho vivo e trabalho morto é condição para que o sistema produtivo do capital se mantenha. (p. 120).

Segundo Antunes (2009), na fase da reestruturação produtiva, no que concerne à relação entre trabalho e valor, o capital reduz os níveis de trabalho improdutivo dentro das fábricas, eliminando várias funções como supervisão, vigilância, inspeção, gerências intermediárias etc., medida que se constitui em elemento central do toyotismo e da empresa capitalista moderna com base na *lean production*. Tal operação busca transferir e incorporar ao trabalho produtivo atividades que eram anteriormente feitas por trabalhadores improdutivos, pois reduzindo o trabalho improdutivo, com sua incorporação ao próprio trabalho produtivo, o capital se desobriga de uma parcela do conjunto de trabalhadores que não participa diretamente do processo de criação de valores. Embora o capital não possa eliminar a totalidade do trabalho improdutivo, os trabalhos geradores de antivalor (que são imprescindíveis para o processo de criação de valor), é possível reduzir ou realocar parcelas dessas atividades que passam a ser realizadas pelo próprio trabalhador produtivo.

Antunes (2009) verifica a crescente interação entre trabalho material e imaterial diante da expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer nas

atividades industriais mais informatizadas quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas outras. Eis exemplos da ampliação do trabalho na esfera imaterial: o avanço do trabalho em atividades de pesquisa, na criação de softwares, marketing e publicidade. Apesar da interação existente entre trabalho material e trabalho imaterial, trabalho produtivo e improdutivo, trabalho vivo e trabalho morto, Antunes (2009) assevera:

Mesmo no trabalho dotado de maior significado intelectual, imaterial, o exercício da atividade subjetiva está constringido em última instância pela lógica da *forma/mercadoria* e sua realização. Na interpretação que aqui estou oferecendo, as novas dimensões e formas de trabalho vêm trazendo um alargamento, uma ampliação e uma complexificação da atividade laborativa, de que a expansão do trabalho imaterial é exemplo. Trabalho material e imaterial, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital. (p.128).

Como Antunes (2006) analisa, não há uma tendência generalizante e uníssona quando se pensa no mundo do trabalho, o que há é uma processualidade contraditória e multiforme. A classe-que-vive-do-trabalho se tronou complexa, heterogênea e fragmentada. De um lado, constata-se um efetivo processo de *intelectualização do trabalho manual* e por outro lado radicalmente inverso, uma *desqualificação*, uma *subproletarização* intensificadas, que vemos no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado, etc. O autor também pondera que se é possível dizer que a *intelectualização do trabalho manual*, em tese, está mais coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico, é possível também dizer que a *desqualificação* mostra-se também plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista em sua lógica destrutiva.

A respeito da crise do capital, Antunes (2009) afirma:

Ao contrário dos ciclos longos de expansão alternados com crises, presencia-se um depressed continuum que, diferentemente de um desenvolvimento autossustentado, exhibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos uma crise permanente e crônica, com a perspectiva de uma profunda crise estrutural. (p. 29)

Menos, portanto, do que grandes crises em intervalos razoavelmente longos, seguidas de fases expansionistas, como ocorreu com a crise de 29 e, posteriormente, com os “anos dourados” do pós-guerra, a crise contemporânea está vivenciando a eclosão de precipitações mais frequentes e contínuas, desde quando deu seus

primeiros sinais de esgotamento que segundo Antunes (2009) são frequentes (e equivocadamente) caracterizados como crise do fordismo e do keynesianismo.

Após esta reflexão acerca do mundo do trabalho no âmbito do sistema capitalista, passemos a conhecer o trabalho social dos catadores. Entrevistamos 10 catadores da cooperativa, sendo 7 homens e 3 mulheres, dos quais somente 1 mora em casa cedida.

A respeito de outros dados socioeconômicos, apresentamos os quadros a seguir:

Quadro 2: Estado civil dos catadores da Ecoperativa

<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Casado	3
Solteiro	5
União consensual	2

**Fonte:** Pesquisa de campo/ 2019.

Os catadores que são casados o que vivem em união consensual tem filhos, são pais de no máximo 2 filhos, exceto um destes catadores que é pai de 12 filhos. Os catadores solteiros, por sua vez, não têm filhos.

No que concerne à faixa etária dos catadores, verificamos que não há nenhum idoso e que a maioria são jovens conforme apresentamos no quadro 3:

Quadro 3: Faixa etária dos catadores da Ecooperativa

<b>IDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
De 18 a 21	4
De 22 a 35	2
De 36 a 45	0
De 46 a 59	4

**Fonte:** Pesquisa de campo/ 2019.

No que concerne à escolaridade dos catadores, verificamos que apesar de haver quem não concluiu o nível básico de ensino, há os que estão cursando ensino superior e há quem seja graduado também como indicado no quadro 4:

Quadro 4: Escolaridade dos catadores da Ecocooperativa

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>OBSERVAÇÃO APRESENTADA</b>
Não sabe ler	1	Falta de escola onde morava
Primeira série do Ens. Fundamental	1	Falta de escola onde morava
Ensino Fundamental completo	1	Necessidade de trabalhar
Ensino Médio completo	4	
Cursando Ensino Superior	2	
Ensino Superior completo	1	Engenheiro civil

**Fonte:** Pesquisa de campo/ 2019.

A secretária da cooperativa que está cursando Gestão da Qualidade nos declarou em sua entrevista que após se graduar irá exercer sua profissão na cooperativa em que hoje trabalha. Sua entusiasmada declaração foi “a cooperativa é meu negócio de vida”.

Buscando conhecer a história dos catadores, perguntamos sobre o que os motivara a trabalharem como catador de materiais recicláveis as respostas expressaram muito mais identificação com a profissão de catador do que apenas o fato econômico. Apenas 3 catadores apresentaram sua resposta destacando o fator econômico, afirmando que estavam desempregados e precisavam de dinheiro. Outros catadores expressaram sua identificação com a profissão ao declararem que o que surgiu como uma oportunidade tornou-se seu “negócio de vida” – tal foi a expressão de uma das catadoras. Outra catadora relatou seu motivo de permanecer como catadora da seguinte forma: “Gosto desse trabalho, eu comecei catando latinhas e levando o acumulado para vender na associação mais próxima.”

Um dos catadores apresentou seu depoimento da seguinte forma: “Quando vi o trabalho na prensa, vi que daria conta. Mas quando quero variar de trabalho, dou um tempo da cooperativa e trabalho roçando na mata e com motosserra tirando peças de madeira.” Outro catador falou que se sente mais feliz desenvolvendo suas atividades na cooperativa do que realizando bicos de engenheiro civil fazendo

terraplanagem quando lhe chamam. Para este catador, promover a preservação ambiental é gratificante e realizar tal ação por meio da cooperativa em que trabalha é ainda mais motivador, pois se sente num ambiente familiar, onde todos se tratam bem e se apoiam.

Ao realizar a pesquisa de campo, pretendíamos compreender a representação social que os catadores tinham de sua ocupação. Diante desta pretensão, perguntamos sobre como eles chamavam sua ocupação. Dos 10 entrevistados, 7 responderam que chamam de “catador” e não explicaram mais nada. Os outros 3 responderam o seguinte:

Não falo para meus amigos e nem para a vizinhança, ainda estou conhecendo o trabalho, estou há 1 mês aqui. (Talyson, catador, pesquisa de campo/2019).

Eu reconhecia como coletor, mas ouvindo outro catador, entendi que tem diferença, pois o catador seleciona o material reciclável. (Alexandre Costa dos Santos, catador, pesquisa de campo/2019).

Eu sou prensista. Assim como todos da cooperativa, faço parte desse processo e como cooperado, sou catador; mas atualmente não estou catando na rua, mas em eventos grandes, catamos juntos. (Flávio Pereira da Silva, catador, pesquisa de campo/2019).

Todos os catadores estão em processo de aprendizagem sobre a natureza do trabalho cooperado, cada um no seu nível de experiência e acúmulo de conhecimento. Por isso quando perguntamos sobre qual a diferença entre catador cooperado e catador não cooperado, as respostas foram diversas. O catador que estava há apenas 1 mês na cooperativa disse que ainda estava aprendendo. Um dos catadores afirmou que todos têm o mesmo valor, apenas muda que o catador cooperado tem seu nome na ata. Para outro catador não havia diferença, pois todos eram catadores, mas quando perguntamos sobre a divisão dos lucros, este mesmo catador disse que nesse caso era melhor ser cooperado. A seguir transcrevemos algumas das falas dos entrevistados que demonstram a preocupação deles e preferência por ser um catador cooperado:

Um catador cooperado possui uma apresentação que nos possibilita respeito pelas pessoas e empresas. Sem farda, o catador está bagunçando o lixo; catador cooperado e fardado é identificado e respeitado. (Alexandre Costa dos Santos, catador, pesquisa de campo/2019).



A principal diferença é que eu me sinto segura: sei que no fim do mês tenho um dinheiro para receber, além do fardamento que nos identifica. (Maria Ivanete Lima de Souza, catadora, pesquisa de campo/2019).

Acho que tem, tem diferença. Estou há 1 ano e meio. Quando é cooperado também significa que estamos há mais tempo, quem chega depois reconhece que conhecemos mais do trabalho. Quem não é cooperado pode sair quando quiser e não leva ganhos. O cooperado se quiser sair recebe suas indenizações baseadas na lei. (Flávio Pereira da Silva, catador, pesquisa de campo/2019).

A respeito das declarações dos catadores sobre os ensinamentos acerca do cooperativismo compartilhado dentro da própria cooperativa, todos afirmaram que receberam e recebem informações e ensinamentos acerca do trabalho como catador cooperado, ensinamentos e informações estes promovidos pela diretoria da cooperativa. Os catadores nos informaram que assim que entraram, lhes explicaram sobre como é o trabalho cooperado, e que continuam estimulando a prática cooperativa por meio das reuniões com os cooperados em palestras de modo formal, ou algumas vezes na hora do almoço dialogam e aprendem juntos de modo informal, e esse incentivo e ensino informal pode ser em diálogo coletivo ou individual. Um dos catadores assim declarou: “A cooperativa ensina sobre o trabalho cooperado, devemos estar unidos porque o compromisso é de todos os cooperados.”

Sobre a quantidade de anos que cada entrevistado era catador, os mais antigos eram muito antigos – 4 catadores tinham 10 anos ou mais na atividade de catador. E os mais novos na ocupação – cerca 1 ano a 2 anos – demonstravam grande satisfação em ter encontrado esta oportunidade de ganhos para seu sustento. Enquanto a maioria estava satisfeita em continuar trabalhando na cooperativa, alguns se organizavam e investiam em seus estudos para possuírem outra profissão e outro meio de sustento. Entre aqueles que faziam planos para trabalhar com outra atividade que não a de catador também havia aqueles que queriam iniciar a atividade de vendedor em um ponto comercial próprio.

Os catadores foram unânimes em responder que sua renda principal provém do trabalho na cooperativa. Contudo, 2 catadores dos 10 entrevistados fazem algum bico quando surge a oportunidade. Quando entrevistados sobre como tiveram conhecimento da existência da cooperativa, a resposta não foi unânime, mas a maioria das respostas foram comuns e diziam que souberam por meio de parentes ou amigos que já trabalhavam na cooperativa. A seguir, os depoimentos sobre como os sujeitos da pesquisa souberam da existência da cooperativa:

Conheci pela caritas arquidiocese (Waldirene Santos da Silva, diretora executiva, pesquisa de campo/2019).

Minha avó conhece uma das diretoras da cooperativa e me apresentou pra ela, pois eu estava desempregado (Tallison, catador, pesquisa de campo/2019).

Soube por minha sogra. (Alexandre Costa dos Santos, catador, pesquisa de campo/2019).

Minha companheira trabalhava nessa cooperativa e me convidou. Atualmente, ela não trabalha mais por conta de uma hérnia na barriga. (Manoel Matos Lima, catador, pesquisa de campo/2019).

Eu trabalhava numa associação que dividia esse galpão com outra associação. Por ter havido conflitos de trabalho na minha associação, decidi me associar a Ecocooperativa, pois tivemos a oportunidade de conhecer seu trabalho nesse período. (Maria Ivanete Lima de Souza, catadora, pesquisa de campo/ 2019).

Através da minha mãe, que já era catadora cooperada e continua sendo. (Flávio Pereira da Silva, catador, pesquisa de campo/2019).

Ainda com o intuito de conhecer a representação social que os catadores de material reciclável tinham de sua atividade, perguntamos qual era o nome do carro que eles usavam para fazer a coleta de materiais. Os catadores responderam que chamavam de carroça ou carrinho de coleta, contudo um catador declarou que chama de “Mimosas”, pois o carrinho era usado por ele, pela sogra e pela esposa. Diante das respostas, percebemos que os catadores desta cooperativa se identificam fortemente com a atividade que realizam em prol do meio ambiente, mas o fazem com muita objetividade e foco.

Concernente à renda recebida pelo trabalho na cooperativa, os catadores explicaram que o valor é dividido em partes iguais, após se tirar o valor das despesas (diesel e outros). Dois catadores enfatizaram o fato de que cada centavo era conhecido de todos, a fala de um destes catadores foi “Aqui é tudo rateado, sabemos de cada 0,10 centavos, aqui é tudo família, ninguém engana ninguém.”.

Quando questionamos sobre quantas horas por dia trabalhavam como catador, as respostas variaram. Em geral, trabalham 8 horas por dia, todavia há quem trabalhe mais de 8 horas. Um dos catadores que trabalha mais de 8 horas, declarou seus motivos: “Tenho horário pra entrar (geralmente 7:00h), mas não tenho horário pra sair, já saí meia noite. Todos somos donos e precisamos nos adequar ao horário das empresas onde coletamos, às quais devemos ir em horário que não há transeuntes

consumidores da empresa; já perdemos uma empresa parceira por não cumprir o acordo do horário. Mas a cooperativa compensa por meio do banco de horas quando a gente precisa.”.

Mesmo trabalhando muitas horas, nenhum catador afirmou receber mais que 1 salário mínimo (atualmente R\$ 998,00) conforme demonstra o quadro 5. Mesmo tendo o princípio básico de dividir a renda igualmente, quando algum catador trabalha mais que 8 horas diárias ou, ao contrário, menos que 8 horas diárias, o pagamento é diferenciado.

Quadro 5: Renda dos catadores na Ecocooperativa

RENDA MENSAL	QUANTIDADE DE CATADORES
Menos de 1 salário mínimo (300,00)	3
Menos de 1 salário mínimo (400,00)	1
Menos de 1 salário mínimo (700,00)	1
1 salário mínimo	5

Fonte: Pesquisa de campo/ 2019.

Entrevistamos os catadores acerca do processo de trabalho na cooperativa e o que ficou bem destacado na maior parte das respostas é que todos se ajudam nas atividades de trabalho. Apresentamos os depoimentos a seguir:

Faço de tudo, estou no caminhão pra buscar material na rua, mas ajudo em outras coisas da cooperativa. (Tallison, catador, pesquisa de campo/2019).

Sou motorista da cooperativa, mas atuo e contribuo em todas as funções de triagem (seleção de todo material que chega: o plástico, por exemplo, tem qualidades diferenciadas (papelão, cores diferenciadas). (Alexandre Costa dos Santos, catador, pesquisa de campo/2019).

Trabalho mais na prensa, mas quando os outros catadores estão ‘acochados’ (aperreados com seu trabalho), a gente ajuda. (Manoel Matos Lima, catador, pesquisa de campo/2019).

Eu faço de tudo, eu trio, eu faço almoço, e ajudo na limpeza (outras pessoas ajudam na limpeza e no almoço. (Maria Ivanete Lima de Souza, catadora, pesquisa de campo/2019).

Varia pra todos, mas é um pouco exaustivo, pois quando um falta, os outros tem que cobrir o trabalho. Minha função atual principal é com a prensa, mas ajudo em tudo. (Flávio Pereira da Silva, catador, pesquisa de campo/2019).

Perguntamos aos catadores a respeito de seu trabalho antes da atual profissão, e encontramos uma diversidade de ocupações: Há estudantes que após o ensino médio se tornaram catadores, mas há uma catadora que trabalhava em uma editora durante mais de 10 anos, ela conta que após ter contato com o trabalho dos catadores e ter experimentado tal ocupação se sentiu fortemente impressionada com os valores que se carrega nessa atividade referindo-se ao trabalho de contribuir para a proteção do meio ambiente. Também conhecemos um senhor que trabalhava em uma xácara das irmãs (da igreja católica) como caseiro, e como gari na empresa Tumpex, e na Marquise, no serviço conhecido como Manaus limpa, somando 5 anos esses tipos de trabalho. Também conhecemos uma dona de casa que após completar 44 anos de idade, conheceu o trabalho da catação e então decidiu se dedicar a esta atividade para contribuir com o sustento da família. Além destes, temos um catador que foi repositor em supermercados quase 3 anos, e como ficou desempregado aproveitou a oportunidade que lhe surgiu por meio da cooperativa de reciclagem. Contudo minha maior surpresa, não posso negar, foi encontrar um engenheiro civil que foi funcionário da Andrade Gutierrez durante 6 anos e que apesar de fazer bicos de terraplanagem faz questão de afirmar que é muito mais satisfeito interiormente quando desenvolve suas atividades na cooperativa e pensa na contribuição que está dando para a proteção do meio ambiente.

A respeito da relação de convivência na cooperativa, dos 10 entrevistados, 9 responderam que a relação é ótima e apenas 1 afirmou que é estável. É importante mostrar em um quadro as justificativas para as respostas:

Quadro 6: Justificativas a respeito da relação de convivência existente entre os catadores

MOTIVOS POSITIVOS	MOTIVOS NEGATIVOS
“Me sinto bem, é uma família que me ajuda, é minha segunda casa: a hora que eu ligo, eles vão, a hora que eles ligam, eu vou.”	“A relação é estável, pois recebo algumas críticas do meu trabalho, há quem diga que sou vagabundo, outros dizem que trabalho demais.”
“Somos uma família”	
“A gente vive na bagunça, na brincadeira”	
“Todos gostam de mim, me tratam bem e eu gosto de todos”.	

Fonte: Pesquisa de campo/ 2019.

Podemos verificar a partir dos depoimentos dos catadores o quanto eles se sentem bem em trabalhar na cooperativa, e como foram bem recebidos quando

entraram para nela trabalhar. Um dos catadores respondeu que quando foi se primeiro dia, houve um almoço de boas-vindas e em seguida foram trabalhar, e à noite saíram para confraternizar. Eis algumas declarações dos catadores sobre o começo do trabalho como catador na cooperativa:

Foi muito lindo, pois quando se retira material do meio ambiente e se tem um destino certo, isso é gratificante. (Waldirene Santos da Silva, catadora, pesquisa de campo/2019).

Me apresentaram o trabalho, como era que se fazia e iniciei. (Talisson Nascimento Cruz, catador, pesquisa de campo/2019).

Foi bom, principalmente porque eu já conhecia o trabalho de catador na outra associação. Mas fiquei com medo da diretora executiva nos primeiros dias, apreensivo pela aprovação da mesma; no mesmo dia nos demos bem. (Alexandre Costa dos Santos, catador, pesquisa de campo/2019).

Apresentaram-me o serviço e o valor da cota-parte (na época era 50,00) e então comecei e estou até hoje. Não consigo me lembrar de como fui recebido, pois já faz 10 anos. (Manoel Matos Lima, catador, pesquisa de campo/2019).

Foi bom. Onde eu chego, me dou bem com as pessoas, trato bem e elas passam a gostar de mim. (Maria Ivanete Lima de Souza, catadora, pesquisa de campo/2019).

A cooperativa precisou de uma pessoa para triar os livros, então após a aula (Ens. Médio) ia para a cooperativa. Conhecendo outra rotina além da triagem de livros, que foi andando de caminhão buscando materiais fora, me animei mais com a diversidade do trabalho. (Flávio Pereira da Silva, catador, pesquisa de campo/2019).

Tendo em vista que, segundo análise feita por Marx em seu livro “O Capital”, há alienação<sup>10</sup> no trabalho exercido no sistema capitalista, é pertinente a análise de como essa alienação se dá no trabalho do catador, mas, acentuando um aspecto em particular, como essa alienação envolve a questão das contradições inerentes ao sistema capitalista que permeiam o trabalho dos catadores de material reciclável e o modo como eles são incluídos socialmente.

O trabalho é fundamental para o ser humano tendo em vista que se trata de um meio de sobrevivência. Entretanto, além de proporcionar a subsistência, promove o relacionamento entre pessoas, a inclusão social e o sentimento de pertencer a um

---

<sup>10</sup> Codo (1985) afirma que foi a exploração do trabalho alheio, a transformação da ação humana numa mercadoria igual a qualquer outra no mercado, o que possibilitou a conjunção da mercadoria com o lucro. Essa dupla relação – mercadoria e lucro – promove a ruptura entre o trabalho e o seu produtor, gerando assim a alienação na sociedade.

grupo; e, mesmo dentro de um grupo, o trabalhador recebe sua valorização pessoal ao reconhecer seus talentos e ideias presentes no trabalho que fora desenvolvido por ele – deveras, não se pode ignorar que nem todo ambiente de trabalho proporciona essa realização e identificação pessoais. A fim de solidificar a compreensão acerca da categoria trabalho, é demasiadamente importante conhecer o que Karl Marx escreveu ao analisar os fenômenos da sociedade, elaborando uma valiosa teoria acerca do trabalho.

Karl Marx apresenta uma abordagem crítica ao analisar o modo de produção capitalista e todas as suas instituições e relações sociais. Nesse sentido, Marx foi o responsável pela criação do materialismo histórico-dialético, um método que rompe com o idealismo e prega a ideia da práxis, ou seja, a junção da teoria e da prática como ação transformadora da realidade. Segundo Marx (2008),

na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. [...] o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (p.5).

Na teoria marxiana, o trabalho deve ser compreendido como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Marx (1983) verifica que o modo de produção capitalista juntamente com o surgimento da divisão social do trabalho e as relações sociais advindas dele, são permeados pela contradição e pela luta de classes onde uma classe detentora dos meios de produção compra a força de trabalho de uma classe que não possui nada a não ser a sua força de trabalho. Além do que, para Marx (1983, p. 45), “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar”.

Assim, Marx (1983) compreende o trabalho como a relação entre o homem e a natureza. Contudo, passa a ser razão para sofrimento com o surgimento do modo de produção capitalista e da divisão social do trabalho, onde surge a luta de classes e a

reprodução das desigualdades sociais. O trabalhador não se reconhece e nem se sente feliz com o produto e com o ambiente de seu trabalho; e torna-se cada vez mais pobre enquanto produz muitas riquezas, riqueza esta que é mantida sob o poder da classe dominante. Para Marx (1983), o trabalho na sociedade capitalista é sinônimo de poder e dominação.

Para Marx e Engels (2003), a história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes. Portanto, ao fazer uma breve análise dos estudos realizados pelos teóricos clássicos que abordam a categoria trabalho, pode-se inferir que a divisão social do trabalho analisada por Durkheim não há de manter a coesão social sem conflitos, e são esses conflitos que devem ser analisados a partir da realidade vivida pelos catadores de material reciclável nas cooperativas que constituem o campo de pesquisa. Na obra “Manifesto Comunista”, Marx & Engels (2003) apresenta a divisão de classes da seguinte forma:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, o opressor e o oprimido permaneceram em constante oposição um ao outro, levada a efeito numa guerra ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou, cada vez, ou pela reconstituição revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das classes em conflito. (...). Desde as épocas mais remotas da história, encontramos, em praticamente toda parte, uma complexa divisão da sociedade em classes diferentes, uma gradação múltipla das condições sociais. (...) A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam – a burguesia e o proletariado. (p. 26).

No contexto do trabalho dos catadores de material reciclável, não é diferente. É promovida uma narrativa que ensina a população a respeito da reciclagem, levando-a a crer que basta reciclar para estar fazendo sua parte na conservação do meio ambiente e da matéria prima de que se precisa. O que, porém, oculta-se nessa narrativa é que a reciclagem atende muito mais aos interesses dos detentores dos meios de produção do que à luta ambientalista; conseqüentemente, ignorando interesses e necessidades da classe trabalhadora que são os mais negativamente afetados neste contexto capitalista. Não mencionam também, na referida narrativa, o prejuízo que o consumo desenfreado traz para o meio ambiente.

## **CAPÍTULO 3 – DO AVESSE DA VIDA À VIDA: A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO SOCIAL**

Buscamos neste capítulo evidenciar as dimensões da vida socioeconômica das cooperativas de reciclagem visando à emancipação social. Para tanto, trazemos uma apresentação da cooperativa de reciclagem em que realizamos a pesquisa, e analisamos tanto o processo de trabalho quanto a representação social que os trabalhadores tem de sua vida na cooperativa e o trabalho que realizam. Durante a pesquisa na cooperativa, nos foi possível verificar um modo de trabalho, de fato, cooperado, onde os associados participam das decisões e tem conhecimento sobre as finanças da cooperativa. Portanto, é nessa conjuntura complexa, tal qual é a realidade social, que adquire relevância o conhecimento concernente aos diversos fatores que envolvem o estabelecimento desse segmento social, fatores tais como: a perda de emprego ou falta de qualificação profissional até a formação de uma teia complexa de outros processos sociais, de natureza política, bem como, socioeconômica. E compreendendo as cooperativas de reciclagem como um espaço de trabalho social que viabiliza a emancipação social dos catadores, torna-se assaz importante evidenciar essa forma alternativa de vida socioeconômica.

### **3.1 Agentes ambientais e/ou trabalhadores do capital?**

Analisando as representações sociais dos entrevistados, podemos observar como a atividade que eles desenvolvem significa muito para eles. Ao realizar a pesquisa, verificamos que para uma parte dos catadores existe a compreensão de que atuam como agentes ambientais mesmo que não usem esta expressão, mas tal expressão é presente nos movimentos sociais, e foi usada por duas catadoras durante a pesquisa. Perguntamos a uma das entrevistadas a respeito de outra opção de trabalho se a mesma deixasse de ser catadora, e a catadora respondeu que seria uma agente ambiental porque, para ela, tem tudo a ver com o meio ambiente.

Durante a primeira pesquisa exploratória, uma catadora declarou que uma de suas motivações é pensar no dia em que os jornais mostrarão a cooperativa em que trabalha e, assim, seu filho poderá ver o trabalho dos catadores sendo aclamado.



Diante desta declaração, passamos a considerar a possibilidade de que os catadores desconhecem o processo em que estão envolvidos. Embora, isso seja comum nos espaços de trabalho, há algo peculiar na forma de pensar dos catadores: eles entendem que desempenham um papel assaz importante para a sustentabilidade socioambiental e entendem isso a partir das abordagens feitas por empresários e pelo poder público ao enaltecerem a reciclagem como uma das mais importantes soluções para a conservação ambiental intencionando manter a atenção destes catadores afastada de outras questões, tais como as que fazem parte dos lucros obtidos com seu trabalho e os aspectos inerentes ao desenvolvimento sustentável.

A secretária da cooperativa, por sua vez, manifestou sua sensibilidade para com a questão ambiental quando deu seu depoimento: “Tive uma educação ambiental de forma básica em casa; mas com o trabalho na cooperativa aprendi muito mais. Hoje não consigo ver uma pessoa jogando no lixo um material reciclável.”

Segundo Antunes (2009), o capital realizou o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de autorreprodução de si próprio. Conforme aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências. Para o autor, a destruição e precarização da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente são duas consequências particularmente graves. A relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias conduz à degradação do crescente do meio ambiente.

A partir do referencial teórico encontrado em Antunes (2009), analisamos as condições de trabalho dos catadores e observamos uma peculiaridade: muitos catadores consideram que suas atividades transcendem a questão da sobrevivência e isso os motiva a permanecer neste trabalho.

Citando Mészáros, Antunes (2009) afirma que a finalidade essencial do capital é “expandir constantemente o valor de troca, ao qual todos os demais – desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais, – devem estar estritamente subordinados”. Desse modo, a “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca – no interesse da autorrealização expansiva do capital – tem sido o traço mais notável do sistema de capital desde sua origem”. Segundo Antunes (2009), para

converter a produção do capital em propósito da humanidade era preciso separar valor de uso e valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo. Diante desta reflexão, inferimos que mesmo reconhecendo-se como agentes ambientais, os catadores de nossa pesquisa constituem-se na realidade como trabalhadores do capital. Não é a produção do capital que está a propósito da humanidade, mas o inverso. Contudo, não podemos deixar de destacar a representação social que os mesmos têm de sua atividade de trabalho, daí se auto identificarem como agentes ambientais.

Para falarmos mais acerca da representação social que os catadores possuem sobre seu trabalho, vamos analisar o conceito de desenvolvimento sustentável. O discurso do desenvolvimento sustentável foi oficializado e difundido amplamente na raiz da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, em 1992. No entanto, a consciência ambiental começou a se expandir a partir dos anos 1970 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, em 1972. Leff (2006) relata que nesse momento foram apontados os limites da racionalidade econômica e os desafios apresentados pela degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade. A escassez, como princípio que fundamenta a teoria e a prática econômica, mobilizando e destocando os recursos produtivos de um umbral a outro de sua escassez relativa, converteu-se em uma *escassez global*. Esta escassez global já não pode ser resolvida através do progresso técnico, da substituição de recursos escassos por outros mais abundantes ou do aproveitamento de ambientes não saturados para a disposição dos dejetos gerados pelo crescimento desenfreado da produção. Segundo Leff (2006),

o discurso do desenvolvimento sustentável procura estabelecer um terreno comum para uma política de consenso capaz de integrar os diferentes interesses de países, povos e classes sociais que plasmam o campo conflitivo da apropriação da natureza. A ambivalência do discurso do desenvolvimento sustentado/sustentável se expressa já na polissemia do termo *sustainability*, que integra dois significados: o primeiro, traduzível como *sustentabilidade*, implica a incorporação das condições ecológicas — renovabilidade da natureza, diluição de contaminadores, dispersão de dejetos — do processo econômico; o segundo, que se traduz como *desenvolvimento sustentado*, implica a perdurabilidade no tempo do progresso econômico. Se a crise ambiental é produto da negação das bases naturais nas quais se sustenta o processo econômico, então a sustentabilidade ecológica aparece como condição da sustentabilidade temporal do processo econômico. (p. 137).

No entanto, para Leff (2006), o discurso do desenvolvimento sustentado chegou a afirmar o propósito de tornar sustentável o crescimento econômico através dos mecanismos do mercado, atribuindo valores econômicos e direitos de propriedade

aos recursos e serviços ambientais, mas mesmo esse arranjo não oferece uma justificção rigorosa sobre a capacidade do sistema econômico para incorporar as condições ecológicas e sociais (sustentabilidade, equidade, justiça, democracia) deste processo através da capitalização da natureza.

Falando sobre os limites e perspectivas do desenvolvimento sustentável, Jacobi (1997) cita Hogan (1993) o qual afirma que A noção de sustentabilidade, por sua vez, implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com respeito à capacidade de suporte. Jacobi (1997) acrescenta que, no contexto urbano metropolitano brasileiro, os problemas ambientais têm se avolumado a passos agigantados e a sua lenta resolução tem se tornado de conhecimento público por conta do impacto – aumento desmesurado de enchentes, dificuldades na gestão dos resíduos sólidos e interferência crescente do despejo inadequado de lixo em áreas potencialmente degradáveis em termos ambientais, com impactos cada vez maiores da poluição do ar na saúde da população.

Preocupar-se com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades. Neste processo de transformação de um cenário urbano cada vez mais ameaçado e diretamente afetado por riscos e agravos socioambientais, trazemos à memória o que Beck denomina de *paradigma da sociedade de risco*. Segundo Jacobi (1997), o tema da sustentabilidade se confronta com este *paradigma da sociedade de risco*. Para Jacobi (1997), isto implica a necessidade da multiplicação de práticas sociais pautadas pela ampliação do direito à informação e de educação ambiental numa perspectiva integradora, potencializando iniciativas a partir do suposto de que maior acesso à informação e transparência na gestão dos problemas ambientais urbanos pode implicar uma reorganização de poder e autoridade.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável introduz não apenas a polêmica questão da capacidade de suporte, mas também os alcances e limites das ações destinadas a reduzir o impacto dos agravos no cotidiano urbano e as respostas pautadas por rupturas no *modus operandi* da omissão e conivência com as práticas autodestruidoras predominantes. Jacobi (1997) afirma que o tema dos resíduos sólidos é provavelmente aquele que melhor exemplifica as possibilidades de

formulação de políticas públicas minimizadoras ou preventivas, entretanto, a timidez das iniciativas e a descontinuidade das políticas têm criado um verdadeiro círculo vicioso pautado pela lógica do *blaming the victim* (culpar a vítima). Para Jacobi (1997),

Também é importante estar consciente das dificuldades que hoje existem para viabilizar, por exemplo, propostas que articulam redução da degradação ambiental com geração de renda. Embora este tema seja objeto de projetos pautados pela vontade política dos administradores municipais, nem sempre a intencionalidade é bem sucedida ou bem compreendida pelos moradores. São programas que exigem um período de amadurecimento e cuja legitimação é bastante lenta por parte dos diversos estratos sociais. (p. 389).

Segundo Jacobi (1997) atualmente, vive-se uma situação contraditória, que tem, se não desestimulado, pelo menos dificultado a manutenção de iniciativas de reciclagem mediante cooperativas de catadores. O autor reconhece que se tratam de experiências que devem ser valorizadas porque, apesar da sua pequena escala, geram benefício econômico (garantia de renda estável às famílias envolvidas); benefício ambiental (reciclagem de diversos materiais) e benefício social, pois esse trabalho proporciona possibilidades de integração social a pessoas que sempre foram marginalizadas. Isso também quer dizer emancipação social, como veremos mais adiante. Todavia, o grande problema que se verifica atualmente é a significativa queda dos preços dos materiais dos catadores no mercado, o que diminui a rentabilidade da atividade, o que introduz um aspecto de contradição no processo uma vez que o discurso implícito nos documentos dos organismos internacionais vinculados ao tema é enfático quanto à necessidade de implantar políticas que impliquem a articulação de iniciativas locais de combate ao desperdício.

O momento atual exige que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um caráter mais propositivo, assim como para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos para implementar políticas pautadas no binômio sustentabilidade e desenvolvimento, num contexto de crescentes dificuldades para se promover a inclusão social. Diversas experiências bem-sucedidas, principalmente por parte de administrações municipais, mostram que, havendo vontade política, é possível viabilizar ações governamentais pautadas pela adoção dos princípios de sustentabilidade ambiental conjugada a resultados na esfera do desenvolvimento econômico e social. Mas não foi possível observar isto na cooperativa onde realizamos a pesquisa, o maior esforço é dos trabalhadores e não do poder público, o qual participa de alguma forma, como por exemplo na limpeza do

terreno da sede da cooperativa, mas não participa efetivamente para a emancipação social dos trabalhadores cooperados.

Quando Leff (2006) introduz a discussão sobre a racionalidade ambiental, ele argumenta que a produção e a economia devem ser redimensionadas dentro de uma nova racionalidade, repensando-se os conceitos marxistas de relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura. Para o autor, isso significa deslocar a teoria econômica fundada na produtividade do capital, no trabalho e na tecnologia, de forma que a teoria econômica passe a se basear em um novo paradigma baseado na produtividade ecológica e cultural, e sua produtividade sistêmica passe a integrar o domínio da natureza e o universo de sujeitos culturais dentro das perspectivas abertas pela complexidade ambiental. A controvérsia entre a racionalidade econômica e a racionalidade ambiental nas perspectivas do desenvolvimento sustentável levam a contrapor à lógica do valor de troca — da lei estrutural do valor — uma racionalidade produtiva fundada em valores e significados. Diante desta análise, Leff (2006) assevera que

a racionalidade ambiental leva a repensar a produção a partir das potencialidades ecológicas da natureza e das significações e sentidos atribuídos à natureza pela cultura, além dos princípios da "qualidade total" e da "tecnologia limpa" da nova ecoindústria, assim como da qualidade de vida derivada da "soberania do consumidor". A racionalidade ambiental que daí emerge se distancia de uma concepção conservadora e produtivista da natureza para converter-se em uma estratégia para a reapropriação social da natureza, baseada na valorização cultural, econômica e tecnológica dos bens e serviços ambientais da natureza. A racionalidade ambiental desemboca em uma política do ser, da diversidade e da diferença que reformula o valor da natureza e o sentido da produção. (p. 69).

O autor Leff (2006) se utiliza da terceira lei da termodinâmica para explicar como a natureza é afetada pelas ações humanas capitalistas. Segundo o autor,

A racionalidade ambiental procura discernir os efeitos do pensamento metafísico e científico na hipereconomização do mundo e os impactos e consequências da entropização do planeta na pobreza, na iniquidade e na degradação socioambiental. Na diluição do real que preconiza o pensamento da pós-modernidade, o discurso volta seu olhar para a entropia como a lei-limite da natureza (o Real) diante do desvario e das estratégias fatais do discurso do desenvolvimento sustentado que postula o crescimento sem limites. Se a compreensão racional do mundo gerou a complexização do ser e da morte entrópica do planeta, toda proposta de uma gestão racional — científica — do ambiente estaria fundada em uma falácia e condenada ao fracasso. (p. 132).

Assim, Leff (2006) mostra partes do que seria a utopia de um futuro sustentável com base no potencial nequentrópico da vida e da criatividade da diversidade, do encontro com o outro. Pensando na abordagem que Marx faz sobre a consciência de classe, Leff (2006) pondera acerca da dialética entre o conhecimento e a transformação do mundo como a constituição da "totalidade orgânica" do pensamento marxista. Diante desta análise, Leff (2006) afirma que apesar de que Marx não pensou que as leis internas do capital levariam diretamente à dissolução do modo de produção capitalista, ele apresentou a dinâmica do capital como efeito de leis objetivas e quantitativas. Dessa maneira, a prática revolucionária adquiria um caráter objetivo, determinado pelas leis internas do capital. Leff (2006) afirma que

quando a lei do valor como princípio quantitativo determinante das transformações sociais desaparece, as práticas políticas deixam de ser o efeito de um mecanismo automático. A ação social não é o efeito de um determinismo teleológico, e se inscreve no contexto de uma racionalidade que outorga os sentidos e valores da organização social. A história, a luta de classes e os movimentos populares são os processos que geram e transformam as estruturas sociais e as leis de suas tendências temporais. Essas estruturas não se transformam simplesmente como efeito de leis imanentes, mas sim pelas relações de poder que se desenvolvem em seu seio. As práticas sociais transformam a realidade social e modificará dessa forma suas leis internas. Por isso não existem leis absolutas que comandem a práxis, mas esta não se realiza alheia às determinações e condições que configuram uma racionalidade social. (p. 59-60).

Analisando essa discussão que se faz sobre uma racionalidade ambiental e o potencial de consciência de classe dos sujeitos da pesquisa, é preocupante o fato de que nesta cooperativa em que o estudo foi realizado não se observa a presença de trabalhadores que reconhecem a insustentabilidade do sistema em que trabalham, tendo sido verificado nas falas dos entrevistados apenas a satisfação de poderem contar com essa fonte de sustento por meio da reciclagem e a mobilização pelas práticas que incentivem a reciclagem sem necessariamente confrontar a raiz da agressão ambiental que é o consumo desenfreado e a ininterrupta busca por acumulação capitalista.

Preocupado com o que haja um desenvolvimento sustentável de fato, Leff (2006) aponta que a criação científica e a inovação tecnológica não se convertem em novos princípios determinantes do desenvolvimento sustentável nem fundarão uma ética do conhecimento capaz de dirimir e solucionar os conflitos em torno da apropriação produtiva da natureza. Para o autor, há a necessidade de pensar e de

construir uma nova racionalidade produtiva sustentada pelos princípios da entropia e da complexidade ambiental, integrando as formações ideológicas, a produção científica, os saberes pessoais e coletivos, os significados culturais e as condições "reais" da sustentabilidade ecológica. Leff (2006) enfatiza a relação entre conhecimento e desenvolvimento sustentável porque sabe que

a economia fundada no tempo de trabalho foi substituída pela economia baseada no poder do conhecimento científico como meio de produção e instrumento de apropriação da natureza. A acumulação e a concentração de capital já não se baseiam tão-somente na superexploração da natureza e da mão-de-obra barata do Terceiro Mundo, mas, também, em novas estratégias de apropriação capitalista da natureza dentro da nova geopolítica do desenvolvimento sustentável (ver capítulo 3, *infra*), incluindo a apropriação gratuita e a pilhagem dos recursos genéticos, a subavaliação dos bens naturais e dos serviços ambientais e o acesso subvencionado a hidrocarburetos e recursos hídricos que mantém uma agricultura supercapitalizada e um planeta hiperurbanizado. (p. 61).

Leff (2006), lembra a contribuição de Boaventura de Sousa Santos quando este postulou a "necessidade de uma teoria da *tradução* como parte da teoria crítica pós-moderna. É por via da tradução e de uma hermenêutica diatópica que uma necessidade, uma aspiração, uma prática em uma cultura dada pode tornar-se compreensível e inteligível para outra cultura. O conhecimento emancipação não aspira a uma grande teoria, mas a uma teoria de tradução que sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias, todas elas finitas e incompletas e, por isso, apenas sustentáveis quando estão ligadas em rede" (Santos, 2000).

Quando ouvimos as respostas dos catadores sobre a importância ambiental do trabalho que fazem, nos sentimos influenciados pela sua convicção, mas é importante saber o que Leff (2006) fala sobre a identidade. Segundo o autor,

no processo de globalização, as identidades culturais estão se reconfigurando no marco e nas perspectivas do desenvolvimento sustentável, como uma redefinição do ser, em um processo de arraigamento em um território e de reapropriação da natureza. A identidade não renasce simplesmente da sua essência originária e da resistência da tradição ao longo do tempo e da história. Esta se forja em sua relação, enfrentamento e demarcação com uma identidade suprema, aquela que desde a invenção cultural de um deus único, e até o mercado global, trouxe um projeto de unificação do pensamento e da humanidade, como uma integração de suas diversidades e diferenças. (p. 411).

Leff (2006) aponta para o fato de que depois das guerras tribais e das guerras dos primeiros impérios, é o capitalismo – seja ele mercantil, industrial, tecnológico ou ecológico – que leva à unificação forçada da raça humana dentro de uma

racionalidade econômica e da lei suprema do mercado. Segundo o autor, a ética como responsabilidade em relação ao outro (ao negro, ao indígena, ao judeu, ao cigano) é a resposta do ser à pressão pela unidade, por um pensamento único, por uma unidade lógica: a lógica do pensamento único, do conhecimento transparente, a qual se infiltrou nos desígnios guiados por uma vontade de pureza racial e superioridade cultural, que levam à submissão, à subjugação, à opressão, à exploração, à negação e ao extermínio do outro. Diante deste fato, a emancipação a partir do projeto ético da outridade, e os direitos culturais que abrem uma política da diferença, se configurará em uma resposta de resistência ao domínio e imposição de uma lógica unitária sobre a diversidade cultural. Relacionando democracia e desenvolvimento sustentável, LEFF (2006) afirma que

os governos democráticos da América Latina e do Terceiro Mundo mantêm altos níveis de desigualdade e pobreza, analfabetismo e desnutrição. Para desfazer o nó górdio neoliberal e relacionar os objetivos da democracia com os de equidade e sustentabilidade, é necessário elaborar e praticar um conceito de democracia mais rico em atribuições; passar da liberdade e da transparência do voto para a localização e fixação de seu sentido nas próprias condições da produção que permitam manter um sistema produtivo vigoroso e participativo, no qual sejam geradas condições para a erradicação da pobreza e para a satisfação das necessidades e aspirações dos diferentes grupos da população, em que a socialização e a apropriação dos recursos permitam reduzir a desigualdade econômica e social. (p. 475).

O autor Leff (2006) faz uma análise acerca da teoria de valor afirmando que tal teoria mostra a historicidade da teoria marxista da produção e abre uma reflexão sobre as formas dominantes de exploração da natureza e do trabalho no momento atual — a capitalização da natureza assim como os processos de apropriação e distribuição desigual a partir das estratégias de poder inscritas na lógica do mercado e da racionalidade do conhecimento. Para Leff (2006), essas indagações abrem novas perspectivas para a construção de uma racionalidade ambiental na qual a força do trabalho, as potencialidades da natureza, o poder da ciência e da tecnologia e a potência do saber são mobilizados por interesses sociais diferenciados e valores culturais diversos em relação a uma economia sustentável. Ainda analisando a teoria do valor, Leff (2006) afirma que

em Marx, a categoria de *tempo de trabalho socialmente necessário* aparece como a *substância do valor*; é o princípio estrutural e quantitativo que permite um conhecimento objetivo sobre a dinâmica do capital. A teoria do valor constitui assim o nó conceitual que enlaça o conjunto de processos econômico-sociais que dão conta do processo de produção. A natureza, que havia sido a fonte originária do valor na doutrina fisiocrática, é desterrada do



campo da economia, relegada como objeto de trabalho à função de dotar o processo econômico de matérias primas e recursos naturais. Para Marx, "o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações". A teoria do valor explica uma dessas determinações, aquela que, inserida no modo de produção capitalista, impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas. (p. 32).

O autor Leff (2006) procura explicitar qual, de fato, é a visão de Marx quando este analisa a sociedade por meio da teoria do materialismo histórico. Segundo, Leff (2006), Marx não apenas vê a unidade do mundo como a unificação transcendental de natureza e sociedade através do processo de trabalho. O materialismo marxista não consiste no fato de que "tudo é matéria", ou em pensar o mundo como "uma determinação metafísica segundo a qual todo ente aparece como material de trabalho". Leff (2006) explicita que o materialismo histórico procura dar conta da estrutura social que converte a natureza em objetos de trabalho, em valores de uso naturais capazes de serem incorporados ao processo de produção de valor e de mais-valia. O materialismo marxista não é uma visão do mundo como uma relação entre coisas: isto é justamente aquilo que Marx criticou como o fundamento metafísico da alienação dos sujeitos sociais. Com esta análise, Leff (2006) assevera que

A decomposição do conceito de valor — do valor-trabalho ao valor símbolo —, que procurava estabelecer as condições materiais da produção como princípio da organização econômica e um princípio de realidade na compreensão da história, culminou na capitalização da natureza e na hipereconomização do mundo. A racionalidade econômica levou à recodificação do mundo — de todos os entes e ordens ontológicos — em termos de valor econômico, mas ficou sem um referente e sem suporte na ordem da natureza. Nem a dialética da natureza, nem a dialética da história conseguem compreender e transcender esse processo que, partindo da sujeição do ser à metafísica, desemboca no império da ordem econômica que converte o ser em *ser para a produção*, em *homo economicus*. A excessiva objetivação da natureza na ordem econômica produz seu reflexo deformado na antropologia, que estabeleceu a análise da cultura através de uma estrutura simbólica sem relação com a natureza. (p. 77).

Segundo Leff (2006), o colapso ecológico incitou um retorno à natureza e a angústia da separação da cultura de suas raízes orgânicas se expressa na crise ambiental, fazendo-se necessário reconstituir a ordem social a partir de suas bases naturais de sustentação. Procurando restituir as condições impostas pela ordem natural à sobrevivência da humanidade e a um desenvolvimento sustentável, o ecologismo emerge como um dos movimentos sociais mais significativos do final do século XX. O autor considera esse movimento responsável por estar levando à revalorização das relações econômicas, éticas e estéticas do homem com seu

entorno, penetrando nos valores da democracia, da justiça e da convivência entre os homens; e entre estes e a natureza.

Explanando sobre a crise ambiental, Leff (2006) observa que a crise ambiental foi o grande desmancha-prazeres na comemoração do triunfo do desenvolvimentismo, expressando uma das falhas mais profundas do modelo civilizatório da modernidade. A economia, a ciência da produção e distribuição, mostrou seu rosto oculto no disfarce de sua racionalidade *contra natura*. Segundo o autor, o caráter expansivo e acumulativo do processo econômico suplantou o princípio de escassez que funda a economia, gerando uma escassez absoluta, traduzindo-se em um processo de degradação global dos recursos naturais e serviços ambientais, e este fato se torna manifesto na deterioração da qualidade de vida, assim como na autodestruição das condições ecológicas do processo econômico.

Leff (2006) observa que há uma crise de civilização de uma modernidade fundada na racionalidade econômica e científica como os valores supremos do projeto civilizatório da humanidade, que tem negado a natureza como fonte de riqueza, suporte de significações sociais e raiz da co-evolução ecológico-cultural. A degradação ecológica é a marca desta crise de civilização. É nesse sentido que buscar um desenvolvimento sustentável converteu-se em um dos maiores desafios históricos e políticos da contemporaneidade. Tanto a economia quanto a tecnologia e a moral precisaram ser ecologizadas. O autor exemplifica:

Nessa perspectiva se inscrevem as tentativas da economia neoclássica para internalizar as externalidades ambientais com os critérios da racionalidade econômica, ou os da economia ecológica para fundar um novo paradigma, capaz de integrar os processos ecológicos, populacionais e distributivos aos processos de produção e consumo. A economia ambiental (a economia neoclássica dos recursos naturais e da contaminação) supõe que o sistema econômico pode internalizar os custos ecológicos e as preferências das gerações futuras, atribuindo direitos de propriedade e preços de mercado aos recursos naturais e serviços ambientais, de maneira que estes pudessem integrar-se às engrenagens dos mecanismos de mercado que se encarregariam de regular o equilíbrio ecológico e a equidade social. (p. 223-224).

As cooperativas de reciclagem constituem apenas uma ínfima parte do conjunto de iniciativas que a sociedade humana tomou para que a crise ambiental pudesse ser superada. Leff (2006) afirma que desde tempos imemoriais a sociedade humana tem incorporado normas morais que provaram ser fundamentais para a sobrevivência e a convivência humanas. Assim, a tomada de consciência a respeito dos limites do

crescimento que surge da visibilidade da degradação ambiental — mais que das formulações científicas sobre a segunda lei da termodinâmica — desponta como uma crítica ao paradigma normal da economia.

A crise ambiental evidenciou a insustentabilidade ecológica da racionalidade econômica. Por tal razão, há o propósito de internalizar as externalidades socioambientais do sistema econômico ou de submeter o processo econômico às leis ecossistêmicas nas quais se inscreve. Leff (2006) menciona três grandes vertentes que foram apresentadas para enfrentar os desafios da sustentabilidade: uma delas é a economia ambiental que procura incorporar as condições ambientais da sustentabilidade (os processos energéticos, ecológicos e culturais externos ao sistema econômico), através de uma avaliação de custos e benefícios ambientais e sua tradução em valores econômicos e preços de mercado; uma segunda vertente é a economia ecológica que estabelece o limite entrópico do processo econômico e a incomensurabilidade entre processos ecológicos e os mecanismos de valorização do mercado, procurando desenvolver um novo paradigma que integre processos econômicos, ecológicos, energéticos e populacionais; e a terceira vertente é a possibilidade de pensar e construir uma nova racionalidade produtiva, fundada na *articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais que constituem um potencial ambiental de desenvolvimento sustentável*.

Para lidar com a crise ambiental, por meio de uma prática de desenvolvimento sustentável de fato, Leff (2006) propõe uma racionalidade que confronte a racionalidade capitalista. O autor pondera sobre a seguinte questão: Se uma argumentação fundamentada e coerente, assim como a realidade evidente, diz Leff, mostram que nem a eficácia do mercado, nem a norma ecológica, nem uma moral conservacionista, nem uma solução tecnológica são capazes de reverter a degradação entrópica, a concentração de poder e a desigualdade social geradas pela racionalidade econômica, então é necessário apresentar a possibilidade de *outra racionalidade*, uma que seja capaz de integrar os valores da diversidade cultural, os potenciais da natureza, a equidade e a democracia como valores que sustentara a convivência social e como princípios de uma nova racionalidade produtiva, em sintonia com os propósitos da sustentabilidade. Leff (2006) afirma que há princípios que fundamentam os desafios apresentados pela construção de uma racionalidade ambiental, e que é necessário elucidar tais princípios a fim de contribuir para a

aceitação da nova racionalidade produtiva, a racionalidade ambiental. Para Leff (2006),

A questão da sustentabilidade coloca a civilização humana, já saturada de incógnitas, de riscos e incertezas, numa encruzilhada. Hoje percebemos a crise da racionalidade econômica sobre a qual foi construído o mundo moderno. Mas, ao mesmo tempo, desmoronaram os referentes teóricos e ideológicos, as cosmogonias e as utopias, para guiar uma transformação da realidade, para construir uma racionalidade que oriente e dê viabilidade à transição a um desenvolvimento sustentável e democrático. Para responder ao desafio do ambientalismo diante do limite da razão econômica, não basta o diagnóstico certo da destruição ecológica do planeta, a finitude da existência humana e a morte entrópica do universo. (p. 238).

Leff (2006) assevera que, no limite do paradigma neoliberal, em face do abismo do fim da história, é necessário construir uma nova racionalidade que possibilite criar novos mundos (não apenas descobrir novos mundos). Portanto, diz Leff, devemos incorporar os limites e potencialidades do Real que emergem da complexidade ambiental, assim como as condições do ser, e rastrear os signos das respostas possíveis na imaginação sociológica e na criatividade política, para que se tenha respostas ao risco ecológico e aos desafios da sustentabilidade. As alternativas devem ser racionais, e devem ser fundadas no saber atual sobre as condições ecológicas do processo produtivo, nos valores da democracia e nos princípios da diversidade cultural. Isso significa elaborar estratégias para desconstruir esta racionalidade insustentável e construir uma racionalidade ambiental.

Após esta análise acerca do desenvolvimento sustentável, voltemos a questionar a condição em que se encontram os trabalhadores da cooperativa de reciclagem. São eles agentes ambientais ou só podem ser trabalhadores do capital sujeitos a este? A fim de ponderar sobre essa resposta, analisemos o que Antunes (2009) fala sobre as formas contemporâneas do estranhamento. Para o autor, quer pelo exercício laborativo manual, quer pelo imaterial, o estranhamento do trabalho ainda está, em sua essência, preservado; e a subjetividade que emerge na fábrica ou nas esferas produtivas contemporâneas é expressão de uma existência inautêntica e estranhada ainda que fenomenicamente minimizada pela redução da separação entre a elaboração e a execução ou pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas. Há maior “participação” nos projetos que nascem das discussões dos círculos de controle de qualidade e há maior “envolvimento” dos trabalhadores, mas a

subjetividade que então se manifesta encontra-se, de fato, estranhada, estranhada em relação ao que se produz e para quem se produz. Segundo Antunes (2009),

os benefícios aparentemente obtidos pelos trabalhadores no processo de trabalho são largamente compensados pelo capital, uma vez que a necessidade de pensar, agir e propor dos trabalhadores deve levar sempre em conta prioritariamente os objetivos intrínsecos da empresa, que aparecem muitas vezes mascarados pela necessidade de atender aos desejos do mercado consumidor. Mas sendo o consumo parte estruturante do sistema produtivo do capital, é evidente que defender o consumidor e sua satisfação é condição necessária para preservar a própria empresa. Mais complexificada, a aparência de maior liberdade no espaço produtivo tem como contrapartida o fato de que as personificações do trabalho devem se converter ainda mais em personificações do capital. Se assim não o fizerem, se não demonstrarem essas “aptidões”, (“vontade”, “disposição” e “desejo”), trabalhadores serão substituídos por outros que demonstrem “perfil” e “atributos” para aceitar esses “novos desafios”. (p. 130).

Segundo Antunes (2009), a subjetividade autêntica não consegue aflorar num solo capitalista cuja fase, é caracterizada pelo desemprego estrutural, pela redução e precarização das condições de trabalho, evidenciando-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores. O autor lembra que múltiplas fetichizações e reificações continuam a poluir e permear o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, onde o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital. Nesse processo de vida, pois não é apenas um processo de trabalho, uma vez que o capitalismo não apenas se constitui num sistema de produção, mas também em um modo de relações sociais, é nesse processo em que estão os catadores de material reciclável que ao entenderem que não estão qualificados para outros postos de trabalho, encontram na reciclagem seu meio de sustento.

Corroborando com esta realidade, Antunes (2009) fala que é crescente a necessidade de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho, de forma que até mesmo considerável parte do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação. Cada vez mais essa preparação para o mercado de trabalho se torna desafiadora, pois como disse Antunes (2009) parte do saber intelectual é transferido para as máquinas informatizadas, que se tornam mais inteligentes, reproduzindo uma parcela das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho.

Antunes (2009) assevera que a máquina não pode suprimir o trabalho humano, portanto ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. E, nesse processo, enfatiza o autor, o envolvimento interativo aumenta ainda mais o estranhamento do trabalho, ampliando formas modernas de reificação. O autor analisa o fato de que se o estranhamento permanece e mesmo se complexifica nas atividades de ponta do ciclo produtivo, o quadro é ainda mais intenso nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em situação de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho part time, temporário etc. Considerando as análises de Ramtin (1997) acerca do estranhamento (a alienação), Antunes (2009) traz a caracterização que Ramtin (1997) encontra nessa parcela da classe trabalhadora mais precarizada:

Para os permanentemente desempregados e desempregáveis, a realidade da alienação significa não somente a extensão da impotência ao limite, mas uma ainda maior intensificação da desumanização física e espiritual (...). O aspecto vital da alienação deve-se ao fato de que a impotência está baseada na condição) da integração social pelo trabalho. Se essa forma de integração social está sendo crescentemente prejudicada pelo avanço tecnológico, então a ordem social começa a dar claros sinais de instabilidade e crise, levando gradualmente em direção a uma desintegração social geral (p. 248).

É possível identificar contradições nas representações sociais dos catadores sobre as cooperativas, tanto sobre a exploração do capital quanto sobre o papel dos catadores como agentes ambientais. Ao estudar o processo de trabalho nas cooperativas de reciclagem, cabe discutir as dificuldades envolvidas neste trabalho, cujo dados foram obtidos a partir dos relatos dos catadores como funcionários da cooperativa, bem como dos membros do conselho administrativo. Falar da insustentabilidade do sistema capitalista, da crise ambiental e das representações sociais que os catadores de material reciclável fazem de sua profissão, além de falar sobre as dimensões da emancipação social permite analisar temas que se relacionam entre si e demonstram como o trabalho dos catadores de material reciclável tem sua relevância para o sustento destes trabalhadores, mas também para o enfrentamento ao estilo de vida na modernidade líquida na medida em que contribui para a reflexão acerca da crise ambiental e das estratégias de organização social que possibilitem uma emancipação para os trabalhadores cooperados.

Leff (2006) analisa essa crise ambiental afirmando que a questão ambiental se revela como uma problemática social do desenvolvimento, que mostra que é

necessário normatizar os processos de produção e consumo que degradaram o ambiente e a qualidade de vida porque tais processos estão sujeitos à racionalidade econômica e à lógica do mercado. O autor verifica que dessa crise ambiental surgem novos valores e forças materiais para a construção de uma nova ordem social que vai se plasmando como princípios das formações discursivas do ambientalismo e fundamentos de uma racionalidade ambiental. Tais são alguns dos valores apresentados por Leff (2006):

- a) O direito de todos os seres humanos ao pleno desenvolvimento de suas capacidades, a um ambiente são e produtivo e ao desfrute da vida em harmonia com seu meio ambiente.
- b) Os direitos dos povos à autogestão de seus recursos ambientais para satisfazer suas necessidades e orientar suas aspirações a partir de diferentes valores culturais, contextos ecológicos e condições econômicas.
- c) A preservação da base de recursos naturais e dos equilíbrios ecológicos do planeta como condição para um desenvolvimento sustentável e sustentado, que satisfaça as necessidades atuais das populações e preserve seu potencial para as gerações futuras.
- d) A eliminação da pobreza e da miséria extrema, a satisfação das necessidades básicas e a melhora da qualidade de vida da população, incluindo a qualidade do ambiente, os recursos naturais e as práticas produtivas.
- e) A distribuição da riqueza e do poder através da descentralização econômica e da gestão participativa e democrática dos recursos naturais.
- £) O fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades e a autodeterminação tecnológica dos povos, com a produção de tecnologias ecologicamente adequadas e culturalmente apropriáveis. (p. 256).

O autor Leff (2006) afirma que o cenário atual é marcado pela crescente exclusão social e que esta é provocada por um mercado de trabalho cada vez mais seletivo. Tal cenário, segundo o autor, introduz um fator complicador, uma vez que um número cada vez maior de pessoas não tem outra opção senão trabalhar em empregos socialmente excluídos. As massas crescentes de desempregados que potencialmente poderiam ser absorvidas em cooperativas de reciclagem tem contra si a quase total inexistência de mecanismos que incentivem a expansão desse tipo de iniciativas.

O grande desafio que se coloca é, por um lado, gerar empregos com práticas sustentáveis e, por outro, fazer crescer o nível de consciência ambiental, ampliando as possibilidades de a população participar mais intensamente nos processos decisórios como um meio de fortalecer a sua co-responsabilização na fiscalização e controle dos agentes responsáveis pela degradação socioambiental. Tal prática é

desenvolvida pelos catadores da cooperativa junto à comunidade em que estão localizados. A respeito da inclusão social, vemos que há um longo caminho a percorrer.

### **3.2 Inclusão social marginal e/ou emancipação social? Em busca de um futuro possível**

A organização dessa atividade iniciou-se com a formação de associações e cooperativas de catadores na década de 1990 e ganhou visibilidade com a formação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), surgido em 1999. Em 2001, a ocupação foi identificada pela Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e, na primeira década deste século, as manifestações e lutas dos catadores por trabalho e condições de vida contribuíram para a mobilização nacional e internacional do segmento.

Conforme Barros & Pinto (2008), esse reconhecimento bem como o surgimento de associações e cooperativas contribuiu para ressignificações da atividade, valorizando-a. E de acordo com Miura (2004), a catação possibilita, mesmo que temporariamente, a inserção social. Segundo a autora, a organização em cooperativas possibilita uma condição de trabalho mais favorável, com estrutura física mais adequada e oportunidades de ganho maiores, tanto na perspectiva material como social; é por meio de seu trabalho de coleta de materiais recicláveis que o catador adquire alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência.

Para fins de estudo a respeito do papel social ambíguo dos catadores de material reciclável e suas condições de trabalho no âmbito do sistema de produção capitalista, é importante reconhecer a influência do MNCR uma vez que tal movimento ampliou a luta dos catadores por uma vida digna e os fez se sentirem mais valorizados, inclusive, passaram a se reconhecerem como agentes ambientais; contudo, como é de se esperar em quase todo espaço de trabalho, não é feita uma discussão mais abrangente que aborde o conhecimento sobre o processo completo da reciclagem e os autores envolvidos; tampouco se informa os custos e ganhos deste processo. Tal conhecimento é de suma importância para os trabalhadores que estão no início deste processo, mas, que se contentam em ocupar sua posição, desconhecendo a



repercussão do seu trabalho desde que possam manter suas famílias com a remuneração recebida.

Os governos, em diferentes esferas, investem na promoção de programas de inclusão socioeconômica dos catadores de material reciclável e na criação de mecanismos que proporcionem o envio de materiais recicláveis produzidos por diversas entidades às associações e cooperativas de catadores, bem como possibilitem sua contratação para a realização da coleta seletiva nos municípios. Assim, diversas ações convergentes são empreendidas entre as organizações de catadores, os poderes públicos e o mercado da reciclagem a fim de possibilitar a continuidade e desenvolvimento do processo de reciclagem.

Para Souza (2005) as associações e/ou cooperativas de trabalho têm sido um avanço, pois permitem a mecanização de algumas etapas do processo e eliminam, em parte, a necessidade do uso de carrinhos, ao se considerar que o material passa a ser coletado pelo poder público. Tais empreendimentos caracterizam-se pela propriedade coletiva dos meios de produção, a democratização das formas de organização do trabalho e a coletivização dos lucros (Kemp, 2001; Singer, 2003). Ao realizar uma prévia pesquisa de campo, foi verificado, em entrevista com as catadoras, que a coletivização dos lucros é, no mínimo, relativa.

Diante do fato de que as cooperativas surgem para garantir trabalho e renda para inúmeros trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, Fernandes (2006), destaca que

o funcionamento das cooperativas de trabalho ganhou rapidamente terreno no Brasil ao longo da década de 1990, em face das crescentes taxas de desemprego e no aprofundamento da precariedade do trabalho para grandes contingentes de trabalhadores afetados por vários tipos de iniciativas de flexibilização e desregulamentação. (p. 101).

Para Trombeta (2012), há um cenário em que todos são providos dos mesmos direitos e deveres, assim, um novo padrão de relacionamento deverá pautar o cotidiano de trabalho, havendo participação igualitária na tomada de decisões, através da singularidade do voto, que acontece em assembleia dos associados na cooperativa. De acordo com a autora, trata-se de um desafio fazer esses trabalhadores se posicionarem dessa forma no empreendimento, por isso a necessidade das capacitações sobre cooperativismo.

Durante a primeira pesquisa exploratória foi possível verificar que há uma subordinação dos catadores aos administradores da cooperativa; os catadores entendem que essa relação de trabalho está dentro da normalidade. É possível inferir que a participação igualitária na tomada de decisões apresentada por Trombeta (2012) não ocorre na cooperativa aqui citada. Conforme analisa Trombeta, o cooperativismo favorece os trabalhadores a constituírem uma mentalidade diferente em relação ao trabalho, ao destino do empreendimento e ao compromisso individual e coletivo, sobretudo, porque estão trabalhando para si mesmo, sem o domínio da exploração do capital. Reconsiderando a análise feita por Trombeta (2012), não é ousadia dizer que há exploração do capital dentro das cooperativas, bem como há contradições no papel dos catadores como agentes ambientais.

Bhowmik (2002) afirma que apesar das deficiências e problemas, as cooperativas demonstram que se lhe for dada oportunidade, trabalhadores comuns são capazes de assumir o controle dos meios de produção. Estudando dois casos de trabalhadores na Índia – trabalhadores cooperativos em Calcutá e os coletores de lixo em Ahmedabad –, o autor demonstra que os trabalhadores cooperativos em Calcutá tentaram dentro de suas limitações proteger os postos de trabalho e a produção por intermédio do seu esforço coletivo, o que rendeu a existência da cooperativa durante vários anos apesar dos problemas verificados. Analisando os dados da pesquisa de campo à luz da teoria, eis um relato de parte da história dos catadores de material reciclável com foco em suas perspectivas para o futuro. Quando questionamos aos 10 catadores sobre o fato de pensarem no futuro, somente 2 responderam que pensavam um pouco, enquanto que 8 catadores afirmaram pensar no futuro, e todos os 10 afirmaram que qualidade de vida faz parte dos seus pensamentos sobre o futuro. Mas quando foram questionados a respeito da aposentadoria, a maior parte dos entrevistados revelou que essa parte do futuro não se encontrava entre suas maiores preocupações. 3 catadores responderam que ainda não haviam buscado sobre sua aposentadoria, e 1 catador asseverou que nunca havia pensado sobre sua aposentadoria até aquele dia, 1 respondeu que somente contribuiu com a previdência social nos tempos em que trabalhava com a carteira assinada e somente 1 respondeu que já estava pagando sua aposentadoria e que era uma técnica que acompanhava o processo de aposentadoria na empresa e incentivava os catadores.

Perguntamos aos catadores se sair daquele tipo de trabalho fazia parte de seus planos para o futuro, somente 2 catadores afirmaram que sim. 4 catadores responderam que não e 4 responderam “até agora não”. Quando perguntamos sobre os motivos para não mudar de trabalho, o motivo mais evidente foi o fato de ser “um trabalho que o meio ambiente agradece” (conforme dito nas falas). Uma das respostas se destacou, a qual foi “Não quero sair deste trabalho, pois aqui tenho uma família que amo e amo meu trabalho e vejo que contribuo para ‘salvar o planeta’”.

Sobre os motivos para mudar de trabalho, para aqueles que pensaram em sair do trabalho como catador, um catador respondeu o seguinte: “Há coisas melhores, eu poderia ter uma venda em casa” e outro respondeu que “Não é porque o trabalho é ruim, mas posso encontrar algo que me sinto mais à vontade e com algo que mais me identifica”. Perguntamos aos catadores que não fazem parte do conselho administrativo sobre o trabalho que eles pensam em ter se não fossem mais trabalhar como catador, as respostas foram as seguintes:

QUADRO 7: Outras possibilidades de trabalho segundo os catadores

“Agente ambiental – pois tem tudo a ver com o meio ambiente”
“Como dono do meu negócio próprio (sei fazer pão, salgado; sou cabelereiro também).”
“Se eu não continuasse como catador, voltaria a trabalhar como engenheiro. Ainda me ligam para prestar serviço de terraplanagem (leitura de plantas), mas não me sinto tão motivado como me sinto ao trabalhar como catador, pois o trabalho que fazemos deixa o planeta, ruas e águas mais limpos.”
“Como caseiro, já trabalhei como caseiro, é um trabalho tranquilo.”
“Comerciante em casa.”
“Marketing, logística. Me vejo melhor nisso, vejo até agora que nessas coisas faço bem.”

Fonte: Pesquisa de campo/ 2019.

Tendo em vista que tal organização contribuiu para sua valorização e possibilitou uma condição de trabalho mais favorável, tanto na perspectiva material como social, apresentamos uma proposta de como as cooperativas de reciclagem podem viabilizar a emancipação social para esta classe de trabalhadores.

Uma pesquisa internacional foi feita envolvendo 69 pesquisadores em 6 países com o objetivo de analisar a emancipação social aspirada pelos ideais modernos. Boaventura de Sousa Santos dirigiu esta pesquisa e nos traz resultados que ora apresentaremos neste capítulo da dissertação a fim de relacionar com a busca por emancipação social do movimento de catadores de material reciclável. Santos (2002) afirma que a ideia central deste projeto de pesquisa é que a ação e o pensamento que sustentaram e deram credibilidade aos ideais modernos de emancipação social estão sendo questionados por um fenômeno que apesar de não ser novo, adquiriu nas duas últimas décadas uma intensidade que redefiniu os contextos, os objetivos, os meios e as subjetividades das lutas sociais e políticas. Tal fenômeno é a globalização neoliberal, a forma dominante e hegemônica da globalização. Segundo Santos (2002),

a globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda a atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país. (p. 14).

Santos (2002) afirma que, apesar de hegemônica, a globalização neoliberal não é a única, e de fato, tem sido crescentemente confrontada por uma outra forma de globalização alternativa, contra hegemônica, constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal mobilizados pela aspiração de um mundo melhor, mais justo e pacífico que julgam possível e ao qual sentem ter direito.

Na opinião de Santos (2002), é nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que estão sendo tecidos os novos caminhos da emancipação social. Este embate, que metaforicamente pode ser caracterizado como um embate entre o Norte e o Sul, tende a ser particularmente intenso nos países de desenvolvimento intermediário ou países semiperiféricos e, portanto, é também neles que o potencial e os limites da reinvenção da emancipação social mais claramente se revelam. Por isso, dos 6 países em que foi realizada a pesquisa, 5 sejam países de

desenvolvimento intermediário espalhados por diferentes continentes. Os 6 países são: África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal.

Santos (2002) esclarece que apesar de os novos conflitos Norte/Sul terem lugar nas mais diversas áreas da atividade social, econômica, política e cultural, há algumas áreas em que as alternativas criadas pela globalização contra hegemônica são mais visíveis e consistentes, não só porque é nelas que os conflitos são particularmente intensos, mas também porque é nelas que as iniciativas, os movimentos e as organizações progressistas adquiriram níveis mais elevados de consolidação e densidade organizativa. Entre alguns campos ou temas para serem objeto de análise em cada um dos seis países que fizeram parte da pesquisa, está o tema “sistemas alternativos de produção”, sendo este o tema que trabalhamos nesta pesquisa, tendo como material empírico os dados da pesquisa de campo realizada na Cooperativa de Catadores de Material Reciclável Ecocooperativa. O autor afirma que

Ao contrário do que proclama o neoliberalismo, é hoje mais urgente que nunca fomentar formas de produção e de distribuição de bens e serviços alternativos às formas capitalistas, uma vez que estas nunca foram tão excludentes e nunca deixaram os excluídos em condição de tão grande vulnerabilidade (as populações descartáveis). Daí que o livro proponha dar conta da grande variedade de produção não capitalista é hoje uma das formas centrais de resistência à globalização neoliberal. (p. 16).

No capítulo 8 do livro “Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista”, Rodriguez (2002) analisa as cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia, um conjunto de 94 cooperativas organizadas em redes regionais e nacionais com o objetivo de transformar as condições de exploração do mercado de reciclagem e melhorar a qualidade de vida dos recicladores. O estudo mostra que as cooperativas, apesar da instabilidade que a gestão democrática por vezes suscita, representaram benefícios econômicos e sociais substanciais para os sócios-recicladores, ainda que não tenham sido capazes de transformar a estrutura do mercado de reciclagem que continua a beneficiar as grandes empresas. Também aqui as atividades produtivas têm dimensões muito além do econômico, já que exprimem uma cultura local e a opção por um modo de viver e de estar no mundo.

Rodriguez (2002) sustenta em sua obra “À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia” que as cooperativas e empresas solidárias populares capazes de sobreviver em um mercado crescentemente global representam uma estratégia

particularmente promissora, ainda que além dos alcances haja as limitações. Rodriguez afirma que o cooperativismo, como prática econômica, inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade, valores tais que estão plasmados por princípios não capitalistas de organização empresarial. Segundo o autor, baseando-se nos princípios que regem as cooperativas de trabalhadores, os trabalhadores são proprietários da empresa e participam diretamente e em condições de igualdade nas decisões fundamentais da mesma, independentemente do montante da sua participação no capital; as cooperativas visam superar a divisão entre capital e trabalho – e o esquema de propriedade individual e a administração hierárquica que a acompanham - característica das empresas convencionais.

Rodriguez (2002) afirma que, apesar de o cooperativismo ter dado origem a experiências exemplares de economia solidária – como o complexo cooperativo de Mondragón, na Espanha – não conseguiu converter-se em uma alternativa importante face ao setor capitalista da economia nacional e mundial. Neste sentido, o cooperativismo, que já desde o seu início teve uma clara vocação internacional, continua a ser hoje um projeto não concluído de globalização contra hegemônica, baseados em princípio de solidariedade e democracia participativa. Embora estejam regidas por valores e princípios não capitalistas, isto é, são contrários à separação entre capital e trabalho e à subordinação deste àquele, as cooperativas são sempre concebidas e operam como unidades produtivas que concorrem no mercado.

Rodriguez (2002) apresenta o problema neste aspecto baseando-se nos dados do estudo realizado sobre os recicladores de lixo na Colômbia e com base em experiências similares de outros países. Para Rodriguez (2002), o problema neste aspecto é que

as organizações econômicas populares se defrontam cada vez mais com a necessidade de concorrer com o capital transnacional para sobreviver e atingir os seus objetivos emancipadores. Enquanto permanecerem à margem da economia, as citadas organizações continuarão a ser, na maioria dos casos, meios de sobrevivência e de reafirmação da subordinação dos seus membros, e não de melhoria das condições de vida dos setores populares. (p. 337).

O estudo apresentado por Rodriguez (2002) é sobre a formação e desenvolvimento de cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia a partir do final da década de 1980. O autor afirma que os recicladores de lixo são um dos grupos cuja

presença nas grandes cidades de todo o mundo mostra com maior clareza o caráter global da exclusão social, a qual é especialmente perversa e dramática para os recicladores de lixo. Rodriguez (2002) ressalta neste estudo a forma como as cooperativas responderam ao impacto da globalização.

Ao falar sobre o mercado da reciclagem, Rodriguez (2002) afirma que a reciclagem de resíduos sólidos reutilizáveis – como o papel, o vidro, o plástico e o alumínio – é um passo fundamental no ciclo produtivo de numerosas indústrias, especialmente em setores como o da produção de papel e de embalagens. O autor afirma ainda que, de fato, boa parte das matérias-primas utilizadas por estas indústrias vem da reciclagem, e que o uso de materiais reciclados na indústria tem efeitos econômicos e ambientais decisivos. Do ponto de vista ambiental, a reciclagem tem efeitos importantes: na Colômbia, reciclam 300 mil toneladas de papel a cada ano, de forma que a reciclagem preserva anualmente 6 milhões de árvores. Contudo, tais dados não refletem a dinâmica altamente exploradora em que se baseia o seu funcionamento e que evidencia de forma clara os efeitos do processo de exclusão social nas cidades.

Que fatores explicam a estabilidade das estruturas sociais e econômicas das quais se alimenta o mercado da reciclagem e que mantêm os recicladores informais às margens deste? Uma marginalização extrema. Para Rodriguez (2002), dois são os fatores que constituem o círculo vicioso que perpetua o processo de empobrecimento dos recicladores. Um destes fatores diz respeito à exploração econômica derivada da estrutura do mercado da reciclagem e da conduta dos seus autores dominantes (isto é, a grande indústria e os intermediários), e o outro fator diz respeito à dramática exclusão social de que são alvo os recicladores. Com base no estudo realizado na Colômbia, Rodriguez (2002) assevera que

os efeitos econômicos da estrutura do mercado da reciclagem (...) ainda são acentuados pelo estigma e pela exclusão dos recicladores. No imaginário social urbano na Colômbia os recicladores são colocados nas camadas mais baixas e marginalizadas, juntamente com os indigentes, os pedintes, os ladrões e outros habitantes da rua com os quais são associados pelo fato de trabalharem na via pública e nas lixeiras, em contato permanente com o lixo. Os recicladores são com frequência inclusive excluídos pelos setores populares e vítimas de operações de “limpeza social”. (p. 344).

Rodriguez (2002) explica que um dos episódios que provocou a fundação das redes de cooperativas de recicladores foi o assassinato de 11 recicladores em 1992

em Barranquilla cujos corpos foram depois utilizados para levar a cabo experiências médicas em um centro universitário. Para o autor, a exploração econômica cria as condições de indigência que provocam a exclusão social dos recicladores a espaços urbanos e a nichos econômicos que permitem que o mercado explorador se perpetue. Contudo, as cooperativas de trabalhadores são encaminhadas justamente para lutar contra limitações estruturais que se mostram inamovíveis.

Para a emancipação social, Rodriguez (2002) aponta a necessidade de uma transformação das condições de mercado em favor dos recicladores através da luta contra a dispersão e a concorrência frontal entre eles, tendo como mecanismo natural para atingir este objetivo a concentração da oferta de materiais recicláveis em poucas organizações de recicladores capazes de recuperar uma quantidade considerável de material que lhes permita ter uma participação importante no mercado e, portanto, negociar os preços e as condições com as indústrias compradoras.

Rodriguez (2002) explica as dificuldades das cooperativas em modificar a estrutura do mercado. Entre alguns dos fatores que limitam o sucesso das cooperativas está o predomínio da cultura individualista que impede a integração de mais recicladores informais, mas também pelo fato de as cooperativas não conseguirem se integrar numa rede econômica de ajuda mútua – na Colômbia, o setor cooperativo é bastante fraco, especialmente após a falência da maioria das entidades financeiras cooperativas, em meados dos anos 1990. Ainda outro fator é a incapacidade das cooperativas, na Colômbia, de estabelecerem vínculos duradouros com entidades estatais e empresas privadas convencionais; o relacionamento das cooperativas e das redes com o Estado é intermitente e variável. Rodriguez (2002) destaca que

não existe, em geral, uma política estatal de apoio aos recicladores, mas sim esforços ocasionais e isolados de algumas entidades para lançar projetos benéficos para as cooperativas. Embora existam casos excepcionais – como a associação da Rescatar com uma empresa de tamanho médio para a produção de lâminas de alta resistência feitas com materiais reciclados -, em geral as cooperativas não conseguiram estabelecer relações de colaboração com empresas privadas. A ausência de vínculos entre as próprias cooperativas, e entre estas e o Estado e o setor capitalista, impede o aparecimento de uma economia cooperativa da reciclagem que, como mostra o caso de Mondragón, seria a condição necessária para a prosperidade das cooperativas individuais a longo prazo. (p. 358).

Rodriguez (2002) faz uma análise sobre o futuro das cooperativas de recicladores nas mutáveis condições do mercado. O autor se pergunta, pois, que



estratégias podem evitar o desaparecimento das cooperativas de recicladores e manter o seu potencial emancipador para a população recicladora, e o mesmo diz que a resposta à pergunta remete aos desafios que enfrenta um grande número de cooperativas e organizações econômicas populares na semiperiferia e na periferia em tempos de ajustes estruturais e de globalização. O autor afirma que a contribuição central do estudo prático para as discussões acerca de formas alternativas de organização e de desenvolvimento econômico e para a prática das cooperativas de trabalhadores é a evidente necessidade de superarem o isolamento que frequentemente caracteriza, em escala local, esta linha de pensamento e ação.

Para Rodriguez (2002), a integração com outras empresas nacionais e estrangeiras do setor solidário – cooperativas de trabalhadores, cooperativas de consumidores, entidades financeiras cooperativas, fundos mútuos, etc. – é uma estratégia natural para as cooperativas, dado que a colaboração entre elas é uma das bases da filosofia cooperativista. Forma-se, então, um verdadeiro setor solidário da economia baseado na coordenação e na colaboração entre empresas solidárias que realizem atividades complementares. No caso das cooperativas de recicladores, é evidente a necessidade de gerar alianças produtivas com cooperativas similares no país. Mas é uma estratégia difícil de empreender para as cooperativas de recicladores. Nestas condições, o apoio externo continua a consistir em doações de entidades de promoção social e não em laços de cooperação econômica duradouros. O autor assevera que é do progresso destas iniciativas locais e regionais e da sua articulação em uma economia solidária nacional e internacional que depende a viabilidade destas formas alternativas de organização econômica no país.

A integração das cooperativas populares de trabalhadores com organismos estatais encarregados de funções de promoção econômica e social é também igualmente importante conforme aponta Rodriguez (2002). As teorias e iniciativas econômicas de base apresentam uma certa reserva face ao Estado tem o mérito de evitar a cooptação e a criação de relações de dependência dos autores econômicos populares frente ao Estado. Porém é improvável que sem o apoio estatal possam ser criadas as condições necessárias para que prospere uma economia solidária como perceberam os recicladores na Colômbia quando formaram redes de representação política. Isto implica um desafio considerável para o Estado e, geralmente, para quem dentro dele é responsável pelas políticas econômicas e sociais.

Com a finalidade de enfrentar a concorrência global, também as alianças com empresas capitalistas são necessárias em um ambiente econômico caracterizado pelas fusões entre empresas. Este tipo de alianças é possível sem pôr em perigo a própria estrutura e os princípios das cooperativas de trabalhadores, nos casos em que as empresas cooperativas são sólidas como mostra o caso de Mondragón. Porém, quando se trata de cooperativas menos estabelecidas, é necessário estipular as condições de aliança com as empresas capitalistas, de maneira a evitar a desnaturalização das cooperativas. O caso das cooperativas de recicladores ilustra bem a necessidade de tomar em consideração os limites que se deve ter antes e durante o processo de alianças com empresas capitalistas para poder enfrentar a concorrência global. Um dos entrevistados nos relatou que há uma empresa que apoia a cooperativa por meio de um projeto e que após alguns meses todos os trabalhadores cooperados poderão ter sua carteira assinada, o que a pessoa entrevistada não soube responder é que se permaneceriam a dividir os lucros ou se viriam a se tornar assalariados.

Podemos verificar em Boaventura de Sousa Santos (2007) a teoria acerca da emancipação social, a qual possibilita uma autonomia financeira quando se espera que esta emancipação social oportunize trabalho e renda. Santos (2007) analisa a importância de reinventar a emancipação social e afirma que essa questão tem três grandes dimensões: uma epistemológica, outra mais teórica, e outra mais política. Segundo Santos (2007),

o problema é que a emancipação social é um conceito absolutamente central na modernidade ocidental, sobretudo porque esta tem sido organizada por meio de uma tensão entre regulação e emancipação social, entre ordem e progresso, entre uma sociedade com muitos problemas e a possibilidade de resolvê-los em outra melhor, que são as expectativas. Então, é uma sociedade que pela primeira vez cria essa tensão entre experiências correntes do povo, que às vezes são ruins, infelizes, desiguais, opressoras, e a expectativa de uma vida melhor, de uma sociedade melhor. (p. 19).

Para o autor, esse aspecto da sociedade é novo, já que nas sociedades antigas as experiências coincidiam com as expectativas: quem nascia pobre morria pobre; quem nascia iletrado morria iletrado. Agora não: quem nasce pobre pode morrer rico, e quem nasce em uma família de iletrados pode morrer como doutor. Para Santos (2007), tal compreensão é muito importante, pois, como observa o autor,

essa discrepância entre experiências e expectativas é fundamental para entender o que pensamos, e como pensamos a emancipação social na sociedade moderna. Nossa situação é um tanto complexa: podemos afirmar

que temos problemas modernos para os quais não temos soluções modernas. E isso dá ao nosso tempo o caráter de transição: temos de fazer um esforço muito insistente pela reinvenção da emancipação social. (p. 19).

Santos (2007) observa que não é simplesmente de um conhecimento novo que nossa sociedade precisa, mas de um novo modo de produção de conhecimento. Segundo o autor, necessitamos de um pensamento alternativo; e não precisamos reinventar apenas a emancipação social, mas reinventar a produção de conhecimento, elemento indispensável para tal emancipação.

O autor também considera a importância da produção não capitalista, como as formas de economia solidária, economia social, economia popular, que são tão importantes hoje no Sul para a emancipação social. As teorias de Santos (2007) sobre emancipação social e a contribuição que a economia solidária faz para tal emancipação constituem referência teórica substancial para nosso estudo sobre as cooperativas de reciclagem que constituem o campo de trabalho dos sujeitos da pesquisa, os catadores de material reciclável.

Os estudos de Antunes (2009) acerca do trabalho reforçam a centralidade deste e contribuem para um projeto alternativo à lógica capitalista. O trabalho vem a reestruturar o ser social e desestruturar o capital se apreendida a magnitude que seu significado possui; se, o sistema capitalista tornou o trabalho autodeterminado e sem sentido, este mesmo sistema gerará as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada, dando um novo sentido ao trabalho.

Mészáros (2011), por sua vez, apresenta sua preocupação em relação à importância de se compreender a gênese e a permanência do capital, uma vez que isso afeta o processo de emancipação do trabalho, sendo contundente a análise do autor:

A forma historicamente específica de dominação e exploração do trabalho característica do sistema do capital se apoia, ao fim e ao cabo, sobre fundamentos com raízes muito profundas na história. Isto explica o fato de que emancipar o trabalho de sua subsunção real e formal ao capital é impensável sem desafiar e superar radicalmente a dominação e a exploração em geral que assumiram formas tão diferentes na história enquanto mantinham sua substância subjugante (p. 709).

Mészáros (2011) procura destacar a liberdade do trabalho diante da dominação presente no sistema capitalista:

Enquanto o capital depende absolutamente do trabalho – no sentido de que o capital inexistente sem o trabalho, que ele tem de explorar permanentemente –, a dependência do trabalho em relação ao capital é relativa, historicamente

criada e historicamente superável. Em outras palavras, o trabalho não está condenado a ser permanentemente contido no círculo vicioso do capital (p. 30-31).

As contribuições de Antunes (2009) e Mészáros (2011) para projetos de emancipação social são indiscutíveis quando se observa a análise que os respectivos autores fazem acerca do trabalho e a relação deste com a formação social contemporânea. Mas antes de apresentar a análise da emancipação social, importa destacar uma breve análise acerca do desenvolvimento sustentável, o qual se mostra insustentável quando vemos as contradições deste dito desenvolvimento na atividade dos catadores, a qual reforça a insustentabilidade que ora analisamos.

Na análise crítica da sociedade capitalista feita por Marx, identificamos o papel do proletariado como o sujeito capaz de promover a superação da forma histórica de sociedade. E consoante os argumentos de Marx (1982), não cabe apenas interpretar o mundo, ainda que de distintos modos, mas transformá-lo. Portanto, com uma abordagem dialética, usamos as entrevistas semiestruturadas e a teorias de Santos (2007) acerca da emancipação social para o alcance dos objetivos desta pesquisa, e o que nos foi possível desvelar da realidade em que estes sujeitos da pesquisa se encontram não corresponde às expectativas durante o projeto de pesquisa que consistia em encontrar no trabalho cooperado as garantias de emancipação social, mas permitiu o conhecimento do momento sócio histórico dos catadores de material reciclável a fim de que pudéssemos analisar as condições necessárias para se alcançar tal futuro, um futuro em que os trabalhadores se emancipem do capital.

Antunes (2009) defende que se o trabalho assume uma forma necessariamente assalariada, abstrata, fetichizada e estranhada por conta da necessidade imperiosa de produzir valores de troca para a reprodução ampliada do capital, essa dimensão histórico-concreta do trabalho assalariado não pode, entretanto, ser tomada a-historicamente. Para o autor, numa forma societal emancipada, a associação livre dos trabalhadores e das trabalhadoras, isto é, sua autoatividade, sua plena autonomia e seu domínio efetivo do ato laborativo, mostra-se como fundamento ontológico para a sua condição de ser livre. Antunes (2009) fala de uma vida socialmente justa para os trabalhadores, fala deste anelo argumentando que a luta dos trabalhadores, a luta de classes é a resistência que possibilita uma resposta que a história da humanidade trará em prol de uma vida socialmente justa para os trabalhadores. Luta de todos nós.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É mister fazer uma ponderação muito importante enquanto estamos responsáveis por analisar uma dada realidade. O autor Bauman (2001) afirma que fazer sociologia e escrever sociologia têm por objetivo revelar a possibilidade de viver em conjunto de modo diferente, com menos miséria ou sem miséria: essa possibilidade diariamente subtraída, subestimada ou não-percebida. Não enxergar, não procurar e assim suprimir essa possibilidade é parte da miséria humana e fator importante em sua perpetuação. Sua revelação não predetermina sua utilização; quando conhecidas, as possibilidades também podem não ser submetidas ao teste da realidade, porque talvez não confiemos nelas o bastante. A revelação é o começo e não o fim da guerra contra a miséria humana. Mas essa guerra não pode ser empreendida seriamente, e menos ainda com uma possibilidade pelo menos parcial de sucesso, a menos que a escala da liberdade humana seja revelada e reconhecida, de tal modo que a liberdade possa ser plenamente utilizada na luta contra as fontes sociais de toda infelicidade, inclusive a mais individual e privada.

Bauman (2001) assevera que não há escolha entre maneiras "engajadas" e "neutras" de fazer sociologia, uma sociologia descomprometida é uma impossibilidade. Buscar uma posição moralmente neutra entre as muitas marcas de sociologia hoje praticadas, marcas que vão da declaradamente libertária à francamente comunitária, é um esforço vão. Os sociólogos só podem negar ou esquecer os efeitos de seu trabalho sobre a "visão de mundo" e o impacto dessa visão sobre as ações humanas singulares ou em conjunto, ao custo de fugir à responsabilidade de escolha que todo ser humano enfrenta diariamente. A tarefa da Sociologia é assegurar que essas escolhas sejam verdadeiramente livres e que assim continuem, cada vez mais, enquanto durar a humanidade. Outros autores comentam que nossa maior necessidade, a qual também é um desafio, é criar um interesse geral do ser humano que possa unificar a humanidade como um todo.

Hoje em dia, o avanço da pobreza e da pobreza extrema no mundo, assim como as desigualdades econômicas, estão longe de confirmar a transição para uma sociedade onde a abundância esteja disponível para todos. Bookchin reviu sua posição sobre a viabilidade de uma sociedade de pós-escassez na introdução à segunda edição (1990) de seu livro *Pos-scarcity society*, mas isso não muda de

maneira fundamental os pressupostos éticos e teóricos básicos que norteiam sua visão a respeito da construção de uma sociedade ecológica. Encontramos nos trabalhadores da cooperativa a perspectiva de uma sociedade sustentável e seu trabalho era desenvolvido nessa perspectiva, a qual é ensinada e incentivada pelo conselho administrativo juntamente com a igreja católica que apoia a cooperativa de reciclagem e os líderes do movimento nacional de catadores de resíduos (MNCR).

Um aspecto a ser destacado dos dados obtidos nesta pesquisa de campo diz respeito à escolaridade dos catadores de material reciclável, entre os quais havia pessoas com ensino superior completo e outras cursando o ensino superior para investir tal conhecimento na própria cooperativa.

A presente pesquisa buscou analisar aspectos inerentes ao sistema capitalista que afetam o trabalho dos catadores de material reciclável e também analisamos o modo como estes trabalhadores são incluídos socialmente no âmbito do desenvolvimento (in) sustentável. Consideramos o referencial teórico e os dados da pesquisa de campo e indagamos: o trabalho cooperado dos catadores de material reciclável tem viabilizado sua emancipação social?

A fim de responder a tal pergunta, também contamos com a ação de investigar o estilo de vida da sociedade capitalista contemporânea alimentada pela obsolescência programada, com a ação de compreender o papel social dos catadores de material reciclável no âmbito da produção e reprodução material e simbólica da sociedade capitalista; e ainda evidenciamos as dimensões da vida socioeconômica das cooperativas de reciclagem. Se por um lado não identificamos a emancipação social dos catadores de material reciclável da cooperativa de reciclagem, por outro lado a presente pesquisa nos permitiu o conhecimento do momento sócio histórico dos catadores de material reciclável a fim de que pudéssemos analisar as condições necessárias para se alcançar tal futuro, um futuro em que os trabalhadores se emancipem do capital.

Fizemos, portanto, uma análise sobre a categoria trabalho, bem como sobre o trabalho cooperado dos catadores, para discussão no âmbito do desenvolvimento sustentável no interior do sistema capitalista. Buscamos, portanto, demonstrar se essa atividade do catador colabora com o desenvolvimento da sociedade de forma sustentável ou de forma insustentável. Uma vez que a sociedade capitalista é

insustentável por natureza, a atividade dos catadores não deixa de reforçar as estruturas econômicas, sociais e políticas dessa sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos Filosóficos. 1947. Disponível em <<http://antivalor.vilabol.uol.com.br>>. Acesso em 17/01/2018.
- ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de campinas, 2006.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2007.
- BARROS, Vanessa Andrade; PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: Trabalho e cidadania. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. **Catadores na cena urbana**: Construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Disponível em <<https://amodernidadeliquida.wordpress.com/2014/12/06/livro-modernidade-liquida-em-pdf/>>. Acesso em 13/07/2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: As Consequências Humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. Disponível em <<https://farofafilosofica.com/2017/02/24/zygmunt-bauman-em-pdf-31-livros-para-download/>> Acesso em 17/01/2018.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Schwarcz, 1986. Disponível em <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Berman,%20Marshall/Tudo%20o%20que%20%C3%A9%20s%C3%B3lido%20desmancha%20no%20ar.%20A%20a%20ventura%20da%20modernidade.pdf>>. Acesso em 17/01/2018.
- BHOWMIK, S. Worker Cooperatives as Alternative Production Systems, comunicação apresentada no Simpósio A reinvenção da emancipação social, realizado em Coimbra, de 23 a 26 de novembro de 2000. A versão final deste texto pode ser



consultada, em edição eletrônica, em <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa> e está publicada no volume 2 da coleção **Reinventar a emancipação social**: para novos manifestos.

BOOKCHIN, M. (1971), Post-scarcity anarchism, Montreal e Nova York, Black Rose, 1990, 2a. ed. In: LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTEL, Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização**: da vulnerabilidade à "desfiliação". Caderno CRH, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664>>. Acesso em 01/07/2018.

COELHO, Teixeira. **O que é Indústria Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1996. Coleção Primeiros Passos.

FERNANDES, Marlon Erik. O papel das cooperativas de trabalho: uma terceira via? In: ARANA, Alba Regina Azevedo (org.). **Cooperativismo**: uma alternativa de gestão. Presidente Prudente: Macromídia, 2006.

HOGAN, Daniel. Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cedec, 1993. In: JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, Clovis (Org). **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, Clovis (Org). **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

JODELET, Denise. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

KEMP, Valeria Heloisa. **Práticas associativas da economia solidária e laço social**. 249 pp. Tese de doutorado não-publicada, Programa de pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Lisboa: Antídoto, 1978.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARX, Karl. (1972). Elementos fundamentais para la critica de la economia politica. 1972. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e

a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

\_\_\_\_\_. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3ª edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

\_\_\_\_\_. A mercadoria. In: \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política, volume I, livro primeiro, O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 45 -78.

\_\_\_\_\_. O Capital. Livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978, 1ª edição. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro I, O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIURA, Paula Orchiucci Cerantola. **Tornar-se catador**: uma análise psicossocial. Dissertação de mestrado não publicada, Mestrado em Psicologia Social, orientadora Dra. Bader Sawaia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP. 2004.

OLIVEIRA, Maria Cristina Ribeiro de, SILVA, Michelle Andreza Pedroza e FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Caracterização da organização social dos catadores de papelão da cidade de Manaus. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. **Papel para a vida**: estudo da cadeia produtiva de embalagens de papelão no Polo Industrial de Manaus (PIM). Manaus: FUA, 2011.

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

RAMTIN, Ramin. (1997). "A Note on Automation and Alienation". In DAVIS, Jim, op. cit. In: ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

RODRIGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000. In: LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SINGER, Paul. Economia solidária. In CATTANI, A. D. (org.), **A outra economia** (pp. 116-125). Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

SOUZA, Jose Raimundo. **Possibilidades e limites da associação na estruturação de unidades locais de reciclagem**: o caso da Associação NORA - Novo Osasco Reciclando Atitudes - dos trabalhadores com materiais recicláveis. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale dos Sinos. 2005.

TROMBETA, Letícia Roberta. **O trabalho dos catadores de materiais recicláveis**: da precarização à organização do trabalho. Revista Pegada – vol. 13. n.1. junho/2012.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Catadores de papelão. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. **Papel para a vida**: estudo da cadeia produtiva de embalagens de papelão no Polo Industrial de Manaus (PIM). Manaus: FUA, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e políticas sociais**. 2017. Disponível em <[https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm\\_source=yazbek-maria-carmelita-estado-e-politicas-sociais](https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm_source=yazbek-maria-carmelita-estado-e-politicas-sociais)>. Acesso em 11/07/18.